novellae olivarum



3 3.° TRIM. 1965

Artigos

igreja, povo de Deus — 243 — O Povo de Deus é um povo de libertos. A sua lei é o amor. O seu fim é o Reino de Deus que começa já na terra. P. LUÍS MOITA

homilia, admonições, celebrações — 254 — O «lugar» da pregação da Palavra de Deus é a Liturgia. A homilia explica-a e aplica-a à vida. P. ROGUET

a catequese cristológica nos séculos I e II — 267 — O Quérigma e a catequese dos dois primeiros séculos têm como finalidade primordial anunciar a Pessoa de Jesus Cristo. JOÃO LOBATO

Reflexões

actualidade: as vocações na igreja — 280 — Duas experiências: uma equipa operária de vocações de adultos — uma reunião da O.V.S. numa paróquia de Lisboa.

livros: a espiritualidade sacerdotal — 303 — «Comme s'il voyait l'invisible» de JACQUES LOEW. «Possuído pela caridade de Deus — O Padre diocesano na Igreja» de A. SIMONET.

Documentação

o problema sexual dos jovens — 312 — Sobre este problema, que é preciso olhar de frente, um documento claro e positivo. EPISCOPADO ALEMÃO

problemas agrícolas do oeste francês — 318 — Porque «Mãe e Mestra» não terá a Igreja de ajudar os homens a resolver os seus problemas? BISPOS DO OESTE DA FRANÇA

a formação sacerdotal — 328 — Como será de futuro a formação teológica e filosófica nos Seminários? Decerto mais incarnada. CARD. LEGER

Sugestões

curso de eclesiologia — 332 — Esquema em ordem a um estudo sistematizado da constituição «Lumen gentium».

celebração — 338 — Dia mundial das missões.

admonições — 346 — Missa de Cristo Rei.

n.º 3

3.º TRIM.
— 1965 —
2.ª SÉRIE — ANO XIX

novellae olivarum

editorial

«Todo o escriba feito discípulo do Reino dos céus é semelhante a um proprietário, que tira do seu tesoiro novas e velhas coisas».

(Mt. 13, 51)

Fala-se hoje de «renovação» e de «aggiornamento» em relação à Igreja com a mesma Facilidade e universalidade com que há pouco tempo se falava de «tesouro da Igreja», de «depósito da Fé».

Mas, diremos, onde está a verdade? Que significa para nós: «depósito da Fé»? Como devemos entender a renovação?

Uma realidade é incontestável: o **Cristo** *de ontem é o mesmo Cristo de hoje e será o Cristo de amanhã — a Fé da Igreja é sempre a mesma. Não varia.*

Por outro lado a Igreja-instituição define em cada tempo e em cada «cultura» a sua própria Fé.

Por isso, «renovação» não significa alteração da Fé mas refundimento, adaptação da expressão da Fé que é, de si, inalterável.

Assim, as ideias novas que vemos surgir do Concílio são o aprofundamento teológico e pastoral da Fé da Igreja à luz da «cultura» de hoje, com os sinais de hoje, as palavras de hoje, a mentalidade de hoje, o estilo de hoje.

Quando descobrimos com o Concílio o sentido do **Povo de Deus,** não devemos destruir os meios que conduzem pràticamente a esta vivência — o sentido da fidelidade, da lei, da autoridade. Quando descobrimos o sentido da **vocação** como apelo existencial de Deus em cada momento humano, não devemos esquecer o outro sentido da vocação como estilo de vida que, uma vez escolhido, se tem de seguir com cruz e abnegação. Quando descobrimos os valores positivos da Moral Cristã como fonte de libertação e superação da lei; quando procuramos aplicar esses valores à educação da **juventude,** não devemos esquecer que essa superação, no concreto, se faz pelo desenvolvimento das virtudes e renúncia aos vícios. Quando descobrimos as perspectivas de inserção da Igreja no mundo, não devemos esquecer o sentido da comunidade de eleitos, de consagrados que a Igreja é. Quando nos debruçamos sobre a Pastoral dos Bispos do Oeste Francês sobre a **agricultura,** ou a experiência dos Filhos da caridade sobre seminários-lares de vocações de adultos, não podemos esquecer que essas realidades são possíveis porque há na base um sentido acabado da transcendência da Igreja em relação ao mundo.

Assim, pois, as bases dum trabalho seguro de «renovação», ou de «desenvolvimento» não estão num destronar de tudo o que cheira a antigo porque o não compreendemos ou porque não alimenta a nossa sensibilidade, mas num duplo movimento:

de regresso às fontes, para descobrir na origem qual a verdadeira fé da Igreja;

de inserção no mundo, para aprofundar essa fé inalterável à luz da «cultura» de hoje, no estilo de hoje, pelos sinais que hoje todos entendem.

a igreja povo de Deus

P.e LUÍS MOITA

AO reflectirmos a nossa própria experiência cristã, descobrimo-la como alguma coisa de profundamente simples: apoiamos a vida no amor de Deus que é Pai, acreditamos no Nome do seu Filho (que reconhecemos como Mestre e Salvador), deixamo-nos conduzir pela força do Espírito, olhamos para os outros como irmãos, empenhamo-nos numa tarefa comum, tal como é comum a nossa esperança. Na sua riqueza, todo este mistério é cheio de simplicidade, extremamente acessível — Cristo não nos obrigou às abstracções filosóficas, nem às sistematizações complexas, mas ensinou-nos a crer e a amar.

E, no entanto, o cristão deve procurar a inteligência do Mistério, deve aprofundar incansàvelmente a sua visão de Deus e do mundo, deve reflectir essa mesma experiência tão simples para a tornar consciente, para descobrir todas as suas exigências e implicações. Mas aqui surge a complexidade. Porque o Mistério é de tal maneira rico que o enunciá-lo verbalmente quase se torna impossível, e a realidade é de tal maneira profunda que não pode caber numa formulação.

É esta a dificuldade e a grandeza da reflexão cristã e da teologia — compete-lhes procurar a compreensão da Palavra revelada em todo o seu alcance e clarificar a experiência cristã, tornando-a «inteligível» e comunicável.

Ora, indubitàvelmente, um dos elementos essenciais dessa experiência global é a sensação de pertença a uma comunidade de salvação. Por mais íntimo que seja o contacto com Deus, o homem apreende imediatamente que não se trata duma relação apenas

individual — a religião é sempre uma solidariedade. E quando Deus, ao revelar-se, procura um interlocutor humano, fê-lo criando um Povo; e quando salvou a humanidade, aceitando o sacrifício do seu Filho incarnado, estabeleceu no mundo uma instituição visível, a grande família dos seus filhos.

A pertença a esta Igreja, comunidade de salvação, é assim um dos dados elementares da nossa experiência cristã. Mas quantos problemas não estão subjacentes a esta afirmação aparentemente tão simples? Como entender o significado de «salvação comunitária»? Quais as afinidades entre a instituição visível e o Cristo ressuscitado? De que maneira os homens ficam vinculados, com Deus e entre si, ao entrarem nessa comunidade? Até que ponto ela é mediação indispensável da nossa salvação? Que relações existem entre os seus membros e o resto da humanidade?

Todos estes e muitos outros problemas exigem de nós uma resposta adequada, uma resposta que nos dê a consciência lúcida do sentido da Igreja perante Deus e perante o mundo. O Concílio do Vaticano II, ao promulgar sob a assistência eficaz do Espírito de Deus a Constituição «Lumen Gentium», sobre a Igreja, deu-nos as bases decisivas para a reflexão e o aprofundamento do mistério eclesial. E ao intitular o II capítulo «De Populo Dei», indicou-nos um caminho para essa reflexão. Seguiremos, pois, nestas páginas, esse caminho.

O tema da Igreja como Povo de Deus tem sido objecto de grande número de estudos, monografias e sínteses, tanto de exegetas como de teólogos. Não é nossa intenção expor aqui os resultados dessa elaboração científica, mas antes, partindo de alguns pontos da Constituição, tentar reflectir um ou outro problema particular e procurar definir umas tantas perspectivas para a acção.

uma particular condição de existência

Saber exactamente o que caracteriza a vida do Povo de Deus e a existência dos seus membros, será a nossa primeira preocupação. Uma coisa para nós é certa — a integração na Igreja dá-nos uma maneira de ser absolutamente original, constitui-nos num estado de «novidade de vida», estabelece-nos numa particular situação e exige-nos determinados comportamentos. Sendo assim, é para nós indispensável conhecer o que verdadeiramente somos e quais as características da nossa condição de existência. Sem pretender dizer tudo, nem sequer o mais importante, vamo-nos debruçar sobre três dessas características: a liberdade, a fé-caridade e a tensão escatológica.

Se perguntarmos a nós próprios qual foi o momento primeiro e decisivo do estabelecimento do novo Povo de Deus, a resposta só pode ser esta — o facto da Redenção. A acção redentora de Cristo, com tudo o que inclui de Palavra proclamada, de derramamento de sangue até à última gota, de suprema disponibilidade no amor, foi verdadeiramente fundativa e constitutiva do Povo da nova Aliança. Redenção feita de uma vez para sempre, mas também Redenção a fazer, Redenção continuada em nós e por nós.

O sentido exacto desta realidade, porém, nem sempre está claro no nosso espírito, e fàcilmente a palavra «Redenção» nos evoca as ideias de «castigo», «vingança da justiça divina» e tantas outras concepções mais ou menos falsas, que impedem a autêntica inteligência do acontecimento central da Salvação. Ora uma leitura atenta da Escritura leva-nos a concluir que **Redenção** é essencialmente **libertação.**

Já nos tempos mais recuados do Antigo Testamento, o Povo de Israel exilado nas terras do Egipto, é «visitado» por Yahvé que, libertando-o da escravidão, o conduz pelo deserto até ao país dos antepassados. E o Êxodo libertador, momento inicial da primeira Aliança, foi selado no sangue do Cordeiro, esse mesmo sangue que assinalou os umbrais das portas, para que Israel fosse poupado da morte. Assim Yahvé adquiriu para si uma nação santa e reconciliou consigo um Povo, no qual doravante poderá habitar. E quando os textos bíblicos, ao recordarem estes acontecimentos, falam de Povo remido e resgatado, querem significar antes de mais a acção libertadora de Deus. Pela primeira «Redenção», Israel ficou liberto da escravidão e da morte.

Séculos mais tarde, de novo a nação é submetida à experiência do exílio, desta vez para Babilónia. E também de novo é anunciada a esperança da libertação e do regresso, tal como uma nova figura de sofredor e de redentor incarna profèticamente essa esperança — o Servo de Yahvé.

A história do Antigo Testamento ensina-nos, portanto, que Deus redime o Povo libertando-o e que existe uma afinidade entre essa libertação e o sacrifício de uma vítima (o Cordeiro pascal e o Servo de Yahvé).

Tudo isto não passa de uma prefiguração antecipada da Redenção de Cristo na nova Aliança: «Se permanecerdes na minha palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos, conhecereis então a verdade e a verdade vos libertará» (Jo. 8, 31-32). «Não somos filhos de uma escrava mas da mulher livre. Para que ficássemos livres é que Cristo nos libertou» (Gál. 4, 31-5, 1); «porque a

lei do Espírito de vida em Jesus Cristo libertou-te da lei do pecado e da morte» (Rom. 8, 2). É evidente, a partir destes textos, que a liberdade constitui uma condição fundamental da existência do homem remido. O Povo da nova Aliança é um Povo de homens libertos!

Mas libertos de quê? Já S. Paulo nos deu a resposta: libertos da lei do pecado e da morte. O cristão é aquele que não está submetido ao jugo opressor da lei, mas que tem no seu coração um novo princípio de obediência filial — o Espírito de vida. Rompeu assim as cadeias com que o oprimia a escravidão do pecado e já germina nele a semente de ressurreição, vitória definitiva sobre a morte. Agora podemos compreender todo o alcance desta palavra do Concílio: **o Povo messiânico tem por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus** (cfr. Const. De Ecclesia, n.º 9) — os homens remidos por Cristo receberam o Espírito de adopção filial e atingiram a autêntica liberdade.

Posto isto, porém, apetece perguntar: nós, cristãos, sentimo-nos verdadeiramente livres? Perante uma humanidade que busca insaciàvelmente a emancipação, sabemos nós comportar-nos como servidores da liberdade? Daremos nós o testemunho vivido, próprio daqueles que superaram a opressão? Não invejamos muitas vezes a sorte daqueles que, estando fora da Igreja, parecem gozar de uma autonomia superior à nossa? Todas estas interrogações põem um problema à nossa consciência cristã. Em confronto com as diversas formas de liberalismo e com as variadas mistificações do valor liberdade, cumpre-nos viver até às últimas consequências a nossa vocação de homens livres.

Sim, porque esse valor pode ser mistificado, adulterado, e portanto devemos testemunhar que é na submissão a Deus que encontramos a nossa libertação. Segundo a Epístola aos Hebreus, sem derramamento de sangue não pode haver redenção (Heb. 9, 22), e isso significa que a disponibilidade do sacrifício é o único caminho que conduz à liberdade. Tal como o sangue do Cordeiro libertou Israel da escravidão e da morte, tal como o Servidor anunciado pelo Deutero-Isaías concentrou a esperança do regresso do cativeiro, tal como o sangue de Cristo nos remiu da iniquidade (cfr. Actos 20, 28 e Tito 2, 14), assim também cada um de nós ficará liberto na dor e no amor. Compreender que só na entrega total alcançamos a autonomia, e mostrá-lo ao mundo em que vivemos, é uma das grandes tarefas da Igreja do nosso tempo. Na verdade o Povo de Deus é um Povo de homens remidos, isto é, libertos.

2. a comunhão na fé e na caridade

«É este o mandamento de Deus: acreditar no nome do seu

Filho Jesus Cristo e amarmo-nos uns aos outros» (I Jo. 3, 23). Todo o programa para a vida do membro do Povo de Deus está contido nesta frase de S. João: a sua importância é de tal maneira grande, que vale a pena aprofundar o sentido destas palavras.

Primeiramente, o que significa, segundo S. João, «acreditar no nome do Filho de Deus»? A Palavra de Cristo, proclamada exteriormente mas interiorizada pelo Espírito, suscita no nosso coração a resposta da fé, essa atitude vital de relação inter-subjectiva que nos faz, como pessoas, aceitar e aderir a Cristo e nele à Trindade. Por outro lado, a mesma fé partilhada realiza entre nós um primeiro e essencial vínculo comunitário. Assim a virtude da fé sobrenatural é o elemento primário da comunhão, de Koinônía, com Deus e com os irmãos.

Mas no contexto da 1.ª Epístola de S. João, o acreditar no nome do Filho de Deus significa mais alguma coisa do que esta atitude interior da fé: significa ainda a manifestação exterior e visível da nossa aceitação da Palavra divina, significa a confissão pública da fé íntima — acreditar é sinónimo de proclamar.

Esta expressão «manifestar exteriormente a fé», lembra-nos logo o «fazer apostolado». Mas a actividade apostólica, em sentido estrito, não esgota a nossa obrigação de proclamar a fé — o que se exige de nós de maneira ainda mais fundamental é que saibamos **realizar** a fé na vida. Todo o acto de fé exprime sempre uma paixão e implica sempre um «projecto» a incarnar na história da pessoa e da comunidade: se não for este dinamismo condutor da história (de cada um de nós e do mundo), a nossa fé permanece estéril e não obedecemos ao mandamento de acreditar no nome do Filho de Deus!

Se o Povo de Deus é constituído por aqueles que foram gerados pelo germen incorruptível que é a Palavra do Deus vivo e eterno (cfr. I Pe. 1, 23), cada um dos seus membros deve sentir esta exigência primordial de incarnar a fé na vida (individual, familiar, profissional, política...). O Povo de Deus é antes de mais um Povo de crentes.

O segundo aspecto do mandamento de Deus é, ainda segundo S. João, «amarmo-nos uns aos outros» — só quando desabrocha em caridade é que a fé se torna plenamente vínculo de comunhão. A comunidade de vida com Deus, na participação da sua própria natureza, não se situa apenas a um nível ontológico, mas exprime-se em comportamentos efectivos, dos quais o mais fundamental é a nossa resposta no amor ao Amor primeiro e criador do Pai, essa grande caridade que nos manifestou no Filho e que derramou em nós pelo dom do Espírito. E a união vital com Cristo, Verbo feito homem, é a mediação única e insubstituível da co-

munhão de amor com a Trindade — daí a insistência com que o Senhor recomendava aos discípulos: «permanecei em mim, permanecei no meu amor».

Quantas riquezas de verdade e de vida não estão subentendidas nesta palavra **permanecer!** É uma síntese de todo o programa cristão.

E, no entanto, um problema se levanta: depois da sua Ascensão, o Senhor Jesus Cristo está fora do alcance da nossa experiência imediata e não se manifesta em virilidade ao nosso contacto humano — como poderemos então estabelecer comunhão com Ele e permanecer no seu amor? Foi esta mesma perplexidade que inundou o espírito dos Apóstolos ao escutarem a despedida de Jesus: «para onde eu vou vós não podeis vir» (Jo. 13, 33); e logo Pedro perguntou: «para onde vais, Senhor? (...) Por que motivo não posso agora seguir-te?» (36-37); e depois Tomé: «Senhor, não sabemos para onde vais. Como é que sabemos o caminho?» (14, 5).

A solução desta dificuldade havemos de a encontrar no mandamento novo: «amai-vos uns aos outros». Sim, doravante é o amor fraterno que garante a continuidade da comunhão. Embora invisível, Jesus continua presente e como que adquire uma nova forma de visibilidade na pessoa de cada irmão — a comunidade eclesial é o **sacramento** (sinal eficaz, sensível e operante) da comunhão com Deus; só em Igreja nós podemos **permanecer no seu amor.**

A esta luz, melhor podemos compreender o que diz S. João: «aquele que não ama o seu irmão, que vê, não saberá amar a Deus que não vê» (I Jo. 4, 20), e a I de Pedro: «sem o terdes visto, podeis amá-lo» (1, 8). O amor de caridade, que estabelece a Koinônía entre os membros do Povo, é a mediação indispensável da Koinônía com Deus.

Num momento em que, mais do que nunca, o mundo precisa de sinais para a fé, os cristãos devem ter em conta, de maneira consciente e profunda, de que será pela caridade que os outros nos reconhecerão como discípulos de Jesus — só assim os homens sentirão, como que experimentalmente, a presença de Deus e do seu amor operante. Todos os outros sinais (seja a pobreza ou a castidade, seja o apostolado ou o esforço de promoção humana) só terão sentido e fecundidade se forem expressões da linguagem inequívoca do amor. **«O Povo de Deus tem por lei o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou»** (Const., n.º 9).

Ao dom da Luz e do Amor de Deus, o homem responde com a fé e a caridade. O Povo, libertado pela Redenção de Cristo, vive

na aceitação da Palavra e na retribuição do Amor — a comunhão na fé-caridade define a condição de existência desse Povo.

Assim a Igreja, ainda antes de ser uma instituição, é uma relação de pessoas (relação vertical com Deus e horizontal com os irmãos), ou seja, é uma Koinônía — a instituição constitui exactamente o «quadro» onde se exprime, onde desabrocha e onde se alimenta essa comunhão. E o lugar de encontro dessa relação de pessoas é o Corpo de Cristo Ressuscitado, único verdadeiro templo na nova Aliança, que, no seu Corpo que é a Igreja e através do seu Corpo eucarístico, prolonga a sua visibilidade de mediação na história dos homens.

3. tensão escatológica

O nervo central da mensagem dos profetas de Israel é o anúncio, em perspectiva messiânico — escatológica, de um novo Povo para os tempos futuros, resultado de uma intervenção decisiva de Deus. Ora o Igreja tem consciência (consciência essa que se exprime logo nos tempos apostólicos) de ser o Povo escatológico anunciado outrora e caracterizado essencialmente pela **novidade:** ela é a nova criação, estabelecida pela nova e eterna Aliança e pela nova efusão do Espírito, formada como novo Templo e nova Jerusalém, possui a lei nova do mandamento novo e, caminhando em novidade de vida, de coração renovado, espera a vinda daquele que faz novas todas as coisas — então haverá céus novos e terra nova!

A existência actual deste Povo desenrola-se entre dois polos: já vimos que o primeiro é a Redenção pascal e libertadora realizada por Cristo; o segundo será a consumação definitiva na manifestação do Filho de Deus em glória. Assim, no movimento rectilíneo da realização do plano de Deus no mundo (história da Salvação), o tempo presente da Igreja é essencialmente um **tempo intermédio** e um **tempo de tensão:** nele co-existem, como que dialèticamente, o já realizado e o ainda não consumado. Se a vitória de Cristo foi já definitiva, o poder do mal prossegue, não obstante, a sua luta; os tempos são de crise, discernimento e provação; os valores humanos conservam ainda a sua radical ambiquidade (bons em si mesmos, podem tornar obscuro para o homem o caminho do Bem).

Este tempo intermédio de tensão é também o **tempo do Espírito:** o Pneuma divino que inundou o Corpo de Cristo Ressuscitado, inunda agora a instituição eclesial — a Igreja é o Corpo de Cristo, porque nela habita o Espírito de Cristo. Portanto a Igreja só pode corresponder à sua natureza e à sua vocação, vivendo numa atenta fidelidade ao Espírito, já que é Ele que a conduz para

a verdade integral, que fecunda o seu ministério apostólico, que dá eficácia aos sacramentos administrados em nome de Cristo, que inspira os múltiplos e diversos carismas, distribuídos por todo o Povo, para a edificação do Reino de Deus.

Cada cristão deve sentir em si esta exigência de atenção ao Espírito, o que só conseguirá numa atitude de silêncio interior e de recolhimento — é o Espírito que nos dá a capacidade de discernir os sinais dos tempos, descobrindo no momento que passa o kairós do apelo divino.

O Povo de Deus vive, pois, num estado de crescimento, de maturação, toda a sua existência é um processo dinâmico, no desabrochar das insondáveis riquezas do mistério de Cristo. A Igreja (em todos e em cada um) existe para crescer, porventura na obscuridade, mas sempre na perseverança, porque nela actua inesgotàvelmente aquela energia prodigiosa que o Espírito de Deus desencadeou ao ressuscitar Cristo do seio da terra. A graça pascal, que a partir do Baptismo e da Justificação germina em cada um de nós, é uma força de conversão contínua, de crescimento progressivo, de movimento para a frente e para cima.

Porque muitas vezes nos falta esta visão dinâmica do Povo de Deus no mundo, é que fàcilmente nos contentamos com o comodismo da instalação e com a facilidade das formas estagnadas. Em cada um de nós será o carácter baptismal, aprofundado pela Confirmação e alimentado pela Eucaristia, a grande fonte de dinamismo e de renovação constante.

Este carácter escatológico do Povo de Deus, que é a Igreja, origina uma especial problemática quanto às suas relações com a realidade terrestre. Já Cidadãos do céu e, no entanto, ainda presentes no mundo, os cristãos têm de enfrentar permanentemente a dialéctica da transcendência e da incarnação. Se a Igreja é a grande protagonista da história humana, se os cristãos devem ser os primeiros a tomar a sério as tarefas temporais, nunca, porém, poderão esquecer que tudo o que é humano tem de se perder para se encontrar... Tal como o náufrago que caminha a nado para a praia — avança apoiando os seus membros na água, e para ele parar é morrer —, assim também o homem no mundo deve apoiar-se nas coisas terrestres, mas para as ultrapassar; sem prescindir delas, mas sem se fixar nelas. E segundo esta perspectiva, o mundo e a história não ficam minimizados, nem são desvalorizados, mas antes ganham plena consistência, autêntico sentido e fundamental importância.

Por aqui vemos toda a oportunidade da palavra de Paulo VI, ao dizer que a **vigilância** deve ser a atitude característica do cristão no mundo: essa vigilância inclui a expectativa escatológica, a sen-

sibilidade ao apelo do Espírito, a atenção aos sinais dos tempos, a lucidez no confronto com o mundo e a fidelidade a todas as exigências do Reino.

Terminemos este parágrafo. Veremos a seguir um aspecto mais delimitado deste problema da tensão escatológica a que o Povo de Deus está submetido, durante o tempo intermédio da sua existência na terra.

o povo de Deus no mundo

A acção de Deus, pela eleição e pela Aliança, fez de Israel um Povo separado de todos os outros. Até o próprio vocabulário (am — goyim, no hebraico; laós — ethnê, no grego), mostra como Israel e depois a Igreja tinham consciência de constituir uma comunidade distinta, possuída por Deus como seu bem particular.

Durante o Antigo Testamento, eram duas as exigências de pertença ao Povo eleito: o elemento étnico (comunidade de sangue) e o elemento religioso (comunidade de fé). Ao contrário, na Igreja do Novo Testamento, foram superadas todas as condições étnicas (já não há judeu nem grego, escravo ou homem livre), mas apenas é constitutiva da pertença ao Povo a comunhão na fé e na caridade. Depois do Pentecostes, são convocados para a comunidade todos os homens sem distinção, e Deus interveio «para tirar dentre os pagãos um Povo para o seu Nome» (Actos 15, 14). Simultâneamente diferentes dos Judeus e dos Gentios, os cristãos formam um «tertium genus» (cf. I Co. 10, 32). Sendo assim, desde que o sangue de Cristo foi derramado por todos os homens, ficou definitivamente abolida toda e qualquer forma de nacionalismo religioso, e já nenhuma nação poderá dizer de si mesma que foi de entre todas escolhida para Povo do Senhor... Esta precisão é fundamental para bem entendermos o termo «Povo» quando aplicado à Igreja.

Mas embora separada dele, não há entre a Igreja e o mundo uma distinção adequada. Quando Santo Agostinho distinguia a Cidade de Deus da cidade terestre, não as entendia como duas comunidades paralelas ou juxtapostas (muito menos opostas), mas como duas ordens radicalmente diferentes que se encontram em cada um de nós. A Igreja não olha o mundo de fora, à distância, como se fosse uma seita isolada, e o cristão sabe que o Baptismo não quebra, mas confirma, os vínculos da solidariedade natural, pois que nele, simultâneamente, se encontram e se cruzam a Igreja e o mundo — a fronteira que separa essa Igreja e esse mundo passa pelo coração de cada homem.

Apesar disto, o Povo de Deus, como comunidade distinta e «separada», tem de enfrentar o contacto e a convivência com todos aqueles que visìvelmente lhe não pertencem — é todo o problema da presença da Igreja ao mundo. Este problema tem particular

acuidade no nosso século e para o reflectirmos vale a pena, mais uma vez, analisar a experiência histórica de Israel, para dela tirar preciosas lições.

Situemo-nos na época do cativeiro de Babilónia e pensemos na dureza da provação que esse exílio constituiu para o Povo. Ao longo de vários séculos, Israel tinha criado uma estrutura de instituições permanentes: a seguir à fase instável duma vida nómada, vem a posse tranquila do território nacional, ocupado e pacificado durante o tempo dos Juízes; a seguir ao regime volúvel dos chefes político-militares ocasionais, é instituída a realeza pelo profeta Samuel, o que vem proporcionar um governo estável e próspero; a seguir à diversidade das formas e locais de culto, Salomão constrói o Templo de Jerusalém; forma-se uma classe sacerdotal; a legislação é desenvolvida e codificada; numa palavra, Israel tinha-se constituído como nação. Mas eis que, com a vinda do invasor, todas estas instituições são abaladas: a Terra prometida é conquistada, termina a dinastia dos descendentes de David, o Templo é destruído, o Povo fica disperso pelas nações vizinhas!

Perante um facto de tamanhas consequências, faz-se ouvir a voz insistente dos Profetas, que anunciam a Israel a mensagem de Deus. Ora essa mensagem apresenta duas grandes linhas de força, que poderíamos resumir nestas palavras: **interiorização** e **universalização.** Interiorização, porque quando faltam as estruturas sociais é preciso re-afirmar os valores da pessoa, garantir a sua sobrevivência e apelar para o espírito de fidelidade interior. Universalização, porque o Povo agora experimenta a dispersão, o contacto internacional, e está mais preparado para compreender a universalidade da Salvação.

Qual de nós não descobre um flagrante paralelismo entre as condições de Israel no Exílio e as da Igreja no mundo de hoje? A analogia é evidente: depois duma cristandade medieval, limitada à Europa e instalada nas estruturas, a Igreja tem perdido muitos dos seus enraizamentos sociológicos e acha-se agora dispersa, em Diáspora, no meio duma sociedade pluralista, em confronto com massas ateias, espalhada por todos os continentes, em situação minoritária. Privada do apoio das instituições humanas e conhecendo novas formas de internacionalismo, a Igreja do nosso tempo refaz a experiência de Israel!

Deste ponto de vista, melhor compreendemos o alcance da mensagem do Concílio Vaticano II. Tal como a dos Profetas, essa mensagem orienta-nos para uma maior **universalização.** Ao falar da liturgia e do mistério da Igreja, das Missões e da liberdade religiosa, da Revelação e do Ecumenismo, dos Seminários e da Igreja no mundo..., o Concílio parece ter sempre esta dupla intenção: ele quer a Igreja mais atenta aos valores da pessoa e mais aberta ao sentido da universalidade.

Que cada um de nós saiba entender e assimilar esta mensagem! Numa altura em que a presença ao mundo é o grande problema da Igreja, todos devemos adquirir uma renovada consciência desta inevitável tensão. A Igreja é o Povo-separado, mas também o Povo-testemunha; é sempre igual a si mesma, mas faz-se tudo para todos; ela é um dom de Deus à humanidade, mas incarna na história dos homens. A todo aquele que é membro deste Povo da nova e eterna Aliança se pede hoje que interiorize a vida que, de Cristo, lhe vem pelo Espírito, a fim de testemunhar ao mundo inteiro a fé que recebeu, a caridade que o anima e a esperança que o conduz.

conclusão

Lancemos, para terminar, um olhar retrospectivo sobre tudo o que escrevemos. Definimos primeiramente a condição de existência dos membros do Povo de Deus e vimos que ela se caracteriza, antes de mais, pela liberdade que a Redenção de Cristo nos alcançou. A Igreja é um Povo liberto no sacrifício e na disponibilidade. Considerámos depois a comunhão da fé e da caridade, entendida como uma relação de pessoas, e tentámos ver de que maneira essas virtudes cristãs estão referidas ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo e como, estabelecendo a Koinônìia eclesial, realizam a nossa união a Cristo. A Igreja surgiu-nos assim como a comunidade de crentes, no amor, verdadeiro sacramento primordial da Salvação da humanidade. Em terceiro lugar, debruçámo-nos sobre a novidade de vida do Povo e descobrimos a sua tensão escatológica neste tempo intermédio, que é o tempo do Espírito; o dinamismo de crescimento, a conversão contínua e a vigilância são atitudes próprias do cristão na terra.

Finalmente, analisámos o problema especial da presença da Igreja ao mundo e vimos que as duas grandes linhas de força de mensagem conciliar são a exigência de interiorização e a urgência da universalização.

Ao iniciar, propusémo-nos seguir o caminho traçado pela Constituição «De Ecclesia» — embora pouco citado, este documento foi a base da nossa reflexão e é fácil verificar como muitas vezes foi implìcitamente referido. Para não tornar pesado o texto, evitámos as referências bibliográficas, mas tivémos sempre presente o pensamento dos teólogos actuais. De resto, os leitores têm uma abundante bibliografia sobre este assunto no primeiro número da revista «Concilium». Mas não podemos encontrar melhor instrumento de meditação do que a própria Constituição «Lumen Gentium» — essa «Magna Charta» do nosso Concílio deve ser o princípio e o ponto de partida da grande renovação eclesial.

homilia, admonições celebrações

P.e ROGUET *

homilia

Quando eu era ainda jovem religioso costumávamos na Ordem distinguir entre grande e pequena pregação. Enquanto a primeira se identificava com o sermão, à segunda chamávamos homilia. Também ainda hoje há pessoas para quem a homilia é um sermão bastante curto, que não se prepara e não tem plano. Esta não é uma concepção verdadeira de homilia. Muito pelo contrário, penso que esta é a mais alta pregação porque vem na continuidade da liturgia; mais ainda, ela é uma celebração.

parte integrante da liturgia

Está aqui uma das razões pelas quais normalmente a homilia deve ser feita pelo celebrante, como de facto o indica o cerimonial dos bispos ao assinalar que na missa pontifical é ao bispo que compete fazer a homilia. Mas se o bispo acha por bem não a fazer, compete em primeiro lugar ao presbítero assistente, ao que está mais próximo de si, o fazê-la.

Quero ainda fazer notar nesta linha de ideias algo de muito interessante contido na instrução que vai entrar em vigor a 7 de Março. Diz-se que o Evangelho pode ser lido por um outro que não o presidente; por um diácono ou por um outro padre.

Neste caso o diácono ou o outro padre, não falo aqui da missa solene mas da cantada ou da rezada, pede a bênção ao celebrante, lê o Evangelho, e uma vez terminada a leitura leva-o ao celebrante para este o beijar.

---

* conferência pronunciada em Janeiro de 65 na VIII Semana diocesana de Pastoral, em Portalegre

Pois bem! isto parece-me muito interessante pois que nos dá um exemplo de concelebração. Esta não se reduz ao facto de alguns padres celebrarem a missa em conjunto, mas está em desempenharem funções diferentes numa celebração. Seria igualmente interessante que no caso de o pregador não ser o celebrante fosse ele mesmo, pregador, o leitor do Evangelho. Deste modo ele apareceria como aquele que lê o Evangelho e o comenta. Esta leitura e comentário ligam-se à celebração do presidente desde que se lhe peça a bênção e que em seguida se lhe dê o Evangelho a beijar. Encontramos pois aqui um elemento essencial da pregação que é o de fazer parte integrante da liturgia. Isto vai ajudar-nos a definir o homilia.

a partir do texto sagrado

Como defini-la? Primeiramente ela faz-se a partir do texto sagrado («ex textu sacro»). Tivemos neste ponto um exemplo interessantíssimo das ideias divergentes que se manifestam no Concílio. Esta expressão: — A homilia deve fazer-se «ex textu sacro» recebeu dois pedidos de emenda da parte de dois bispos! um deles pedia que fosse tirada tal expressão para deixar uma total liberdade ao pregador. O outro, em sentido contrário, pedia que se precisasse bem que a homilia se deve fazer a partir do texto sagrado que acaba de ser lido. Uma vez que se destruiam mùtuamente, não foram tomadas em conta nem uma nem outra destas emendas. É interessante conhecermos este pormenor para não fazermos demasiada força sobre a expressão «ex textu sacro». Não se quer pois dizer que a homilia deva ser feita necessàriamente a partir do Evangelho ou da Epístola. Pode fazer-se a partir dum Evangelho diferente ou paralelo.

Há tempos, um monsenhor dizia-me que nunca se prega sobre o Filho Pródigo. Ora, eu prego todos os anos sobre o Filho Pródigo. Com efeito, há um domingo em que lemos o início do cap. XV de S. Lc. onde vêm as parábolas da ovelha e da dracma perdidas. Nessa altura, eu falo da parábola do Filho Pródigo que vem a seguir e que nos dá precisamente uma explicação do início do Evangelho; os fariseus murmuravam ao ver Jesus comer com os pecadores. Ora, Jesus, por exemplo, coloca no lugar dos mesmos fariseus o filho mais velho; no lugar dos pecadores, o filho pródigo.

Podemos também pregar sobre o salmo do Gradual. Para Santo Agostinho, esta é uma das principais leituras da missa. Pode parecer-nos estranho, mas era sobre ele que de preferência fazia a sua homilia. Conta-se na sua vida que um dia ele indicou o salmo do Gradual ao leitor. Como este se tivesse enganado e cantado outro salmo, ele deixou-o continuar, mas mudou o tema da sua homilia. Em vez de pregar sobre o salmo previsto, pregou sobre o que acabava de se cantar.

Pode também pregar-se sobre textos que não são próprios de determinado domingo. Quando me convidam a pregar numa paróquia onde estou de passagem e onde nunca mais voltarei, a maior parte das vezes falo sobre «o Senhor esteja convosco» ou sobre «Amen». E todas as vezes há fiéis que me dizem que o meu sermão foi muito interessante, que nunca tinham ouvido falar de semelhante coisa. De facto, não se pensa nestas coisas que são frequentíssimas, que aparecem no dia a dia e que se não comentam nunca, mas que, no entanto, interessam sempre muito os fiéis. Do mesmo modo, pregar sobre o sinal da cruz é muito pouco habitual, se bem que não seja afastar-se do texto evangélico. Com efeito, encontra-se no final de S, Mateus: «Baptizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo». Pode falar-se ainda das palavras da Consagração, que, também elas, fazem parte do texto sagrado e que são o essencial da missa. Pode falar-se sobre o mistério do dia, com uma referência especial a tal ou tal texto.

ponto de partida psicológico

Com frequência ouve-se levantar esta objecção: os fiéis não estão muito familarizados com o texto sagrado. Por conseguinte, partir do texto sagrado, é partir de algo de desconhecido. Acaso não seria mais psicológico partir de um acontecimento, de uma realidade da vida? É por demais evidente que, quando há um acontecimento na paróquia, seja um acontecimento normal, como, por exemplo, a primeira comunhão ou a profissão de fé, seja um acontecimento excepcional como uma greve ou uma catástrofe, é absolutamente natural que parta daquilo que preocupa os paroquianos; e assim, eles ficarão imediatamente interessados. Quer isto dizer que neste caso não se parte do texto sagrado? É claro que convém distinguir duas coisas: o ponto de partida psicológico e o ponto de partida da alocução que pode muito bem ser um acontecimento qualquer. Apenas é sempre necessário que a luz dada pelo padre parta do texto sagrado. Não basta contentarmo-nos com o partir dum acontecimento, uma morte súbita, um acidente, uma inundação, uma greve, etc., e fazer reflexões humanas sobre o tal facto, porque assim não é pregação. Serão umas reflexõezinhas simpáticas, dum grande homem, dum grande pároco que está completamente de acordo com os seus paroquianos, mas não é a transmissão da palavra de Deus.

Assim pois «ex textu sacro» quer dizer que o padre vai buscar a sua doutrina e a sua inspiração ao texto sagrado, sem no entanto isso constituir impedimento a que vá buscar o seu ponto de partida, ao mesmo tempo psicológico e pedagógico, a acontecimentos da vida corrente ou a um acontecimento que acaba de se dar.

Por outro lado, uma vez que a homilia se faz a partir do texto sagrado e constitui uma parte integrante da liturgia, o que a há-de caracterizar será a sua forma essencialmente bíblica e litúrgica. Mas isto não significa que ela deva comportar um capítulo do manual bíblico ou litúrgico. Uma homilia não é uma aula. A homilia deve ser bíblica e litúrgica não quanto à matéria, mas quanto à forma, quanto ao estilo. Isto quer dizer que ela é uma transmissão vital da palavra de Deus e não uma simples transmissão escolar. De modo algum quero dizer que tudo o que é escolar é enjoativo. Mas no fim de contas é forçoso reconhecer que o ensino escolar tem certas exigências de clareza e de repetição que o não fazem nada atraente. Ora, se nós fazemos uma homilia que seja um curso ou uma aula, grande parte dos fiéis ficarão enjoados. Depois, Cristo nunca falou assim. Lede o Evangelho. Não conseguireis encontrar nele nem cursos nem aulas mas a transmissão da vida. Igualmente os Padres da Igreja que certamente eram grandes sábios e grandes teólogos não tentaram fazer cursos de teologia: também eles transmitiam a vida cristã. Vedes pois que não são ideias que temos de transmitir, é a vida. Isto não quer dizer que a homilia não deva ser doutrinal; é conveniente não confundir escolar com doutrinal. Para não ser escolar não é necessário tirar-lhe todo o conteúdo intelectual pois que perderia grandemente a sua razão de ser que é a de alimentar os fiéis; eles devem aprender alguma coisa. Os discursos de Cristo no evangelho são bastante e mesmo muito doutrinais. Basta repararmos que a nossa doutrina não tem outra fonte.

mais sintética que analítica

Um outro ponto de vista que caracteriza a Bíblia e a liturgia e que a verdade é apresentada de forma indutiva. Isto quer dizer que não se fala de princípios abstractos mas de realidades que não são forçosamente realidades do terra a terra. A maior parte das vezes fala-se das realidades da fé: a presença de Nosso Senhor, o Seu Sacrifício, o Mistério Pascal são realidades concretas e não só princípios abstractos. Por aí convidam-se os fiéis a entrar mais profundamente no mistério e a vivê-lo mais a fundo. Com isto faço notar que a homilia é mais sintética que analítica. Para vo-lo fazer compreender vou dar-vos duas comparações, uma de ordem religiosa e outra de ordem bíblica.

Ao longo dos séculos precedentes foi costume levar os fiéis a fazer actos: Acto de humildade, acto de fé, acto de esperança, acto de caridade, etc. Está bem, mas é analítico, isto é, dá-nos a

impressão de que acreditamos que se pode viver uma virtude separadamente de todas as outras.

Nunca a liturgia se ocupou disto. Ela toma a vida cristã na sua totalidade, na sua complexidade, chegando mesmo a causar-nos certa surpresa. Há, por exemplo, autores que nos dizem ser tal salmo o resultado da junção de dois fragmentos de outros, pois que se passa sucessivamente da acção de graças à súplica. Mas nunca ninguém nos disse que um salmo seja um tratado de acção de graças ou de súplica. A vida cristã, a vida de oração, mistura uma e outra.

Dou-vos outra comparação! Seria como se se quisesse alimentar alguém, dando-lhe sucessivamente elementos químicos puros, dizendo que esse alguém tem necessidade de assúcares, de proteínas, etc., e dão-se-lhe umas coisas a seguir às outras. Talvez não consigamos assim uma comida muito apetitosa. O nosso apetite não seria grande, se as nossas refeições nos fossem apresentadas deste modo, com rótulos químicos. Por outro lado, comemos coelho, batatas, arroz, rabanetes, peixe, o que não é uma mistura nada ordenada de elementos químicos, mas apetitosa.

E ainda um outro exemplo. Na França, durante muito tempo, sucessiva mas independentemente, as pernas, os braços, o tronco, esteve em moda a ginástica sueca. Consistia em fazer movimentar, em flexões e extensões, e não havia nada de mais absorvente do que isso. No entanto, os desportos são mais interessantes. É mais agradável correr atrás de uma bola sem estarmos em cada momento a perguntar a nós próprios se são as pernas se os braços que devem entrar em acção. O que interessa é que também isto desenvolve e é da máxima importância para a saúde.

Pois bem. A apresentação do Evangelho segundo os métodos da Bíblia, da Liturgia e da homilia deve procurar não isolar os elementos puros e abstractos, como se fosse num tratado de geometria. Tudo isto nos é dado sob uma forma sintética e vital e é isso mesmo que é assimilável. Os alimentos mais assimiláveis, os exercícios físicos mais agradáveis, são os que têm a complexidade da vida. Mas cuidado: isto não quer dizer que uma homilia seja forçosamente uma desordem.

proporcionada ao tempo da celebração

Mas se por um lado ela se não deve confundir com um sermão curto, com um resumo de sermão, por outro, ela não deve ser longa, precisamente porque se insere na liturgia e não é normal que ela seja desproporcionada com a duração da liturgia.

Conheci uma igreja onde havia uma missa rezada, muitíssimo

curta, no meio da qual havia uma conferência sobre realidades económicas e sociais, que durava 50 minutos. Ora isto é absolutamente anormal e não é lá muito respeitoso para com a Santa Missa. Penso que normalmente, numa missa não cantada, a homilia não deve ultrapassar 10 minutos. Isso é necessário para a proporção da celebração. Depois, é necessário ser curta, porque a homilia é a pregação do pastor e este torna a encontrar o mesmo auditório todos os domingos durante anos e anos. É por isso necessário que ele não esgote imediatamente todas as reservas. Um padre que esteja de passagem por algum sítio, aonde não voltará, que despeje toda a sua teologia, compreende-se e desculpa-se. Mas o pároco que lá está talvez há 20 anos, fazendo a conta a um sermão em todos os domingos...! É preciso moderar-se e fazer algumas economias e reservas. O que não tiver tempo de dizer hoje diga-o no próximo domingo.

Ao contrário de um discurso de aparato, a homilia não requer nem introdução nem conclusão. Não requer introdução porque toda a gente sabe muito bem qual a razão porque o sacerdote está lá e toma a palavra. Se há necessidade de desculpa é porque o assunto é estranho à missa e é pois um mau assunto. No respeitante à conclusão, perso que não é igualmente necessária numa homilia que, como tal, deve ser essencialmente prática.

dirige-se a uma comunidade concreta

Mas não basta que seja um sermão muitíssimo bem urdido, muito claro, não muito longo, para se lhe poder chamar uma homilia. É necessário sim que se dirija a uma comunidade concreta que é aquela que se tem em frente. A homilia deve ser muito bem localizada, particularizada. Não quer isto dizer que se vão multiplicar as alusões pessoais. Ela é o acto dum pastor que se dirige ao seu rebanho. Deriva isto do grande princípio de que a homilia faz parte da Liturgia. A Liturgia não é o mistério de Cristo na eternidade; é sim o mistério de Cristo celebrado hoje sobre determinado altar com uma hóstia que não é a de anteontem. É uma hóstia nova; é a hóstia desta manhã. É o pão de cada dia que é oferecido. O mesmo se passa com a homilia. Ela é a palavra do dia de hoje: ela é a palavra de cada dia. E não é preciso entrar em muitos pormenores para que isto se sinta.

Na maioria dos casos tem-se a impressão de que se escuta a leitura de um texto, como aqueles que se encontram em bons missais. Mas a introdução dum missal por muito bíblica e litúrgica que seja nunca é uma homilia.

Finalmente, e era por isto que eu dizia que uma boa homilia não tem necessidade de uma conclusão, ela é um discurso que se

dirige a uma comunidade determinada, para empenhar essa mesma comunidade no Sacrifício eucarístico que se segue.

Para fazer uma homilia não basta expor um tema. O pastor é aquele que conduz as suas ovelhas, que as dirige. Eu por exemplo experimentei isso muito ao vivo; durante três anos fui reitor de uma das nossas igrejas conventuais; havia pessoas que me diziam: O senhor deve estar satisfeito, pois que é director do Centro de Pastoral Litúrgica; eis-vos agora pastor, a fazer pastoral. Mas não, eu não sou pastor, não faço pastoral. Em primeiro lugar porque eu só administro os sacramentos que não criam relações: a Eucaristia e a Penitência. Não baptizo, não faço enterros, não faço casamentos. Já isto mostra que eu não sou pastor. Mas sinto-o ainda mais fortemente quando prego. Aí o que posso fazer é convidar os fiéis a comportarem-se de tal ou tal maneira, mas como não tenho a «cura animarum», como não sou o seu pastor, o responsável directo pela sua salvação, como não tenho autoridade sobre eles, eu não os posso agarrar. Como dizia, o que posso fazer é convidá-los a serem mais cristãos, mas não tenho esta autoridade paternal própria do pastor e que é essencial à homilia.

O que estabelece a grande diferença entre uma homilia e um curso, é a que existe entre um pastor e um professor. Enquanto que este mostra a verdade mas não está encarregado de converter os seus alunos, aquele está encarregado de fazer entrar os fiéis na corrente do sacrifício eucarístico. Deduz-se daqui que a função da homilia é extremamente instrutiva. Depois das leituras, que pelo facto de serem as mesmas sobre toda a superfície terrestre, e, além disso, pertencerem à mesma Bíblia que é mais antiga que nós, se podem dizer universais, o padre faz a aplicação delas ao povo que o escuta para que, formado por elas, alimentado pela palavra de Deus, ele entre a fundo no mistério da oferta e do sacrifício eucarístico que vem logo a seguir.

Queria responder ainda às principais objecções que se fazem à homilia. Uma delas é que nela se não pode fazer tudo, sob pretexto de que se está limitado pelo «ex textu sacro». Antes de mais o texto sagrado é imensamente vasto e, depois, é por demais evidente que quando se fala não se pode dizer tudo. Falar à razão de 10 minutos por domingo durante alguns anos permite expor toda a doutrina católica.

e heterogénea

Isto permite uma outra objecção:

Diz-se que a homilia é demasiado geral; de facto não se entra em pormenores. Mas quando se fala a uma assembleia paroquial onde há novos e velhos, ignorantes e gente mais cultivada, homens

e mulheres, pobres e ricos não penso que se possa entrar em especificações, dado que a missa é o sacrifício da comunidade. Pelo facto de não haver uma missa de jovens, outra missa de velhos, uma de ricos outra de pobres, uma de sábios e outra de ignorantes, por esse mesmo motivo e porque a homilia pertence à liturgia, ela tem forçosamente que ser de carácter geral. Depois é impossível tratar na homilia assuntos como: a doutrina social da Igreja, moral conjugal, etc. É impossível; não há tempo, e além disso há muita gente a quem isso não interessa, ou que se escandalizaria mesmo. Para isto o que se pode fazer é formar os fiéis no que respeita à doutrina social ou à moral conjugal através de conferências, artigos, cursos especializados, etc. Na homilia o que se pode fazer é lembrar os princípios fundamentais dessa doutrina.

Isto leva-me ainda a um outro aspecto: a homilia não é o único meio que temos de instruir os fiéis e por consequência a objecção de que se não pode dizer tudo na homilia fica sem validade. Temos os boletins paroquiais, os cartazes, a imprensa, a rádio e até nalguns lados a televisão e o cinema católicos. Temos a biblioteca paroquial, as admonições no confessionário, e elas podem ser absolutamente especializadas e individualizadas.

perigo de repetição anual

Ainda o maior problema é chegar a fazer uma homilia que se não repita ou não seja mesmo semelhante às dos outros anos, pois que quase todos os anos os textos são os mesmos. É uma questão muito difícil e pelo que me toca tentei resolvê-la publicando em «Notes de Pastorale Liturgique», ao longo dos seis anos, sugestões de homilias. O que fiz foi o seguinte: tomei em cada ano um tema geral. No primeiro ano tomei o Credo, no segundo os Sacramentos, no terceiro a Missa, no quarto princípios morais dos Evangelhos, no quinto tomei a Igreja, e no sexto, Cristo. E cada ano, com uma ideia geral em mente, estudei os textos da missa e procurei como poderia ilustrá-la servindo-me desses textos.

É evidente que isto não era nada metódico, dado que os textos da missa não estão dispostos de modo a servirem de Manual de Teologia. Mas penso que não tem importância nenhuma que a homilia não seja metódica no seu curso anual, porque não se trata de ensinar o cristianismo a partir de zero a pessoas que não sabem nada, mas trata-se sim de pessoas que foram ao catecismo, que têm já uma experiência de vida cristã e de sacramentos; deste modo, acerca de tal ou tal texto precisa-se um ou outro aspecto do cristianismo.

Há ainda uma outra objecção que me foi feita por padres do movimento litúrgico, muito rigoristas, para quem a homilia já

não é homilia se não tem como única preocupação os textos. Respondo-lhes com a minha experiência, a qual me tem mostrado que, se se não tem atenção, corre-se o risco de fazer todos os anos a mesma homilia. Se fazeis um sermão que se assemelhe, mesmo por pouco que seja, ao do ano anterior, os fiéis hão-de notar imediatamente, dirão que o pároco faz todos os anos o mesmo sermão, mas terão muita dificuldade em vo-lo dizer. Será necessário tentar evitar isso, e a maneira de o conseguir é talvez a de seguir uma ideia geral.

Como disse atrás, publiquei ao longo de três anos em «Notes de Pastorale Liturgique» e noutros três pequenos volumes, algumas sugestões de homilias para todo o ano litúrgico, mas essas sugestões e outras semelhantes são esqueletos, são esquemas e não dispensam uma elaboração.

preocupação permanente do padre

Mais ainda, a homilia deveria constituir a preocupação permamente do padre. Ele deveria pensar nela toda a semana, e então tudo o que ele fizesse viria alimentar a homilia. A sua leitura da Bíblia, a oração, o breviário, a celebração da missa, os seus estudos... o estudo do padre deveria estar especialmente orientado para a homilia. Do mesmo modo, também os contactos com os fiéis hão-de servir à homilia, pois são eles que dão a conhecer as suas necessidades e os seus desejos. Isto deve fazê-lo naturalmente, quase sem pensar.

Permito-me esta comparação. Um pároco deveria fazer uma homilia como uma macieira faz maçãs. Pode parecer paradoxal mas é certo. Dir-se-á que a macieira dá maçãs mas não faz mais nada. Dar maçãs não lhe exige qualquer esforço extraordinário, faz parte da sua natureza. Pois bem, na homilia deveria estar toda a natureza, toda a alma pastoral do padre. Paro por aqui. A homilia é um assunto vastíssimo.

admonições e celebrações da palavra

Falarei ainda da Palavra de Deus sob as duas formas que são a catequese litúrgica nos ritos e as celebrações sagradas da Palavra de Deus.

A catequese litúrgica pelos ritos é recomendada no artigo 35 parágrafo 30 da Constituição. Fala-se da catequese litúgica pelos ritos porque há uma outra catequese litúrgica. É necessário ensinar aos fiéis o que é a Liturgia e isto faz-se pelas homilias, por meio de círculos de estudos, de exposições sobre o assunto, de uma semana sobre o que é a missa, etc....

Mas há a catequese nos ritos, isto é, as admonições que fazem parte da função do comentador. Este apareceu pela primeira vez nos documentos oficiais, com a instrução «De musica sacra» de 3 de Setembro de 1958. Os comentadores já existiam antes e apareceram por duas razões: a primeira foi o uso da missa radiodifundida. Graças aos processos da rádio podia comentar-se uma cerimónia sem causar perturbações. Para mim, foi da rádio que me veio a vocação para a pastoral litúrgica. Particularmente me espantou uma descoberta que fiz quando comentei pela primeira vez a missa. Encontrei por esses dias alguns, não digo fiés, mas enfim, católicos, que me disseram: «Mas como é que o senhor explica o que se passa na missa? Mas há um sentido na Missa?» É que há muita gente, mais do que se imagina, que pensa que a missa não tem de facto nenhum sentido, que não passa de um conjunto de gestos e de palavras.

Quantas pessoas não haverá que descobrem que há de facto nisto um sentido! Mas quantas não haverá também que acham muito enfadonhos aqueles que vêm dar-lhes explicações; esses tais nunca aspiram por saber o que se passa; vieram para ali «pender», para se deixarem embalar nas coisas rotineiras, não para reflectir. Assim se explica que a cada passo se ouça: «em tal paróquia já se não pode rezar». É verdade que isto por vezes também acontece, dado que há padres que fazem comentários intermináveis, e indiscretos. Alegam ainda «a vida é algo de complicado. Queria descansar um pouco na igreja e também lá me pedem para reflectir; é sempre a mesma coisa. Isto é cansativo; deixem-nos tranquilos!». Considerações deste tipo não merecem a nossa atenção.

A Rádio fez-nos pois descobrir o interesse da explicação dos ritos e devido talvez à sua influência, entrou até o costume de explicar aos fiéis certas cerimónias extraordinárias e um pouco complicadas, como sejam as ordenações, a sagração dos bispos, etc. Seguidamente o hábito de fazer comentários, admonições, introduziu-se mesmo nas missas normais. Ora, a instrução «de musica sacra» reconhece a utilidade de tais admonições, para permitir, para facilitar a participação activa dos fiéis. Elas são muito importantes, mas não se considerem sempre indispensáveis.

É necessário fazê-las de uma maneira discreta; poucas palavras e só no momento oportuno. Digo «no momento oportuno» porque conheci cerimoniários que não queriam comentários e que me diziam que eu não devia explicar a cerimónia senão durante uns 20 minutos antes do seu início. Os fiéis não estão lá para escutar um discurso de 20 minutos e além disso, a seguir, não se

lembrarão de tudo o que lhes foi dito. É necessário sim, apresentar os ritos à medida que eles se desenrolam. Sem isto nada feito.

É igualmente necessário preparar o que se vai dizer. Não importa dizer qualquer coisa. Há algum tempo estava em determinada sacristia e um coadjutor dizia para outro: «Olha meu velho, não te esqueças que és tu hoje a comentar a missa». — «Tenho muita pena mas não preparei nada». — «Deixa-te de coisas. Quando se é um bom padre tem-se sempre qualquer coisa que dizer sobre a missa». — Sim, mas dizem-se muitas vezes asneiras quando se não preparou nada, mesmo «quando se é um bom padre».

Estas admonições, é também preciso sabê-lo, não são explicações. Por isso a instrução «de musica sacra» dizia que elas devem ser feitas por um «comentador» metendo comentador entre aspas. Mas também não são comentários. A função do comentador é essencialmente de favorecer a oração, de empenhar na oração. É pois uma má admonição dizer por exemplo «irmãos, ides ver o que o padre vai fazer» ou então dizer o que muitas vezes se ouve durante os baptizados: «Para compreender o que se vai passar convém saber que no séc. IV o baptismo não se fazia assim». Mas isto não interessa as pessoas.

Um dos segredos da admonição consiste em a considerar verdadeiramente como um convite à oração e para tanto o estilo da admonição, direi mesmo, a forma gramatical da admonição, é do máximo interesse. Não se fala na 3.ª pessoa do singular; o padre vai fazer isto ou aquilo. Dá-se ares de um cicerone de museu. Não se fale também na segunda pessoa do plural; irmãos fazei isto, fazei aquilo, sentai-vos, levantai-vos. Isso não; há que falar na primeira pessoa do plural; irmãos peçamos isto a Deus, recolhamo-nos. É preciso fazer compreender que o comentador é o primeiro a rezar.

Outra coisa a ter muito em conta, é que o comentador não se deve substituir ao celebrante. Normalmente isto acontece por uma razão puramente material: Há um micro para o comentador mas não há nenhum para o celebrante. Ele está mais à frente, a sua voz ecoa por toda a Igreja, ao passo que o pobre padre está mais atrás, ninguém o ouve nem presta atenção ao que ele faz. É por isso que na instrução «de musica sacra» se lembra que o comentador não tem direito a ler a tradução exacta do que o padre diz. Muitos houve que não compreenderam o que isto significava e disseram: «É então preciso lerem-se traduções inexactas». Não se quer dizer isto, mas sim que as traduções que se leiam sejam de tal modo adaptadas que o comentador ao lê-las não dê a impressão de estar a tomar o lugar do padre. Por exemplo, quando tínhamos as orações em latim, havia comentadores que liam em voz alta a tradução da oração do padre enquanto que este baixava

a voz para a ler em latim. Isso era absolutamente proibido pois que nesse caso o comentador punha-se no lugar do padre. Quando este dizia «Deus Eterno e todo Poderoso dai-nos a graça de...», nessa altura o comentador devia dizer «Irmãos peçamos a Deus que nos conceda a graça de...». Não é o comentador quem se dirige a Deus, é o padre. O comentador dirige-se aos fiéis para os introduzir na oração.

A propósito disto, levanta-se, por vezes, a seguinte objecção: «Isso é muito bonito numa paróquia onde há alguns padres, onde há militantes. Nesse caso pode ter-se um comentador. Mas o pobre padre sòzinho numa pequena paróquia, esse era o primeiro a ter necessidade dum comentador e não o apanha; não pode ele fazer de comentador, dirigir aos fiéis as admonições?...» Mas há que contar que as rubricas nunca previram os casos extremos. Não previram os casos de miséria. Nessa altura elas não contam. Quando se está completamente destituído de meios, faz-se o que se pode. Mas em relação a isto a constituição deu um grande passo. Nela já se admite que o celebrante faça ele mesmo as admonições, o que é muito importante, não digo em todos os casos mas naqueles onde se está privado de comentador. Mas também aqui é preciso a sobriedade porque senão começamos a ter celebrantes que falam durante todo o tempo, não se sabendo depois se estão a celebrar se a comentar, e que passam mais tempo a comentar do que a celebrar. Mas é muito importante, penso eu, desde que se observe a justa medida, poderem esclarecer-se as diferentes fases da celebração por meio de orientações e admonições feitas, quer pelo comentador, quer pelo diácono, quer até mesmo pelo celebrante.

celebrações da palavra

Temos, finalmente, as celebrações sagradas da Palavra de Deus, recomendadas nos artigos 13 e 35 § 4 da constituição. A instrução «Inter Oecumenici» voltou de novo a este assunto, ocupando-se dele em pormenor nos números 37, 38 e 39, os quais nos esclarecem bastante.

Que são as celebrações da Palavra de Deus? É aquilo que durante muito tempo se conheceu pelo nome de paraliturgias. Mas estas paraliturgias que eram um pouco teatrais, o que contribuiu para tornar o termo pouco simpático, foram-se transformando sob a influência do movimento bíblico.

É preciso distinguir duas espécies muito diferentes de celebrações da palavra de Deus. A primeira, de que nos fala o n.º 37 vem para suprir a falta da missa. Nos lugares onde, por falta do «padre, a missa não é possível, pode santificar-se o domingo e

as festas de preceito com uma celebração sagrada da Palavra de Deus. E então, no n.º 37, há isto de muito curioso: diz-se que ela se faça sob a presidência dum diácono ou mesmo dum leigo. Temos aqui um caso absolutamente extraordinário da promoção litúrgica do laicado, pois que se reconhece a um leigo a possibilidade de presidir a uma celebração litúrgica. Recomenda-se que o esquema desta celebração seja mais ou menos o mesmo que o da liturgia da palavra na Missa. Assinale-se ainda que terão lugar a Epístola, o Evangelho, os Salmos e uma homilia que será feita pelo padre ou pelo diácono ou, no caso de ser um leigo, este deve ler uma que tenha sido preparada por um outro. Segue-se a oração Universal ou «oratio communis».

Isto é muito interessante, para nos fazer compreender que a discussão, que por vezes se ouve sobre se a oração universal faz parte da liturgia da Palavra ou da liturgia Eucarística não tem aqui lugar, pois, onde esta não existe, aquela termina com a oração dos fiéis seguida da oração dominical, o «Pater».

A segunda categoria de celebrações sagradas da palavra de Deus compreende ofícios para os fiéis e são destinados a santificar as tardes de Domingo e das festas ou a preparar uma melhor celebração dessas mesmas festas, da Páscoa, por exemplo, e poderão então fazer-se neste caso ao longo da quaresma, durante a semana ou ao Domingo.

Disse que havia dois tipos de celebração da palavra de Deus, mas pode apontar-se um terceiro. Há também aquelas que se fazem onde há um padre mas onde a missa por qualquer motivo não é possível. É aqui principalmente o caso dos funerais e dos casamentos, que não possam comportar a missa mas podem introduzir uma celebração da Palavra. Aliás isto é indicado formalmente a propósito do casamento sem missa. Neste caso, ela deve comportar o canto dos salmos, a leitura da Epístola e do Evangelho, a homilia e a oração dos fiéis. Temos portanto uma verdadeira celebração.

Eis um meio de formação bíblica dos fiéis. Enquanto que na liturgia somos obrigados a acomodar-nos aos textos que ela nos impõe, aqui, temos plena liberdade no que se refere à sua escolha. Possibilita-nos isto algumas criações resultantes quer da combinação de textos do Antigo e Novo Testamento, do Evangelho e das Epístolas e respectivos comentários, quer dos salmos que se cantem e da homilia que se faça.

Como poderemos notar, estamos num ponto do máximo interesse em ordem a uma educação metódica, a uma verdadeira formação bíblica dos fiéis.

a catequese cristológica nos séculos I e II

J. LOBATO

«É este (Cristo) que nós anunciamos, advertindo
todo o homem em toda a sabedoria, para
tornar todo o homem perfeito em Cristo» (Col. 1, 28)

É este o resumo, a síntese que São Paulo faz do seu «evangelho», do seu anúncio da Boa-Nova: o anúncio da pessoa de Cristo, em ordem à perfeição de todo o homem em Cristo.

O objectivo deste trabalho é descobrir no Novo Testamento e em alguns textos patrísticos do século II, em que consistia, nas linhas gerais, o ensinamento cristológico, ligado ao Baptismo. Não pretendo, pois, apresentar a Teologia da pessoa de Cristo no pensamento cristão primitivo, mas abordar o ensino sobre Cristo, feito àqueles que recebiam o Baptismo.

A Catequese e o Querigma cristológicos — este o objectivo do presente estudo.

introdução: catequese e querigma

Se por «Catequese» se entende um ensinamento (não apenas anúncio) cristão, elementar (não teológico), mas completo (não ocasional, como, por exemplo, uma homilia), ligado ao Baptismo, sistematizado e fixo, a catequese, assim definida, surge no século III, do que é testemunha a «Tradição Apostólica» de Santo Hipólito de Roma.

Estaria então, nos séculos I e II, o ensinamento de preparação para o Baptismo, sujeito ao acaso da improvisação?

Alfred Seeberg apresenta no seu livro «Der Katechismus der Urchristenheit» a hipótese da existência de um catecismo na Igreja do I século, entendendo por «Catecismo» uma forma de ensinamento fixo e ordenado de maneira sistemática e fácil de memorizar, pondo ao alcance de todos o essencial da fé e da vida cristãs. Este «catecismo» terá tido duas partes: uma parte moral, assente no tema das duas vias, segundo um catecismo já usado nas missões judaicas; outra parte, dogmática, contendo a «Fórmula da Fé», que mais tarde teria dado origem aos «símbolos».

Esta hipótese de Seeberg não foi sempre muito bem aceite, sobretudo naquilo que diz respeito à parte moral desse possível Catecismo; quanto à parte dogmática, a que mais interessa para este estudo, pois, segundo a dita hipótese, ela assentaria quase exclusivamente na pessoa de Cristo, Seeberg aproxima-se muito do que estudos posteriores revelaram do ensinamento sobre Cristo Novo Testamento.

Este «Catecismo» de que Seeberg fala, usando fórmulas fixas, ordenadas, sistematizadas e fáceis de memorizar, talvez não tenha existido como ensinamento escrito durante o século I; mas o que é certo é que existiram fórmulas, resumos de doutrina, contendo dela o essencial. Estas fórmulas apareceram com dupla finalidade: umas destinavam-se a anunciar aos judeus ou aos pagãos a doutrina e a vida cristãs; outras, retomando as primeiras, destinavam-se a uma função mais catequética, integrando e explicando o primeiro anúncio. Temos, assim, fórmulas QUERIGMÁTICAS (de anúncio) e fórmulas CATEQUÉTICAS (de ensinamento mais completo).

A relação destas duas categorias de fórmulas com o Baptismo é ainda imprecisa no I século. É possível que o Baptismo tenha sido dado logo após o querigma ou primeiro anúncio, segundo alguns textos que adiante apontarei.

I. querigma e catequese cristológicas no I século da igreja

A. o querigma

1. em São Paulo

O texto que Festus envia ao rei Agripa mostra claramente que o conteúdo essencial do evangelho de São Paulo era conhecido: «...não sei que discussões sobre a sua religião e sobre um certo Jesus que morreu e que Paulo afirmava estar vivo» (1).

(1) Act. XXV, 19

Segundo C. H. Dodd, o conteúdo do «evangelho» de Paulo nas suas cartas é o seguinte, em resumo:

— As profecias cumpriram-se e inaugurou-se uma nova era com a vinda de CRISTO,
— nascido da raça de David,
— morto, conforme as Escrituras, para nos libertar da era do pecado,
— sepultado,
— ressuscitado ao terceiro dia, conforme as Escrituras,
— exaltado à direita do Pai, como Filho de Deus e
— Senhor dos vivos e dos mortos.
— Ele voltará como Juiz e Salvador dos homens (2).

Mais resumidamente: a intervenção de Deus na História dos homens, em Jesus Cristo, e a sua obra de Redenção, como factos históricos.

É este o «Evangelho da Salvação» (3), o poder de Salvação (4); nele se revela a «Justiça de Deus» (5). É esta a «palavra e a pregação» de Paulo (6). É o «mistério» que Paulo deve anunciar (7).

Segundo este esquema, para São Paulo o Cristo histórico, estabelecido KÚRIOS pela ressurreição, é a garantia e o fundamento do NOÛN, o «agora» eterno que se opõe à era do pecado; é o tempo da Misericórdia do Pai e da reconciliação (8).

E, sendo o querigma de São Paulo dirigido aos pagãos, ele pretende apresentar uma resposta para esta dificuldade: como viver conforme a doutrina cristã no mundo pagão? A resposta é substancialmente esta: a Fé na Ressurreição real de Cristo, fundamento e garantia da nossa; sem a Ressurreição de Cristo, o querigma, a fé, o evangelho seriam vãos (9). Está aqui o centro cristológico da pregação Paulina: **a Ressurreição de Cristo, garantida** fim de forma fixa (10); aquilo que é preciso pregar antes de mais (11). Outro texto que mostra qual a substância do «Evangelho» de Paulo é a sua exposição ao rei Agripa, em Act. XXVI, 20-23. Paulo emprega todo o cuidado em informar o rei do conteúdo essencial do Cristia-

---

(2) Cfr. **C. H. DODD**, The Apostolic Preaching and ist developments, Londres 1936, pg. 17.
(3) Cfr. Ef. I, 13.
(4) Cfr. Rom. I, 16.
(5) Cfr. Rom. I, 17.
(6) Cfr. I Cor. II, 4.
(7) Cfr. Ef. VI, 19.
(8) Sfr. Rom. V, 9, Gál. IV, 8-9; Col. I, 22; II Tim. I, 10.
(9) Cfr. I Cor. XV, 14.
(10) Cfr. I Cor. XV, 1-5.
(11) Cfr. I Cor. XV, 3.

nismo: «... Cristo havia de padecer e seria o primeiro que, pela ressurreição dos mortos, havia de anunciar a luz do Povo judeu e aos gentios».

2. nos «actos dos apóstolos»

Os grandes discursos dos «Actos» (12) têm todos eles um conteúdo comum, se bem que apresentado de forma diversa em cada um. Esse conteúdo comum pode resumir-se nesta afirmação: **Jesus é o Messias prometido desde há muito, o Salvador.** E a prova disso é a sua Ressurreição, operada por Deus.

Este tema central aparece enquadrado em factos históricos que o situam; a figura de David e a promessa do Messias na sua descendência, a exaltação de Jesus à direita do Pai e a efusão do Espírito Santo.

Estes discursos têm a riqueza de, enquanto escritos por Lucas num ambiente diversos e num tempo posterior, manifestarem já algo de fixação do que era o anúncio de Cristo feito pelos Apóstolos; reproduzem «a pregação apostólica chegada a um certo estado de fixação», como escreveu J. Dupont (13). Lucas terá trabalhado as pregações primitivas de Pedro e Paulo, pois «é infinitamente verosímil que a Tradição escrita ou oral, esta tradição de que ele (Lucas) era um elo, tenha memorizado os temas essenciais da propaganda tais como os protagonistas a apresentaram» (14).

Outro pormenor a ter em conta é o facto de todos os discursos acabarem com um convite à conversão. Chegou o tempo do julgamento e da Salvação. Nesta linha, Cristo é o primeiro evangelizador e o seu querigma é também o primeiro: «Os tempos completaram-se; o Reino de Deus chegou. Arrependei-vos e acreditai no Evangelho» (15). Ainda outra consideração a fazer é a diferença entre o querigma para os pagãos e o querigma para os judeus. Para estes, ele consiste numa interpretação messiânica do Antigo Testamento. Paulo na sinagoga de Tessalónica, «durante três sábados discutiu com eles (judeus), seguindo as Escrituras. Explicou-lhes e demonstrou-lhes que o Messias devia sofrer e ressuscitar dos mortos. «E este Messias é Jesus, quem eu vos anuncio» (16). Assim também

---

(12) Cfr. Act. II, 22-26; III, 12-26; IV, 8-12; V, 29-32; X, 34-43.

(13) J. **DUPONT, Les problèmes du livre des Actes,** pg. 46.

(14) **L. CERFAUX, Introduction aux Actes,** in **Bible de Jerusalem,** Paris, 1964, pg. 23. Mais adiante, Monsenhor Cerfaux afirma: «É infinitamente verosímil, por exemplo, que os textos da Escritura que os discursos citam, sejam exactamente aqueles que Pedro, Estêvão, Filipe ou São Paulo citaram. A teologia, a apologética, a apresentação da mensagem cristã é verdadeiramente a deles; e Lucas é seu repórter fiel, até nas fórmulas que reteve».

(15) Mc. I, 14-15.

(16) Act. XVII, 2-3.

Paulo e Silas na cinagoga de Bereia ([17]) e Paulo aos judeus de Roma ([18]). Para os pagãos, o querigma consistia na pregação do verdadeiro Deus, criador do universo, seguindo-se o anúncio de Jesus Cristo.

Vemos, pois, que o querigma apostólico se situa:

— num anúncio de Jesus morto e ressuscitado por Deus;
— num apelo à conversão e à remissão dos pecados.

Repare-se que o objecto do querigma não é o anúncio de uma doutrina, mas de uma **Pessoa.** «Pregar a Palavra de Deus» é «pregar Cristo», é «anunciar Cristo» ([19]). É, ainda, um querigma empenhativo, com convite à fé na **pessoa** de Cristo. Todo o ensinamento baptismal na Igreja primitiva está envolvido por uma exigência de vida que a aceitação do querigma impõe. Os termos «abster-se», «obedecer», «imitar» são termos chaves do ensino cristão primitivo» ([20]).

A vida cristã começa sempre pela aceitação de uma palavra anunciada — o «Evangelho da Salvação» que consiste, segundo os textos citados, na proclamação da morte e Ressurreição de Cristo, Salvador e Senhor. É a proclamação do «Hodie» da Salvação. Este querigma está menos numa linha de proclamação solene (apenas nos discursos da praça pública), do que numa linha de testemunho, de «martiria».

B. a catequese

Como consta de Act. VIII, 26-40 e Ef. I, 13, o querigma basta para fazer surgir a fé e receber o Baptismo. Por isso, o querigma tem de conter um fundo doutrinal claro, substancial, para ser aceite pela inteligência, e decisivo, empenhativo, para ser aceite pela vontade. Há, pois, imprescindìvelmente no querigma uma catequese mínima de que a catequese pròpriamente dita será uma explanação. O querigma é um ensinamento elementar, sintèticamente completo ([21]). Mesmo que não haja uma distinção cronológica precisa entre o querigma e a catequese nos dois primeiros séculos da Igreja, a Palavra de Deus criou duas etapas distintas em si — o anúncio e o ensino completo ([22]).

---

(17) Act. XVII, 11-12.
(18) Act. XXVIII, 23.
(19) Cfr. Flp. I, 14-18.
(20) Cfr. Ef. V, 1-2; Rom. VI, 17; Gál. III, 27.
(21) Cfr. **ANDRÉ TURCK, Evangélisation et Catéchèse aux deux premiers siècles,** Paris 1962, pg. 66. (Obs. Esta magnífica obra está na base da primeira parte deste estudo).
(22) Cfr. ibid., pg. 67.

Qual o conteúdo do ensino catequético? Existem fórmulas apresentadas já não como anúncio, mas como aquilo em que a Igreja acredita, aquilo que é rezado e vivido por ela e transmitido pela Tradição.

Desde a origem da Igreja, até ao século IV, esta viveu num intenso período de criação, cujas causas não foram sòmente o querigma, mas a liturgia e a catequese. Aliás, há uma unidade de conteúdo entre estes três termos: — querigma, catequese e liturgia. De facto, o que é anunciado pelo **querigma** desperta a fé. Esta fé terá o mesmo conteúdo quando for ensinada mais largamente na **catequese** e quando fôr retomada em oração **na liturgia.**

O conteúdo das fórmulas de fé que os exegetas encontram implícitas nos textos do Novo Testamento e dos primeiros Padres — a **pessoa** e a **obra** de Cristo — provam que a catequese retoma o que foi dito do querigma. Interessa a este estudo esse conteúdo.

Há a notar, desde já, a variedade de fórmulas, o que é contrário à hipótese de Alfred Seeberg sobre a unidade da «Fórmula da Fé» do catecismo dogmático da Igreja primitiva.

Esta variedade manifesta-se na existência de expressões que vão desde o simples «Jesus Senhor», até ao Evangelho **recebido** e transmitido de I Cor. XV, 1-5.

É de registar o facto de que, enquanto as fórmulas querigmáticas são exclusivamente ou quase exclusivamente cristológicas, as fórmulas catequéticas são trinitárias, integrando o mistério de Cristo no mistério trinitário. Nota-se, também, que os símbolos, que são fórmulas catequéticas fixadas posteriormente, desenvolvem mais a parte cristológica, talvez devido a junção dos dois tipos de fórmulas.

Ainda outro facto a notar é a existência de Hinos e Orações com o duplo carácter litúrgico e catequético, o que é indício do ambiente litúrgico da catequese primitiva. Vestígios desses Hinos, todos eles cristológicos, existem em Ef. V, 14 b; Flp. 11, 6-11 — o mais desenvolvido — e em Tim. 111, 16 b.

A existência de símbolos é mais documentada nos textos dos primeiros Padres.

conclusão desta 1.ª parte

Na Igreja primitiva o movimento missionário, tão vivo neste primeiro século da era cristã, cristalizou-se em duas etapas que nem sempre se conseguem distinguir com exactidão: o **querigma** ou o primeiro anúncio e a catequese ou formação cristã elementar e completa. A segunda etapa retoma a primeira e esta é já de si

catequética. Os dois ensinos estão ligados ao Baptismo; e o seu conteúde substancial, confirmado por todos os testemunhos, é o **Mistério de Cristo, morto e ressuscitado, Messias, Redentor e Senhor.**

II. a catequese sobre Cristo no século II

segundo os testemunhos de São Justino, «Carta de Barnabé», Santo Ireneu.

introdução

Conservadores e rigoristas como eram, Tertuliano e Hipólito de Roma, no caso da existência de uma fórmula fixa da Fé na qual a Igreja acreditasse, que fosse ensinada na catequese ou servisse de «Credo» à Liturgia Baptismal, eles nos teriam transmitido essa ou essas fórmulas tais quais existiam. Mas o que eles nos transmitem, de facto, são resumos da fé da Igreja, diferenciados entre si, muitas vezes pela finalidade que tinham de combater determinada heresia.

A Igreja, nestes primeiros séculos, vivia num período de criação de fórmulas que só a pouco e pouco se vão fixando. A Catequese, de início, não era feita à base de fórmulas fixas; a Catequese é que foi criando fórmulas que originaram os «símbolos».

são justino

(100-10/163-7)

Na I Apologia, pretende São Justino mostrar aos imperadores em que consiste, em geral, o Cristianismo, para pôr em relevo a ilegitimidade da perseguição. Depois de apresentar a Teologia do Verbo, «gerado por Deus de um modo singular e distinto da criação comum», «a primeira derivação de Deus, gerado sem corrupção», apresenta a incarnação do Verbo em Jesus Cristo — o grande escândalo para os pagãos.

Os profetas tinham anunciado a vinda de Cristo, filho de Deus, nascido de uma virgem; curaria todas as enfermidades, ressuscitaria mortos; seria abandonado, odiado, crucificado, morto e ressuscitado, subindo depois aos céus. Enviaria alguns a anunciar esta Boa-Nova, sobretudo aos gentios. Cristo voltará em glória, após ter carregado com os nossos pecados — é este o resumo das profecias relativas à Incarnação do Verbo, que São Justino aduz na demonstração da divindade de Jesus Cristo, pelo cumprimento que elas encontraram n'Ele.

Nesta I Apologia estão implícitos alguns símbolos, talvez ainda não fixados definitivamente, mas apresentando já uma formulação esquemática das verdades cristãs. Um deles, exclusivamente cristológico:

— «Nós dizemos que o Verbo, o primeiro nascido de Deus,
Jesus Cristo, nosso mestre, foi gerado sem operação carnal;
foi crucificado, morto e
depois de ser ressuscitado, subiu ao céu.» (23)

Outro, trinitário, desenvolvendo a parte cristológica:

— «Nós adoramos o criador de todo este universo, (...3
o nosso mestre de todas estas coisas, Jesus Cristo,
que nasceu para cumprir esta missão
e foi crucificado sob Pôncio Pilatos (...),
Filho de Deus (...)
E, em terceiro lugar, o Espírito Profético (...)». (24)

As apologias, não sendo catequese pròpriamente dita, tocam nos mesmos pontos que a catequese. São, na expressão de H. Lecercq, uma «pré-catequese». (25)

carta de barnabé

(96/135?)

Trata-se de uma carta dirigida a determinada comunidade que ameaça perigo judaizante. Isto explica que o seu autor ponha em relevo a divindade e a transcendência de Jesus Cristo, autor da nova Lei, criador da humanidade nova, fundador da Nova Aliança.

Como a tendência judaizante elogiava Moisés, a quem Deus falara face a face, o autor da «Carta de Barnabé», como fizera o autor da «Carta aos Hebreus», contrapõe Jesus a Moisés, mostrando que Aquele era o Filho de Deus, presente já à criação do Mundo.

Tal é a veemência da afirmação da divindade de Jesus, que o autor nega, não a sua humanidade, mas os títulos de «Filho de David» e «Filho do Homem» atribuídos a Cristo. Talvez baseando-se em Mt. XXII, 43, diz: «Eis aqui de novo a Jesus, não como Filho do Homem, mas como Filho de Deus, se bem que manifestado por figura de carne. Visto que haviam de dizer que Cristo é o filho de David, o mesmo David, antevendo e temendo o extravio dos pecadores, profetiza e diz: «Disse o Senhor ao meu Senhor:

---

(23) **SÃO JUSTINO, Apologia I, 21.**
(24) Ibid., 13.
(25) Cfr. art. «Catéchèse» em D. A. C. L., col. 2547.

senta-te à minha direita, até que Eu ponha os teus inimigos a escabelo de teus pés». E por sua vez, Isaías diz assim: «Disse o Senhor ao meu Ungido Senhor, a quem eu tomei da direita para que diante d'Ele obedeçam as nações». Vê como David lhe chama Senhor e não lhe chama filho» (26).

Depois da afirmação da divindade de Cristo, o autor da Carta de Barnabé apresenta a Cristo, o Filho de Deus, como crucificado, o que era para os judeus o grande escândalo.

O Verbo incarnou para que os homens O pudessem ver, sem perecerem com o esplendor da sua divindade. E, por que é que, sendo Senhor do Mundo inteiro, assistindo ao Pai antes da criação do Mundo, Ele sofreu e morreu? — «Os profetas, tendo como tinham d'Ele a graça, com vista a Ele profetizaram. Ora bem, Ele para destruir a morte e mostrar a ressurreição, teve que manifestar-se em carne. Sofreu, primeiro para cumprir a pomessa feita aos pais, e depois, enquanto preparava para si um povo novo, para mostrar, estando na terra, que, depois de fazer Ele mesmo a ressurreição, julgará» (27).

A grande parte da gnose da «Carta de Barnabé incide sobre a interpretação dos símbolos do Antigo Testamento acerca da Paixão de Cristo.

Outro aspecto desta carta é a exaltação da nossa vida em Cristo, descobrindo-se no autor um discípulo de São Paulo.

«Perguntamos, pois, se existe um templo de Deus. Existe, certamente, onde Ele diz que o constrói e aperfeiçoa. Com efeito, está escrito: «Acontecerá, completada a Semana, que se edificará o templo de Deus gloriosamente, no nome do Senhor». Vejo, pois, que existe um templo. De que modo, então, se edificará no nome do Senhor? Aprendei-o. Antes de crermos em Deus, a morada do nosso coração era corruptível e fraca, como templo verdadeiramente edificado à mão, pois estava cheio de diolatria e era casa de demónio, por fazermos nós o que é contrário a Deus. Mas edificar-se-á no nome do Senhor. Atendei a que o templo se edifique gloriosamente. De que modo? Aprendei-o. Depois de recebermos o perdão dos nossos pecados e posta a nossa esperança **no nome de Jesus**, fomos feitos novos, criados outra vez de princípio. Por isso, Deus habita verdadeiramente em nossa morada. Como? A palavra da Sua fé, o chamamento da sua promessa, a sabedoria das suas justificações; profetizando Ele mesmo, habitando Ele mesmo em nós, que estávamos escravizados pela morte, abrindo-nos a

---

(26) **Carta de Barnabé, XII, 10-11.**
(27) Ibid.,V, 6-7.

porta do templo, que é a boca, dando-nos penitência, nos introduz no templo incorruptível» (28).

santo ireneu

A «Demonstração da pregação apostólica» (cerca do ano 190) de Santo Ireneu é uma carta que este envia a um seu amigo Marcião, talvez bispo de Arles, com a finalidade de lhe expôr a pregação da verdade, de modo a confirmá-lo na fé, dando-lhe «as provas as coisas divinas».

A Carta apresenta o carácter misto de catecismo e apologia; contudo, o carácter apologético é muito secundário, visto a carta terminar, não como a conclusão de um argumento, mas num convite à vivência cristã das verdades expostas.

A «Demonstração...» tem como tema geral a colocação de Cristo no termo das profecias do Antigo Testamento, e apresenta os Apóstolos, também eles profetizados, como portadores da doutrina de Cristo, garantindo, deste modo, a nossa fé na sua pregação.

Vejamos, mais em pormenor, como é apresentado o Mistério de Cristo.

1. o verbo

A parte em que é exposta a Teologia do Verbo, não sendo um simbolo está exposta em **artigos.**

Começa por apresentar o Verbo no Antigo Testamento, como a inteligência de Deus personificada, enquanto o Espírito Santo é a Sabedoria de Deus. O Verbo está em todas as coisas e é o Espírito que mostra o Verbo: o Espírito Santo iluminou os profetas para estes falarem do Verbo. Foi o Verbo quem falou a Abraão. Era o Verbo que «passeava no jardim constantemente e se entretinha com o homem, prefigurando as coisas futuras, a saber, que ele seria seu companheiro de habitação, falaria com ele e estaria com os homens ensinando-lhes a justiça. Mas o homem era criança e não tinha ainda julgamento acabado; foi por isso que foi fácil ao tentador enganá-lo» (29).

O Verbo está em tudo e há-de recapitular tudo em Si. Ele «apareceu no fim dos tempos para mostrar que a imagem era semelhante a Ele». O Verbo «fez-se carne para que, por meio da carne —graças à qual Ele tinha obtido poder, direito de posse e domínio— o pecado fosse abolido e não se encontrasse, desde então, mais em

---

(28) Ibid., XVI, 6-9.
(29) **«Demonstração...»**, 12.

nós (...), para combater pelos pais e vencer em Adão aquele que em Adão nos havia destruído» (30).

2. as profecias do verbo

Depois de apresentar o papel do Verbo na História de Israel, refere uma longa série de profecias sobre a divindade, a preexistência e a glória do Verbo. Do seu considerável número, apenas algumas:

— «Amaste a justiça e odiaste a iniquidade; por isso Deus te ungiu com o óleo da alegria à frente dos teus companheiros» (31).

— «De uma torrente beberá no caminho; por isso ele levantará a cabeça». (Da humilhação passará à glória) (32).

— A escada de Jacob é a figura da cruz, pela qual os homens vão a Deus. O Verbo esteve e estará sempre a exercer esta função de Medianeiro; dantes, anunciando as coisas futuras (os profetas eram, para Santo Ireneu, inspirados pelo Verbo, embora impelidos a isso pelo Espírito Santo); hoje realizando-as na verdade.

— o Verbo é o Filho de Deus: «No começo, Deus gerou um Filho; em seguida, criou o céu e a terra», citando Moisés. Jeremias profetizou: «Antes da estrela da manhã, eu te gerei e antes do Sol está o teu Nome». (São João: «No princípio o Verbo era Deus e estava junto de Deus...»).

— Resume: «Cristo, Filho de Deus, existindo antes de toda a criação, está com o Pai e junto do Pai, estando também muito próximo dos homens e em relação com eles, seu companheiro e rei de todos, porque o Pai lhe submeteu todas as coisas, salvador dos que crêem n'Ele...» (33).

3. as profecias da redenção

Seguem-se as profecias relativas à Redenção operada pelo Verbo: «Eis como o justo pereceu e ninguém se deu conta; e os justos são levantados e ninguém notou; com efeito, foi da face da justiça que teve lugar a elevação dos justos; a sua sepultura será paz; ele foi elevado» (citando Jeremias, mas a perícopa é, de facto, de Isaías) (34).

---

(30) Ibid., 31.
(31) Sl. XLIV, 8.
(32) Sl. CIX, 7.
(33) **«Demonstração...»** 52.
(34) Ibid., 72.

4. o tema da subida e da descida

Segue-se o tema gnóstico da subida e da descida. O Verbo desceu através das diversas categorias de anjos sem ser notado. Quando sobe, já incarnado, os principados (os anjos de baixo) gritam aos anjos de cima: «Abri vossas portas e levantai-vos portas eternas, a fim de que entre o Rei da Glória». Os anjos de cima, que ignoraram a descida do Verbo, perguntam: «Quem é ele?» E os de baixo replicam: — «É o Senhor poderoso e forte; é o Rei da Glória» ([35]).

5. conclusão

A realização das profecias é a garantia da nossa fé na pregação dos Apóstolos, também eles profetizados: «Como são belos os pés dos que anunciam a boa nova da paz e da felicidade» ([36]).

Termina Santo Ireneu falando do Povo Novo, na Nova Lei, «cuja plenitude é o amor» ([37]), que invalida o antigo povo de Israel, a sua Lei (com valor de «pedagogo» ([38]) e o seu culto. O povo de Israel não dera filhos; mas agora a Igreja, aquela que era estéril, deu mais filhos ([39]) do que «a que tinha marido» (a sinagoga cujo marido era a Lei).

conclusão geral

CRISTO, na sua **Pessoa** e na sua **Obra,** é tema central no ensinamento catequético das origens cristãs.

Na Igreja nascente, a pessoa e a obra de Cristo aparecem como qualquer coisa de fundamental, que estava no centro e no âmago de toda a vida cristã. Cristo não era um personagem morto que fundara uma escola filosófica ou até mesmo uma religião. Sócrates, antes de morrer, preparava os seus discípulos para a sua morte, despedia-se... Cristo, antes de morrer, pede ao Pai a vida eterna para os discípulos ([40]) e a glorificação da sua própria Pessoa junto de Deus ([41]).

Há um valor na pessoa de Cristo para a comunidade cristã primitiva, valor de fundamento, de fonte de vida, de princípio de unidade, valor que Lhe vem do facto de ser o Filho de Deus, incar-

---

(35) Referência ao Salmo 23.
(36) Cfr. Is. LII, 7.
(37) Cfr. Rom. XIII, 10.
(38) Cfr. Gál. III, 24.
(39) Cfr. Sl. CXII, 9.
(40) Cfr. Jo. XVII, 2.
(41) Cfr. Jo. XVII, 5.

nado e ressuscitado. Sem este elemento de ressurreição, a pessoa de Cristo pertenceria à lista dos mortos; a pregação e a vida cristã seriam vãs. Ou Cristo está vivo, ressuscitado de entre os mortos, presente na assembleia cristã quer nos sacramentos, quer na pessoa dos seus chefes, ou então há que esquecer as palavras loucas de um excêntrico personagem judeu. Toda a pregação tem um centro doutrinal e moral: a Ressurreição de Cristo.

Como nos esquecemos, hoje, deste facto central do Cristianismo! E deste nosso esquecimento pode resultar uma deformação da doutrina e da vida cristãs; se não é um Cristo ressuscitado, vivo, presente, sempre actual e actuante que está no caminho das nossas relações com o Pai e com os irmãos, podemos enganar-nos irremediàvelmente sobre a verdade genuína do Cristianismo, deformar as nossas relações com o Pai, fazer da vida cristã tudo o que ela não é. A experiência e a história elucidam-nos sobre essas graves consequências. Perder a visão recta da pessoa de Cristo é perder o rumo que nos leva ao Pai.

Hoje necessitamos de ir beber às fontes do Cristianismo. A visão cristológica da Igreja primitiva tem muito a ensinar-nos. A visão cristológica de hoje será mais pura, mais profunda na medida em que fizermos de Cristo ressuscitado o centro da nossa catequese, da nossa pregação, da nossa vida, na medida em que tomarmos consciência de que Cristo inaugurou para nós uma nova era, uma nova vida.

Cristo é o centro da História do Mundo e da História dos Homens; é sinal da intervenção de Deus nessa História, fazendo dela uma História de Salvação. Cristo é o centro da vida do homem, sinal e lugar de encontro de Deus com o homem. A Boa-Nova dos primeiros cristãos foi esta: o Cristo que matámos, ressuscitou e foi elevado à direita do Pai, o seu nome é «kúrios», «o qual está acima de todo o nome, a fim de que ao nome de Jesus todo o joelho se dobre nos céus, na terra e nos infernos, e que toda a língua proclame que Cristo é Senhor, para a glória de Deus Pai» (42). Ele trouxe a salvação aos homens, curando-os do pecado, porque é «médico corporal e espiritual, gerado e ingerado, vindo em carne, Deus, primeiro passível e agora impassível, Jesus Cristo nosso Senhor» (43).

---

(42) Flp. II, 9-11.
(43) **INÁCIO DE ANTIOQUIA, Carta aos Efésios,** VII, 2.

actualidade

as vocações na igreja

Um dos grandes problemas da Igreja é o das Vocações. É problema porque não é só de Deus que depende o haver ou não homens chamados. Uma vocação supõe um diálogo: Um chamamento de Deus, uma resposta do homem.

O que hoje apresentamos sobre este assunto procura colocar na sua verdadeira luz este diálogo: Primeiro no aspecto teológico, depois na sua concretização pastoral. Este último ponto, porém, por ser mais concreto, é mais melindroso e procura, não dar uma solução mas indicar um caminho, pôr um problema.

1. equipas operárias de vocações de adultos

Este testemunho de uma equipa de cinco rapazes do meio operário que preparam a sua entrada no Seminário maior, foi apresentado pelos Filhos da Caridade na sua revista «Recherches et Echanges» e enquadra, na vida prática, o sentido da vocação dado pelo P.e Alberto Neto e pela Irmã Leonor.

Mais do que isso, põe muitos problemas relacionados com a formação sacerdotal, porque toma a vocação como desenvolvimento de personalidade.

Procuramos assim estar abertos às orientações que o Concílio em breve nos dará nesta matéria, descobrindo sobretudo os reais valores e deficiências da nossa experiência de seminário e de outras, como esta, que nos servem de comparação.

Depois de termos seguido caminhos diferentes, mas sempre marcados pela vida operária, eis-nos hoje a viver a mesma vida para responder ao mesmo apelo.

C... — «O mais jovem da equipa. Tenho 18 anos — nasci no Norte. Frequentei a escola até aos 14 anos. Em seguida trabalhei como empregado (caixeiro) na empresa de construção Usinor; depois como apontador numa cervejaria. Fui militante e federal JOC — todos os contactos que tive com o mundo operário e com os assistentes ajudaram-me na vocação que nascia em mim. Depois de uma visita a um seminário de vocações de adultos fiquei assustado com o género de vida e a exigência do estudo. Esperei e estou agora no 1.º ano.»

D... — «Sou o penúltimo duma família de 8 filhos. Tenho 24 anos. Num bairro muito pobre de Armentières sinto um primeiro apelo aos 11 anos, que se manifestou num profundo desejo de me dar ao mundo sofredor do trabalho em que meu pai está profundamente inserido. Entro para o seminário menor mas 2 anos depois regresso a casa. CEP-CAP e cinco anos numa Fábrica como tecelão. Um padre novo da minha terra ajuda-me muito na acção com os jovens... Chega o tempo do serviço militar e de novo sinto o mesmo apelo.»

P... — 24 anos. Sou dos arredores de Paris, de Seine-et-Oise. Iniciei os estudos secundários e depois fiz dois anos na escola técnica. Trabalhei 8 meses como O. S. L. na companhia dos

«Compteurs», antes de passar 26 meses na guerra da Argélia. Estou actualmente no último ano de «Vocações de Adultos» em Colombes.

J. M. D... — 20 anos. Originário do Norte, passei o meu CAP como torneiro depois de três anos de «Centro técnico». Aí conheci a JOC que me permitiu, no contacto com jovens e com padres, encontrar Cristo. Depois de algum tempo a trabalhar numa garagem entrei para esta equipa de «Vocações de Adultos».

D... — 22 anos. Vivo numa cidade operária dos arredores de Paris. Aos 13 anos senti um primeiro chamamento, mas fui trabalhar de aprendiz e consegui o ofício de torneiro, — graças aos cursos nocturnos consegui chegar à sala de desenho onde trabalhei durante três anos. Depois foi o serviço militar. Militante e Federal na JOC, descobri melhor o papel do padre no mundo operário e foi no meio dos jovens trabalhadores que aprendi o «dom de si mesmo» e esta preocupação pelos colegas tantas vezes repetida em reuniões. Da JOC fui para o seminário e estou hoje no 1.º ano de «Vocações de Adultos» em Colombes.

★

Pela acção da JOC e com o apoio e testemunho de coadjutores e assistentes da Acção Católica, ouvimos o apelo de Cristo para o seu serviço, mas sentimos que existiam numerosas barreiras e dificuldades que se opunham à realização da nossa vocação.

— A entrada no seminário-internato exige uma total ruptura com o passado, com uma série de relações que fazem a nossa vida.

— Tínhamos medo duma nova mentalidade cultural e dum novo modo de expressão, uma vez que os estudos no seminário estão pensados em função de uma mentalidade estudantil e não de uma mentalidade de operário manual ou técnico.

— Como realizar a passagem dum modo de ser e pensar de militante a uma mentalidade sacerdotal permanecendo sempre fiel aos profundos valores do nosso meio de origem?

Assim, para responder ao apelo do Senhor, vivemos agora esta nova fórmula de «equipas operárias de vocações de adultos» abertas a todos sem distinção quanto à orientação futura da sua vocação.

vivemos num lar

Vivemos em plena cidade popular em Colombes e estamos em contacto com a vida do bairro, conservando assim laços naturais com os jovens e adultos do meio operário.

O sábado e o Domingo são particularmente propícios a este banho na vida total das pessoas.

A vida num lar traz consigo o espírito de equipa numa ambiência familiar. Uma amizade sólida permite a cada um tomar as diferentes responsabilidades necessárias em toda a vida de família (orçamento, cozinha, praça)... sem esquecer os tempos de descanso necessários para o equilíbrio humano indispensável (trabalho manual, passatempos, desporto).

trabalhamos intelectualmente

Substituímos as horas de trabalho pelas mesmas horas de estudo e de encontros espirituais. Alguns professores, leigos e padres, ajudam-nos a adquirir, a partir da nossa mentalidade de operários manuais e técnicos, uma cultura (francês, história, filosofia, latim) que não seja um cortar com a nossa vida passada mas antes um prolongamento dessa mesma vida. É uma procura que eles fazem connosco. É sempre a partir da nossa vida de todos os dias que procuramos trabalhar intelectualmente.

— A partir de um facto político (o ressurgir da questão de Berlim) estudamos a história e a geografia da Alemanha. A partir da actualidade do Congo, de Cuba, do Brasil, descobrimos os aspectos essenciais da história e da geografia da África e da América do Sul.

— Uma canção moderna, ou romance em voga ajudam-nos a procurar o estilo de hoje e a compará-los com os de ontem. Iniciamo-nos nas diferentes formas de expressão do francês: leitura, diálogo, redacção, improviso, discussão.

— Um facto qualquer do jornal serve-nos como ponto de partida para aprofundar o conhecimento da condição humana (assim um suicídio na estação de S. Lázaro faz-nos descobrir os aspectos filosóficos da liberdade humana). A filosofia aparece-nos como um aprofundamento da vida real, tal como a vivemos quando éramos militantes.

A JOC e a Acção Católica operária, por um lado, e diversos sindicatos e organizações temporais, por outro, fizeram algumas investigações com o fim de colocar no seu verdadeiro lugar os modos de cultura adaptados à nossa mentalidade de operários. É evidente que a preparação de jovens do meio operário para o sacerdócio virá a beneficiar com isso. Os nossos profesosres inspiram-se nesses estudos e nós enquadramo-nos com facilidade nas suas orientações. Esta cultura prolonga e aprofunda o que já tínhamos adquirido na JOC, em vez de a isso se opôr.

a nossa vida espiritual

— A missa é a reunião quotidiana da equipa junto de Cristo. Vivemo-la com a comunidade paroquial, especialmente no Domingo.

— A oração de cada dia permite-nos descobrir progressivamente a necessidade dessa vida interior autêntica.

— Encontramo-nos quase todas as noites com o nosso assistente para viver um tempo forte espiritual e para rever em conjunto o bom andamento da equipa. A revisão de vida está assim no centro da nossa caminhada em conjunto para o sacerdócio.

— Todos os meses, uma recolecção num lugar escolhido (convento, casa de retiros) permite-nos fazer uma revisão de vida mais aprofundada e coloca-nos num clima de silêncio e oração mais total para examinar o mês passado e preparar o seguinte.

— Os contactos com a equipa sacerdotal (Saint-Pierre-Saint-Paul em Colombes), com a comunidade paroquial, e com os militantes da Acção Católica são para nós um testemunho que favorece o aprofundamento da nossa vocação.

— Note-se também que guardamos dois dias por semana para contactar com um seminário, e que encontramos nesta presença limitada, um certo benefício para o silêncio, para o estudo e para a oração.

a nossa vida missionária

Já falámos dos contactos naturais com o bairro e com os jovens. Mas para ajudar a passagem duma mentalidade de militante a uma espiritualidade sacerdotal, parece-nos importante que a proximidade dos leigos militantes se mantenha. Por isso, cada um de nós está, na medida do possível, em contacto regular com uma equipa de ACO e JOC e de uma maneira especial com lares capazes de ajudar a nossa caminhada para o sacerdócio.

A nossa presença nas reuniões da ACO é para nós um tempo forte. Temos consciência de que não é uma evasão mas um aprofundamento. Por outro lado os militantes da ACO, através de nós, reflectem sèriamente e concretamente neste problema das vocações do mundo operário, e sentem-se responsáveis pela nossa evolução lenta de uma atitude de militante a uma atitude sacerdotal.

★

Temos consciência de que estamos empenhados num caminho difícil. Há ainda muito que procurar para que, durante todo o

tempo de seminário, os jovens operários se sintam à vontade na caminhada da sua preparação sacerdotal, mas, encorajados por superiores de seminários e assistentes da Acção Católica, gostávamos de dialogar com todos aqueles a quem este problema interesse e com todos os que desejassem juntar-se a nós (1).

2. um encontro na semana das vocações

No dia 5 de Maio passado, por altura da Semana Nacional das Vocações, houve em Alcântara uma sessão familiar, promovida pela O. V. S. local, com o fim de fazer reflectir sobre tão importante problema: **a vocação**.

Estiveram presentes bastantes pessoas representando os mais variados sectores sociais católicos da paróquia.

Cantado o hino da O. V. S., o pároco, P.e João Gonçalves, esclareceu o motivo da nossa presença e, em breves palavras, apresentou o esquema da sessão.

Falou, em primeiro lugar, o P.e Alberto Neto mostrando as bases teológicas do problema da vocação.

Registámos as suas palavras e apresentamo-las mais à frente por nos parecerem claras, vivas e resultado de grande experiência pessoal.

Um dos jovens presentes leu-nos, em seguida, um testemunho da vocação do cartuxo Frei Miguel (Sérgio Guedes de Sousa), que sua irmã teve a gentileza de redigir dada a impossibilidade da sua comparência nesta reunião para o fazer pessoalmente.

A todos impressionou sobretudo a simplicidade dos sentimentos que aquelas poucas palavras traduziam.

Sobre o tema «A vocação feminina» falou-nos, depois, a irmã Leonor, cujas palavras serão também apresentadas mais adiante.

Em três sugestivos quadros um casal da paróquia deu-nos um testemunho sábio da educação dos filhos em ordem a uma escolha livre da vocação. Salientaram a importância da acção dos pais para criar nos filhos uma abertura e atenção ao chamamento, qualquer que ele seja, que o Senhor lhes faz.

Também o seminarista mais adiantado da paróquia testemunhou a alegria da sua caminhada para o sacerdócio, vincando o motivo dessa alegria: **servir, dar.**

---

(1) Para qualquer correspondência: P.e René Seince, 9, rue Paul-Bert, Colombes (Seine).

O P.e Alberto Neto encerrou esta reunião familiar introduzindo-nos numa breve orção que iríamos fazer à igreja onde nos esperava um grupo de paroquianos que passou o tempo da reunião rezando pelas intenções que orientam a Semana Nacional das Vocações.

a vocação sacerdotal

P.e Alberto Neto

Para ser mais verdade o que afirmou, o Sr. P. João não devia dizer que eu não preciso de apresentação, devia dizer que em Alcântara eu não preciso de apresentação; porque, desde o momento em que apareci aqui foram todos tão simpáticos para mim que eu é que me senti família sem querer.

De qualquer maneira, para não alongar, porque eu já verifiquei que, para se ter o sentido perfeito e todos podermos dizer qualquer coisa, interessa que cada um diga aquilo que tem a dizer, eu vou imediatamente, e digo imediatamente para começar já, expôr o meu trabalho.

Eu, agora, mais uma vez, apesar de haver aqui umas vozes discordantes, vou ler porque este trabalho foi ouvido em Cascais e eu já o tenho feito há um tempo, só o retoquei nalguma coisa; gostou-se muito dele e disseram-me para o ler aqui; doutra maneira eu não viria, cansado como tenho andado. E leio agora por duas razões; ainda pensei, a meio do caminho, não o ler e agora aqui pensei também não o ler mas, falando quatro pessoas, eu acredito que é a melhor maneira de dizer tudo o que quero dizer, e neste momento é preciso que eu diga muito, não por causa de ser eu a falar mas por se falar do sacerdócio numa linha teológica; e só o poderei fazer de uma maneira sintética, rápida e profunda, lendo. Além disso, o que leio é tão meu que estou convencido que fica na mesma.

Peço o favor de me desculparem de o trabalho estar nalgum aspecto um nadinha duro de roer, mas é precisamente que eu tentei entrar tanto quanto possível na linha perfeita daquilo que me parece ser o óbice a que haja muito poucas vocações sacerdotais — uma falta de doutrinação de tipo geral sobre a vocação e depois sobre a falta de padres em si. E vou começar.

todo o homem é um chamado

Na própria linha da existência o homem é um chamado. Tirado do que não é readquire a linha da existência pelo maravilhoso binário do espírito e da matéria; antes mesmo de ter consciência de que é chamado o homem é já um grito clamoroso de vida de

chamada e de apelo criador de Deus. Ele não existe ao acaso ainda que o acaso seja a linha comum de muitas vidas no mundo; há nele uma linha indestrutível de orientação que se resume no seu apelo constante de transcendência, ainda que por vezes transferida psicològicamente para ideais terrenos e finitos.

O Homem é um marcado, antes ainda da consciência desse facto. Há nele um cunho profundo e essencial de Deus na própria linha da existência. Por isso, o homem se define tantas vezes como sendo essencialmente religioso. É que este apelo à relação com alguma coisa de superior, se bem que pareça a muitos apenas fruto duma civilização ou duma cultura cristã do Ocidente, desce mais fundo e crava mais largo. Vem daquilo que o homem é mesmo sòmente no plano natural, no plano da criação: vem da sua própria essência de criatura e da tomada de consciência dos seus limites e metas. Fruto de matéria e espírito, o homem conscientializa aos poucos a realidade do seu próprio cativeiro onde ele vive nas algemas da carne que lhe encerra o seu espírito em constante apelo de se realizar. Apelo de realização vital para a unidade, como nota musical dispersa duma sinfonia a que sempre pertenceu.

Debatendo-se cá na Terra no plano duma pirâmide, ele tenta a unidade do vértice; na própria linha da existência ele é um pensamento de Deus a realizar-se no devir da História. Daqui se conclui que o homem só porque existe, é um chamado; descobrir na humildade e na verdade o caminho para esse chamamento é encontrar na própria descoberta a resposta de Deus a nosso respeito e também a nossa realização humano-divina. Porque não **somos** por acaso, porque não **estamos** por acaso, temos por força de não termos sido chamados por acaso; e levantar com esforço amoroso o véu desse chamamento é ainda, e sòmente, não fazer obra por acaso. Todo o esforço da realização vocacional fora desta linha de orientação é um esforço vão e improfícuo porque, descentrado da órbita da natureza, terá que ser sempre a base da sobrenatureza, a qual, ao afirmar-se, não nega o natural, antes o transcende e amplia no plano da Graça redentora. Ora, se eu sou um chamado, o primeiro dos meus anseios deverá ser o conhecimento profundo daquilo a que sou chamado; o mesmo é dizer, da minha linha de realização completa na vida, uma linha de realização singular, própria, só minha, de mais ninguém.

Se o homem não é tudo o que Deus pensou que ele fosse, é porque nem sempre se preocupa por saber o pensamento de Deus a seu respeito. E aqui chegamos ao ponto principal.

No plano da História cruzam-se os planos da Criação e da Redenção. Deus tem desde sempre um pensamento a respeito de cada um de nós. Se Deus não se repete na folha da mesma árvore,

não se repete a respeito de nenhum homem. Pensou cada um de nós, amou cada um de nós e conhece cada um de nós duma maneira como só Ele sabe conhecer, não confundindo nenhum.

Não é um pensamento genérico, indeferenciado, como o que nós possuímos duma multidão; mas é um pensamento pessoal, singular e amoroso porque princípio da nossa existência. Deus conhece-me a mim não como um outro entre muitos mas como eu entre todos. O seu pensamenta fez-se carne em Cristo, precisamente para tornar possível à carne o regresso aos caminhos do espírito. O homem sentiu o apelo mas não tinha possibilidade de resposta para esse apelo; faltavam-lhe os meios de acesso. O pecado destruíra a ponte que ligava a humanidade à divindade; Cristo, como pontífice, reúne pela unidade o que Adão pelo orgulho conduzira à dispersão. E surge-nos, no plano da História, Cristo como o único e eterno sacerdote a oferecer ao Pai, em nosso nome, o sacrifício da Conciliação, da Reparação e da Adoração.

o sacerdócio

O Sacerdócio surge assim numa linha histórica de apelo divino e de convite humano de integração nesta acção sacral de Cristo tornada salvação e resposta para uma humanidade de acréscimo. A vocação sagrada, um dos muitos caminhos de chamamento, se bem que o mais perfeito, emerge assim em toda a sua majestosa grandeza como resposta cabal para os anseios de nobre e generosa necessidade de dádiva juvenil. Não é o único caminho de santidade. Ser padre não é o único caminho, nem o principal, de salvação. se este principal se entender o que leva a maioria dos homens. É, no entanto, algo que nenhum rapaz sério e honesto pode pôr de lado ou fugir.

Se é certo que nem todos os rapazes são necessários à Igreja não é menos certo que ela necessita de muito mais do que aqueles que possui. Terá que os recrutar, normalmente, entre aquele escol de juventude a quem o problema fôr posto com honestidade, verdade e desassombro.

Deus quis precisar dos homens para completar a realização salvífica do Corpo Místico de Cristo. E será normal e lógico que procure entre o grupo humanamente mais rico e generoso aqueles a quem possa dizer: se queres ser perfeito anda, deixa e vem. Levar os rapazes a consciencializar o problema da sua vocação geral é torná-los aptos e receptivos para um chamamento específico. Criar neles o sentimento da atenção ao apelo de Deus, é preparar o terreno para uma sementeira sacerdotal séria e estruturada. E aqui eu queria parar do papel e queria deixá-lo de lado.

problema para os jovens

Parece-me que o maior pecado da juventude actual, a respeito de vocações, não é não responder ao apelo de Deus; é não saber ouvi-lo. O maior pecado da falta de amor do mundo é a falta de atenção. Quem não está atento não ama, ama-**se**; não ouve, ouve-**se**; não procura, procura-**se.** E neste **se** está o pecado. Reduz tudo a si; não lhe interessa saber o que é que Deus pensa dele, até onde Deus quer que ele chegue, se seria capaz de alguma coisa mais; todo ele atabalhoado no mundo de barulho e de ruído, de técnica e de confusão, nem sabe perguntar a si mesmo se pode ter asas, contenta-se em ter pés de chumbo...

O pior mal da juventude é não ter coragem de ganhar um clima de atenção, de procura, para poder ouvir no silêncio e na honestidade aquilo que Deus lhe pede.

Portanto, dizia eu, levar os rapazes a consciencializar o problema da sua vocação é torná-los aptos para um chamamento. Criar neles o sentimento da atenção ao apelo de Deus, é preparar o terreno para uma sementeira sacerdotal séria e estruturada. Creio bem que temos de começar por aqui. Enquanto esta visão não surgir ao rapaz ele encarará sempre o sacerdócio como um mal menor ou como uma resposta mais generosa do que alegre e libertadora. Não é normal nós termos ouvido muitas vezes a certos pais pensar que um rapaz que vai para o seminário se vai reduzir dentro do negro duma batina a uma demissão humana?

Porque me parece, pela minha curta experiência de contacto com juventude, que não é só, nem principalmente, o celibato que afasta e desanima os jovens; é antes o sacerdócio que é uma função, que é uma profissão, sem dimensão de grandeza criadora e redentora.

É certo que as camadas jovens se afastam a passos gigantescos dos caminhos árduos e difíceis, fruto de educação, de mentalidade, onde muitas vezes a disciplina e o esforço são regra omissa. Não é menos verdade, todavia, que eles não se atrevem ao risco de não terem percebido ainda nem o porquê nem o para quê do risco que vão fazer e em que vão cair. Quando o sacerdócio lhes surgir em toda a sua dimensão cósmica de reintegração do mundo e dos homens na unidade de Deus, em Cristo, eles encontrarão em si reservas suficientes de energia e de generosidade para ouvir, cortar e seguir.

Antes de pensar em descobrir vocações há que semear o terreno para elas. «As ideias são a força secreta do dinamismo da História», afirmou o homem que fundou, em filosofia, o Marxismo prático, o Comunismo; afirmou Carlos Marx.

A maior ideia é a que apanha mais a História; Marx adivinhou aquilo que nós temos esquecido — há que conquistar a História; ela caminha como a fizermos caminhar. É ele que o diz e nós concordamos.

«Vence sempre na História quem tem a ideia mais forte para manobrar a História e o próprio raio que ela é» — profunda verdade. Os apelos de Deus contam e jogam com a natureza e com a liberdade. Há que trabalhar estes através dum condicionalismo doutrinal para que depois desabrochem nos rapazes as respostas de generosidade.

A juventude actual exige verdade e autenticidade. E porque «é muito prático ter ideias certas», o mais prático será começar por dizer-lhes que o que importa é descobrir o nosso chamamento à santidade — «Sede perfeitos». Importa em seguida mostrar-lhes que este apelo para a perfeição não é facultativo, quer dizer, quando Cristo disse: **sede perfeitos,** não nos deu oportunidade de ser ou de não ser. Porque, que eu saiba, o verbo ser, aqui, está no imperativo. **Sede,** significa tendes obrigação de ser.

Devemos mostrar ao jovem que a santidade não é uma santidade de tipo cadavérico, de engozo, de atitudes exteriores — não o mandar ir à comunhão de olhos fechados; mostrar-lhe que a Religião não está em atitudes exteriores e farisaicas, mostrar-lhe que a santidade é antes uma atitude de profunda humanidade, que o mais santo dos homens tem de ser o mais homem dos homens.

Importa portanto, disse eu, mostrar-lhe que este apelo para a perfeição não é facultativo, mas resulta duma norma imperativa do Senhor que nos disse: «Sede perfeitos, como o Pai do Céu é perfeito». E amor é principalmente dádiva e entrega.

É que ser padre, pai, religioso, solteiro por um ideal qualquer, desde que seja nobre, não são vocações mas sim meios e caminhos de realizar a vocação essencial, porque só há uma vocação: **amar, dar, entregar, sair, responder.**

A palavra vocação vem de **vocare,** chamar; quem souber responder realiza-se.

Não interessa o caminho; todos eles são santos ou, melhor, podem sê-lo na medida em que concretizam a nossa resposta a uma chamada de Deus. Santifica-se o pai, santifica-se o padre, cantifica-se a mãe, o religioso ou quem fica solteiro por um ideal. Não interessa, pois, tanto o que se escolhe mas escolher aquilo que Deus queria que nós escolhessemos.

E é principalmente aqui que incide o problema sacerdotal e religioso dos jovens.

É por este prisma que eles o aceitam e o integram no campo duma resposta de vida e de liberdade. É um dos caminhos, ainda que seja o maior, embora para muitos seja difícil e Deus chame apenas talvez um escol.

a grandeza da vocação

A grandeza duma resposta resulta dum tríplice aspecto: da pessoa que chama, da pessoa que é chamada e daquilo para que se chama. Chamados somos todos; quem chama é Deus; aquilo a que Deus chama é que é diferente, e por isso os caminhos à vocação são diferentes. O maior é o sacerdócio porque, enquanto para o matrimónio Deus chama um homem a si através de outrém, para o sacerdócio Deus chama um padre a si sem ninguém, dele fazendo directamente o caminho para Deus. Só nesse aspecto é que nós podemos dizer que o sacerdócio é, em linha teórica, superior a qualquer outra vocação; mas é-o para aquele a quem Deus quer que seja; porque se Deus destinou o rapaz ao matrimónio ele será mais perfeito realizando o matrimónio do que sendo padre. Mas também se Deus lhe tinha criado possibilidades de ser padre, e nós vemos pelo Evangelho que criou a muitos que disseram que não, «muitos são os chamados e poucos os escolhidos», nem sempre o chamamento encontra um clima de atenção e generosidade para uma resposta, então esse não é tão feliz no matrimónio quanto seria no sacerdócio, se tivesse coragem de ouvir, de responder e de seguir.

É precisamente neste último aspecto que a vocação sagrada ganha o direito ao primeiro lugar; não se afirma que a pessoa chamada à consagração seja melhor do que outra. São Paulo até nos diz o contrário: «Deus chama muitas vezes os fracos para confundir os fortes». E quando muitas vezes as pessoas querem que os padres sejam perfeitamente perfeitos estão a fazer um juízo imperfeito. O padre tem que resumir sempre em si a condição humana para poder representar a humanidade; ele é representante da humanidade e, segundo S. Paulo, ele tem que gemer com o peso da própria humanidade, ele tem de ser de barro como a própria humanidade, ele tem de ser de carne como a humanidade; ele pode não cair em pecado mas não pode ser anjo; porque se fôr anjo não conhece o cativeiro da própria carne humana e quando levanta a Hóstia na missa, em nome do povo, ele não pode gritar com a sua própria carne o mistério da carne do povo.

Um anjo seria um padre imperfeito, embora muito mais perfeito na linha meramente espiritual. E não seria um verdadeiro sacerdote, porque não era representativo do povo; não podia carregar nas suas mãos todo o mistério de carne, de pecado e redenção do povo que com ele está a oferecer-se a Deus.

o tudo e o nada do sacerdote

Eis-me chegado ao ponto capital. Desnuda-se na frente da juventude toda a maravilhosa grandeza e beleza do sacerdócio de Cristo. Abre-se o véu que permite desvendar a verdadeira face do padre.

Quem será o padre? Eis o que nos responde S. Agostinho: «nihil et omnia», tudo e nada.

Nada, precisamente porque a sua escolha não esteve dependente das suas qualidades naturais, se bem que estas sempre contem, mas sim da predilecção que o Senhor tem em associar os homens à sua missão criadora e redentora: não fostes vós que Me chamastes, que Me escolhestes, mas fui Eu que vos escolhi a vós. Não é por eu ser inteligente, culto ou brilhante que Deus me escolhe. Ele escolhe-me, precisamente, porque posso ser até muito inferior a um grupo que deixou lá; escolhe-me porque Deus é suficientemente grande para usar um instrumento inapto e realizar maravilhas por ele.

Neste ponto eu podia dizer-vos uma coisa que ajuda imenso. Quando saí do Seminário, em boa linguagem, que me desculpam por ser professor de liceu, de calão liceal, trazia umas peneiras formidáveis quanto a conversões. Fui com o tempo aprendendo muito o que isso significa. A gente muitas vezes convence-se de que chega cá fora e prega a um homem de boa vontade a religião e que ele «cai», e cai porquê? porque a gente vem tão convencido que dois e dois são quatro em Teologia, e que Deus existe e que é lógico que existe e que é um disparate que não se descubra que Jesus Cristo é o filho de Deus que, chegamos cá fora, pomos aquilo em equação e a pessoa «cai». É tão fácil vencer e tão difícil convencer... E a conversão é um problema de convencimento e não de vitória. Nós não convertemos os homens quando queremos; nós somos o máximo um capacho por onde Deus passa para chegar a alguém. E enquanto nós estivermos convencidos que estamos a converter os outros e a chamá-los, quase sempre estamos a ser empecilho para que Deus passe. Lembrem-se daquele padre que um dia, no fim da sua pregação, recebeu uma pessoa na sacristia que lhe dizia: ...mas, padre, no meio da sua palestra eu senti de repente um baque formidável, senti que Deus me chamava a uma conversão; porque eu andava um bocado longe. E o padre, como é natural, pergunta: mas diga qual foi a palavra, qual o exemplo, qual foi o conceito que lhe fez vibrar o coração? E ele diz-lhe, com uma simplicidade extraordinária: desculpe, meu padre, mas foi quando vossa reverência tirou o lenço do bolso, limpou a boca e disse assim: passemos à segunda parte.

Nada, na medida em que o Senhor ama confundir os homens e os seus critérios de orgulho e ciência, deixando toda a riqueza da sua graça nas mãos de carne e de pecado, frágeis e fracas, que são as dos homens, mesmo quando são padres.

Já o grande S. Paulo o sentia quando afirmava que Deus escolhia os fracos e os pecadores para confundir os fortes e os orgulhosos.

O padre é **nada** porque Deus não necessita de nós por carência de faculdades para agir no mundo e nos homens, mas por um acto de amor maravilhoso que se faz encantado na nossa colaboração e na nossa entrega.

Nada, porque, embora chamados e marcados pela graça do sacramento, continuamos a sentir um corpo enfermo que geme no próprio cativeiro da carne. De tal modo assim é que, para falar com justiça da santidade sacerdotal, se há-de entender sempre uma santidade em marcha. Nós, ao recebermos o sacerdócio, não ficámos isentos nem impecáveis; ficámos pecadores. O padre não é por cair que escandaliza. E aqui lembraria uma palavra do escrito do senhor Cardeal-Patriarca, quando dizia que um grande escritor francês, referindo-se ao clero francês dizia assim: «o que me escandaliza em vós não é o vosso pecado, mas a vossa mediocridade». O padre não pode ser um medíocre. Tem de ser alguém que procura em marcha a santidade. Mas nesta procura acontece como a todos os homens: tem deres de fígado, tropeça numa pedra, pode-lhe faltar a caridade, a humildade ou a simplicidade — continua a ser homem e ainda bem que o é.

Portanto, disse eu, para entendermos a palavra **santidade,** com justiça, havemos de a entender sempre como uma santidade em marcha, um esforço, uma virtude de combate.

Por fim, **nada,** porque é um homem simples, a quem Deus chamou para ser Tudo.

E é **tudo** precisamente porque o que tem e o que dá não é dele.

Tudo, porque o que o marca e o define, o transcendente, o ultrapassa, o torna homem de todos e de tudo, ele não recebeu senão para dar. Ele é o homem do serviço, da entrega, da dádiva. Ele é o homem de tudo porque é o homem de Deus.

Aqui, e queria muito que olhásseis para este aspecto, aqui o drama do padre, aqui o seu combate, aqui o seu limite, e também aqui a sua libertação. É neste ponto culminante que o padre ganha toda a sua dimensão de epopeia que, de tão grande e tão íntima, foge aos olhares da carne e se esconde no cântico humilde duma batina negra. Aqui é que quase ninguém entende o

mistério do padre. Ser padre é consentir que Deus escreva na natureza humana todo um salmo de louvores e de loucura dum Cristo; é fazer com que Deus goste desta natureza tão frágil e construa por ela no mundo o mesmo que Deus faria.

Ser padre é ter a louca alegria de oferecer a nossa natureza de homem para que por ela o Senhor continue a habitar com os homens no mundo da paz, da verdade e da simplicidade, tão oposto ao mundo da mentira, do egoísmo e da sensualidade que para aí se vive.

Ser padre, não é renunciar ao amor. E aqui é importante para os jovens. Ser padre não é renunciar ao amor. Sê-lo seria renunciar ao homem. Ser padre é correr o risco, por amor dos homens e das promessas de Deus, de transcender o amor para o viver à maneira de Deus. É deixar as coisas lindas do amor humano, porque o matrimónio tem coisas lindas e maravilhosas, é deixar as coisas lindas do amor humano, que a constituição duma família e dum lar podiam trazer a cada homem, para encontrar a alegria de gerar a cada hora almas dos homens no mistério de Deus.

Eu, sentado num confessionário, posso afirmar sem medo, embora o argumento possa ferir, que já consegui que nascessem mais crianças do que nenhum pai aqui tem de filhos. Eu, através do meu ministério de padre, sentado num confessionário, já consegui que viessem à luz do mundo, mesmo com o seu corpo físico, através da minha acção meramente intelectual e espiritual, mais rapazes e raparigas que nenhum pai que está aqui tem de filhos e talvez de filhos e netos. E tenho apenas oito anos de padre.

Não é renunciar ao amor. É ter, encontrar, a alegria de gerar a cada hora a alma dos homens para o mistério de Deus. É renunciar a muitas alegrias, mas para as ter maiores; para distribuir a alegria de Deus, que é Pai e Amor, aos homens que têm fome. E tudo isto, meus amigos, continuando a ser de barro e de pecado. É fantástico, é terrível, mas é verdade. Graças a Deus que não é essa a condição que afasta os homens do padre, assim o expressava com veemência lapidar esse escritor de que falei há bocado, ao dizer num dos seus romances que aquilo que mais lhe escandalizava no sacerdote não era a sua pequena falha ou a sua queda mas a sua profunda mediocridade. Sim, o Senhor sabe de cor o peso da nossa humanidade. Basta-lhe o jardim das Oliveiras e o grito de sede que teve na Cruz, para o Senhor entender que também nós gememos, mesmo quando Deus nos escolhe. O Senhor aceita-nos e ama-nos e convida-nos assim porque o que é impossível aos homens torna-se possível a Deus. Por isso, a minha última palavra será esta a todos vós: se nós dissermos à juven-

tude que quando se vai para padre não se renuncia ao homem, mas se é sempre mais homem... Porque eu não renunciei a uma família para não ter fmília; eu renunciei a uma família para que pudesse alargar o meu coração a muito mais famílias. Só assim é que se pode entender o celibato. Doutra maneira eu não seria capaz de renunciar a uma família onde há filhos e a alegria dos filhos; mas quando eu vejo que, renunciando a seis filhos de carne, posso estender a minha acção paternal a milhares de jovens... porque desses que eu disse há bocado que pelo meu esforço sacerdotal nasceram, eles não sabem. Quantos só sabe a mãe, quantos só sabe o pai e eles nunca o saberão; não interessa, eu sei e Deus sabe, e é esse mistério que faz o padre.

a vocação feminina

Irmã Leonor

Perante o que o sr. padre Alberto nos disse, eu só tenho que dizer: senhor gigante, se precisar alguma coisa do chão, estou à sua disposição.

Mas enfim, como os anões às vezes também podem ser úteis, eu vou tentar dizer algumas coisas sobre a vocação da mulher. Não defino vocação. É de todos bem conhecida, embora eu goste de a chamar, «Deus a chamar-nos pelo nosso próprio nome».

Vemos que a vocação é entrar no caminho que o Senhor carinhosamente escolheu para cada um de nós. E nesta ordem de ideias não há vocações maiores nem menores, vocações mais dignas ou menos dignas, visto que todas são concedidas por Deus e, sendo Ele um Ser perfeitíssimo, tudo o que faz tem de ser com suma perfeição. Portanto, para mim, para cada um de nós, a vocação é aquela a que o Senhor me chama, ou chamou. Porque o importante não é seguir este ou aquele caminho mas sim aquele que o Senhor para mim preparou carinhosamente.

E isto é para desfazer talvez certos preconceitos de que eu vou aqui fazer propaganda das freiras ou da vida religiosa.

Entrando no assunto: a vocação da Mulher.

Primàriamente, toda a vocação feminina é uma vocação de doação. A mulher realiza-se tanto mais e tanto melhor quanto mais e melhor se der. E é na medida em que ela se dá que ela se sente feliz. Isto é o essencial: **dar-se;** o modo de **se dar** é secundário. E assim vemos que, para umas, o melhor modo de se darem

e serem úteis aos outros é tornarem-se esposas-mães; para outras, permanecerem solteiras no mundo, no meio da massa, para cumprirem uma missão e não por egoísmo; para outras ainda, e estas a minoria, é consagrarem-se a Deus na vida religiosa.

E eu pergunto: qual destes três caminhos será o melhor? Aquele que para cada um de nós o Senhor traçou. Não digo, talvez esperassem que eu dissesse, que é o da vida religiosa; mas, iria contra os planos do Senhor que disse que na Casa do Pai havia muitas moradas. Se há muitas moradas há, certamente, muitos caminhos que lá levam e todos diferentes.

Mas, então, se assim é, tanto faz, e não temos que quebrar a cabeça a pensar qual será o meu caminho; todos vão dar a Roma, vou por um qualquer... Não é bem assim, porque a vocação, ou este chamamento de Deus, não é um jogo de moeda ao ar. Não será impunemente que eu sigo por um caminho, quando o Senhor tinha em vista que eu fosse por um outro.

Não é indispensável sentir-se atracção sensível para determinado estado de vida; o necessário é uma vontade recta e corajosa para seguir, ainda que o contrário fosse mais atraente e mais fácil. E isto verifica-se muitas vezes e ouve-se muitas vezes dizer: ah, eu não tenho jeito para aquilo...

Não é uma questão de jeito, é uma questão de corresponder-mos ao apelo do Senhor.

Mas Deus é fiel e se Ele chama para seguirmos tal caminho, dar-nos-á as graças, e dar-nos-á mesmo uma certa atracção sensível, para nos realizarmos, e dum modo satisfatório mesmo para nós.

Não é, portanto, inútil a canseira a que nos damos para procurarmos conhecer a direcção que o Espírito Santo nos dá. E uma vez conhecida sejamos corajosos e leais para seguirmos essa voz, por muito custosa e dura que seja. Está em jogo a nossa felicidade temporal e eterna.

E, ai daqueles, seja quem fôr, que directa ou indirectamente se opuserem a alguém seguir o seu caminho, o caminho que o Pai do Céu lhe destinou. Deus é justíssimo e, certamente, saberá fazer justiça.

Consideremos agora a vocação para o Matrimónio.

É pena que tantos rapazes e tantas raparigas se comprometam neste estado de vida sem, uma vez sequer, terem pensado se seria esse o seu caminho. Vão sem pensar, porque os outros também vão, embalados nos seus sonhos e nas suas fantasias. Não levam para isso uma mínima preparação nem um mínimo conhecimento de

causa. As consequências, nós vemo-las todos os dias... Vão fazer uma experiência, como infeliz se diz todos os dias e a toda a hora: experimento. Caso civilmente. Se der deu, se não der deixo!

Eu acho que o assunto é demasiado importante para se aventurarem experiências. Portanto, cada um de vós, sobretudo jovens, é obrigado em consciência a preparar-se o melhor possível; primeiro, para saber e conhecer qual é o seu caminho, a sua vocação; segundo, para procurar realizá-lo o melhor possível. E isto tanto para ser esposa e mãe, como para ser religiosa, como para ficar solteira no mundo para cumprir uma missão.

Toda a rapariga, e, por conseguinte, toda a mulher, tem um coração eminentemente maternal. Quer dar-se e precisa de dar-se. Mas, aqui atenção. Vem a propósito aquela frase do Evangelho: «não atireis pérolas aos porcos». Se há alguém que eu admire, e admiro, é precisamente aquela que sabe ser esposa e sabe ser mãe, segundo os planos da Providência. O Matrimónio é, sem dúvida, uma vocação difícil e muito exigente. Não sei se digo alguma heresia... Mas talvez por isso mesmo é que Jesus tenha feito dele um sacramento, para estimular os jovens e as jovens a ingressar nele. E gosto de pôr aqui em paralelo certos pontos entre o matrimónio e a vida religiosa.

Na profissão religiosa, todos mais ou menos devem saber, há um tempo de preparação a que se chama Noviciado. Durante esse tempo a candidata vê se lhe «agrada» ou não, se tem vocação ou não, se a coisa lhe «serve», como nós dizemos.

No matrimónio esse tempo também existe. Há o rapaz e a rapariga que conversam, falam, se conhecem para ver realmente se a «coisa serve ou não».

Na profissão religiosa a jovem compromete-se a ser fiel a Jesus Cristo em tudo e sempre. No casamento a jovem compromete-se também perante Deus e perante os homens a ser fiel ao seu marido em tudo e sempre.

A partir da profissão religiosa — desde que ela se torna «professa» — a jovem já não se pertence pois se entregou a um Outro, com letra maiúscula, para serviço dos seus irmãos.

A jovem que casou já se não pertence também, pois se deu ao seu marido para, juntos, se darem àqueles que o Senhor lhes vai confiar.

E ainda outra coincidência é esta: é que na missa da profissão religiosa e na missa do casamento, os candidatos comungam sob as duas espécies. Até nisto a Santa Igreja quis associar, pôr em paralelo, estas duas vocações que parecem tão antagónicas.

Agora uma palavra só para aquelas que, por um nobre ideal e para cumprirem uma missão, que a Providência lhes destina, têm a coragem, e eu digo a coragem porque acho que é preciso coragem, para permanecerem no meio da massa, sem compromisso especial, para melhor se poderem dedicar aos irmãos necessitados.

São essas raparigas que ficam solteiras, não por egoísmo mas por vocação.

Muitas vezes por causa de pessoas de família, outras para se poderem dedicar melhor às crianças, aos pobres, aos velhinhos, etc. Merecem bem a nossa estima e admiração. E, a meu ver, é uma vocação bem difícil pois que, humanamente, é a mais desprovida de compensações.

E agora uma breve, que é a mais longa, consideração sobre a vida religiosa.

Na sua essência, a vida religiosa é a mais alta da escala; mas, já não se pode dizer isso dos seus fins. Nos fins é idêntica a qualquer vocação visto que é a santificação pessoal para glória de Deus e serviço dos irmãos.

(Se eu disser alguma heresia, diga-me.

P. Alberto — Excomungamo-la... Só disse uma heresia no princípio que eu declaro já: foi considerar-se muito humildezinha e tem dito coisas muito certas e mais do que certas, muito profundas. É uma heresia a falta de humildade...

irmã Leonor — Então, pùblicamente peço perdão...)

Mas, como haveria muita coisa a dizer, eu vou apenas evocar alguns pontos que andam muito deturpadamente na boca do nosso povo.

O Primeiro é este: **a religiosa não é uma falhada.**

Quando se determinou seguir o caminho estreito dos escolhidos, ela sabia o que queria e porque o queria. Realiza aquilo que idealizou: **dar-se.** E no final a sua vida será um triunfo, pois lutou e deu-se a uma causa que não sofre derrota — é a causa de Deus.

Quando passamos na rua ouvimos muitos comentários; e um desses ouve-se a todo o momento: «Coitadinha, que grande desgosto terá sido o dela...». Coitados, não percebem...

Segundo: **a religiosa não é uma inútil.**

Quantos comentários se ouvem a esse respeito. Também se ouve: «Boa vida, também eu... não fazem nada...».

A religiosa, desde as cinco horas da manhã até às dez da noite trabalha, dedica-se, sacrifica-se, faz-se tudo para todos.

Dos que são órfãos ela é mãe; dos que sofrem é consolação; dos que erram é luz; dos que fraquejam é, muitas vezes, força. É ela que trata dos vossos filhos; é ela ainda que educa as vossas crianças e que conforta e ampara os que, dentre vós, estão fracos. A religiosa está ao serviço de todos. E foi precisamente por isso que ela não se deu a um em particular para poder dar-se a todos. Não se dividindo mas multiplicando. Todos podem contar com ela, mas nenhum mais do que outro, pois o seu coração deve estar sempre livre para o Senhor Jesus a quem ela prometeu fidelidade absoluta.

Terceiro: **a religiosa não é uma infeliz.**

Não sei se compreenderão este ponto mas, se pudessem um dia assistir a um recreio numa comunidade religiosa veriam que parece o diabo à solta... Muitas vezes ouve-se dizer que as freiras andam sempre bem dispostas, sorriem. Realmente ouve-se dizer isto. E isto verifica-se apesar de todas as angústias e sofrimentos que elas possam sentir. A religiosa sabe sorrir e o seu sorriso não é enganador nem é traiçoeiro. É um sorriso que vem da paz da consciência que se sabe no caminho recto da verdade. É feliz porque, durante vinte e quatro horas por dia, ela não vive para si, não procura as suas satisfações pessoais e egoístas. É feliz porque, pondo de lado a sua própria felicidade, procura fazer felizes os outros à custa de si mesma. E aqui lembro-me de um caso passado há muito pouco tempo com uma das nossas irmãs que faziam estágio no Hospital do Rego. Tratava uma velhinha queimada. Como é natural, tinha mais paciência para «aturar» e contar umas històriazinhas. E a velhinha ficou tão encantada com ela que, para lhe agradecer, não teve outras palavras do que estas: «Ai, felizes dos cavalheiros que levam tais senhoras...».

Quarto ponto: **a vida religiosa não é apanágio das estropiadas, das sebastianistas, daquelas que ninguém quer.** Porque algumas raparigas estão à espera dum que não chega...

A vida religiosa exige almas fortes, saudáveis, gente bem estruturada, bem constituída. Não é pena que uma rapariga bonita, elegante, entusiasta e alegre se consagre a Deus. Muitas vezes diz-se: que pena! ainda se fosse a outra... mas agora aquela!...

Acho que é justíssimo que assim seja. Se qualquer rapaz é exigente nas qualidades daquela que quer associar à sua vida, e é bem e muito bem que ele assim proceda, será Deus uma espécie de simplório que se contenta com qualquer coisa?... Ele tem o

direito de escolher do melhor, e é justo que assim seja, pois que Ele é superior a tudo e a todos.

Não faltam pessoas que julgam que uma rapariga que veste bem, se pinta, que vai ao cinema, que tem convívio com os rapazes, para piqueniques, para excursões, para acampamentos, está excluída «ipso facto» da vida religiosa.

E eu lembro-me, enfim, modéstia à parte, mas quando era nova eu gostava muito da paródia; e quando souberam que eu ia para freira disseram assim: ah, não, aquela? aquela é que não vai, punha as minhas mãos no fogo!... se fôr a outra, sim, agora aquela é que não vai... Foi um escândalo; porque eu ria, falava e brincava e era um escândalo eu ir para freira. Não sei o que é que eles queriam, talvez que nunca me risse...

Ora, isto é um conceito errado e seria bem que nós nos libertássemos dele e que levássemos os outros também a libertarem-se; e é muito bom que estejam aqui pais e mães de família, rapazes e raparigas, porque afinal interessa a todos, porque todos nós conhecemos uma rapariga, ou conheceremos, a quem Deus chama para ser religiosa. Não digam assim: ai menina, não penses nisso, tu com esse «bâton» não chegas lá!... Chega como as outras... Porque assim como não é o hábito que faz o monge também não é o «bâton» que tira a vocação...

Dessas raparigas abertas e modernas é que a vida religiosa precisa, e hoje mais do que nunca, porque as religiosas agora, felizmente, estão a sair da cozinha e da sacristia. Até aqui, era a vida delas, havia uma grande reunião, sessão, congresso da Acção Católica ou de Apostolado da Oração ou do que fosse e, sim senhora, as religiosas eram chamadas para cozinhar, para pôrem a mesa, para irem arranjar a sacristia. Mas, felizmente que isso está a acabar, e o Santo Padre Paulo VI insiste nisso e chama bem a nossa atenção para estarmos à altura; já não é para isso... a religiosa já pode dispensar a cozinha para qualquer ajudante e ela tem que ir para o meio das pessoas e dar testemunho não só com a sua palavra mas também com o seu exemplo.

Mas, então, depois de tudo isto, será a vida religiosa uma espécie de tapete rolante, em veludo, cor-de-rosa? Não, nem por sombras. Se há tão poucas vocações religiosas, eu não quero fazer juízos temerários, mas julgo que não é por espírito de sacrifício que não vão... não sei, penso que é ao contrário; não é porque lá vão ter uma vida regalada...

A vida religiosa é muito difícil, muito espinhosa e muito dura. Mas tem mesmo de ser assim. Pois se tão grande é a recompensa é preciso que a luta corresponda. E isto não é para assustar ninguém

porque é espinhosa a vida de qualquer mortal neste mundo. Na vida religiosa é encarada num outro aspecto, mas há as graças necessárias para vencer esses obstáculos todos.

E agora só uma palavrinha: **A religiosa profissional.**

Poderá a religiosa ser uma boa profissional? Pode e deve. E será tanto melhor profissional quanto melhor religiosa fôr. E também a profissão bem cumprida irá beneficiar a vida religiosa. Mas vêem-se religiosas que são, por exemplo, más enfermeiras. E isto é verdade, infelizmente. Temos de concordar que muitas vezes nem enfermeiras são... e portanto já estão desculpadas por isso mesmo.

E aquelas que falharam, que abdicaram? Infelizmente é também uma realidade. Mas esses casos de modo algum devem depreciar a vida religiosa. Uma hóstia que caísse na lama nem por isso deixaria de ser hóstia e nós, por esse mesmo facto, não deixaríamos de comungar. Uma hóstia caiu na lama já não comungo mais... comungávamos na mesma; não tira nada à essência da vida religiosa. Afectam os acidentes mas a essência fica.

Não sejamos, portanto, fáceis em julgar desses casos, tanto de religiosas como sacerdotes.

E eu ouso dizer uma coisa: pensamos que muitas vezes, nós que estamos aqui, somos culpados de que um sacerdote ou de que uma religiosa venha a falhar? Pelo mistério da comunhão dos santos todos nós somos responsáveis uns pelos outros. E talvez mesmo que directamente, com as nossas opiniões falsas, com as nossas ideias erradas, vamos contribuir para que naquela inteligência se estabeleça a confusão e haja depois uma catástrofe.

Resumindo, para terminar.

Todas as vocações são excelentes e o importante é que cada um de nós siga aquela que o Senhor para ele escolheu. E eu digo «para ele escolheu» porque Deus não chama colectivamente, chama a cada um pelo seu nome.

Mas não basta ser chamado; é preciso corresponder, e isto, infelizmente, nem sempre se verifica.

Quantas vezes se ouve o chamamento e se procuram mil pretextos para fugir, para nos iludirmos, para nos convencermos de que é fantasia nossa. E isto não é só para a vida religiosa mas também para o casamento. Muitas raparigas fojem do casamento, e muitos rapazes também, por cobardia ou por egoísmo; porque querem fazer o que lhes apetece, não querem ter que dar contas a ninguém. Não, estes casos e esses tais é que são os falhados, os

fracos. São os da vala comum, que não deixarão após si nada de bom.

Abramos o nosso coração, abramos a nossa inteligência, abramos a nossa alma à voz da graça, chamando-nos para seguirmos tal caminho. E uma vez que a tivermos ouvido tenhamos a coragem de dizer-lhe lealmente: Eis-me aqui, Senhor.

livros

comme s'il voyait l'invisible

JACQUES LOEW

Ninguém melhor do que o P.e Loew está em condições de nos dar um livro sobre espiritualidade sacerdotal.

A vida tem-no colocado no centro das mais difíceis experiências de vida sacerdotal de hoje. Convertido aos 25 anos, docker e pároco, empenhado desde 1941 em encontrar uma catequese missionária adaptada, é o actual responsável da missão operária de S. Pedro e S. Paulo. Não pode acusar-se o P.e Loew de ser um teórico desincarnado. A leitura de «En Mission Prolétarienne e de «Journal d'une Mission Ouvrière 1941-1959» desfaz qualquer dúvida a tal respeito. O que é importante, pois a espiritualidade sacerdotal deve ser um caminho de vida, já experimentado, e não um conjunto de reflexões teóricas.

Há muitos anos já que se fala de espiritualidade sacerdotal e os padres continuam a sentir-se sem um guia seguro para se realizarem espiritualmente enquanto padres. O objectivo nem sempre tem sido claramente visado. Trata-se de encontrar o modo de concretamente o padre se santificar na sua vida de acção no mundo em ordem a fazer dele o Reino de Deus. A actual situação caracteriza-se por uma insatisfação em relação às soluções apresentadas, insatisfação que tem sua origem no facto de todas elas situarem a vida espiritual do padre à margem da sua missão no mundo. Em geral, e é o seu erro, inspiram-se em espiritualidades monásticas que, de sua natureza, têm de prescindir duma missão no mundo como factor de encontro com Jesus.

«Comme s'il voyait l'invisible» não é a solução finalmente encontrada para a espiritualidade sacerdotal. Quando o P.e Loew o anunciou em 1947 deu-lhe o título de «Jalons». Trata-se, de facto, de marcos, de balizas de referência e não duma exposição sistemática e completa sobre espiritualidade sacerdotal. É até mais amplo pois apresenta um retrato espiritual do apóstolo de hoje, padre ou leigo. Creio que aqui está uma das limitações do livro. Entre o apóstolo-leigo e o após-

tolo-padre há mais que uma diferença de grau de intensidade na entrega ao apostolado, o que, naturalmente, deve reflectir-se na atitude espiritual correspondente.

Um dos aspectos mais positivos do livro é o método adoptado, que se revela duma fecundidade extraordinária. O P.e Loew procurou iluminar a vida real do apóstolo, as situações concretas em que se encontra com a Palavra de Deus na Bíblia. É da penetração do acontecimento pela Palavra de Deus que brota a atitude cristã a tomar. A meditação simples do texto não bastaria. Como tal a Bíblia é já a resposta de Deus às interrogações que os acontecimentos do tempo em que foi escrita Lhe puseram. Para conhecer a resposta de Deus aos acontecimentos de hoje é necessário simultâneamente escutar os acontecimentos e prescrutar a Palavra de Deus que está oculta na Bíblia. O livro do P.e Loew está cheio do Evangelho e de S. Paulo, não só por citações, mas sobretudo pela inspiração global que preside a todos os caminhos sugeridos.

Está cheio igualmente do mundo de hoje a quem o apóstolo é enviado. É certamente um dos outros valores do livro: ser a visão evangélica e paulina do apóstolo no mundo actual. Seria totalmente errado construir uma espiritualidade do apóstolo sem esta dimensão. É que o apóstolo é, por definição, o que é enviado ao mundo que evolui. A actual situação do mundo condiciona grandemente os valores espirituais que o apóstolo deve cultivar. Só os não condicionaria se ele vivesse fora do mundo. O título do P.e Loew é já uma tomada de posição. O ateísmo actual exige do apóstolo que ele seja antes de mais testemunha do invisível, o homem da palavra de Deus, que se mantenha firme «como se visse o invisível».

Para não referir só méritos façamos menção duma lacuna do livro que estamos a apresentar. A dimensão eclesial do apóstolo não tem a evidência que merece. E não há dúvida de que este é um dos valores a que os apóstolos de hoje são mais sensíveis, pelo que é necessário prescrutar-lhe todas as repercussões na vida espiritual.

Vamos agora respigar aqui e além algumas perspectivas que nos pareceram mais fecundas.

Apóstolo é aquele a quem Deus chama, a quem Deus se revela e a quem Deus envia. A vocação não é algo de estático mas vai-se aprofundando ao longo da vida de apostolado. A ferida que o ateísmo do mundo moderno abre no coração do apóstolo não deve cicatrizar pois por ela passa o apelo de Deus. É até um factor de revigoramento da vocação de Deus o sentir cada vez mais a infelicidade, inconfessada ou não sentida, dos homens que não crêm em Deus. O enraizamento do apelo de Deus é acompanhado por um fenómeno a que o P.e Loew chama «operação Gedeão» — a lei da purificação do humano e do individual. Deus faz cair os sonhos, as ânsias de triunfo, para que o apóstolo se apoie na nudez do chamamento de Deus. Muitas vezes é a Igreja o instrumento desta purificação. Nessa altura se somos capazes de sofrer pela Igreja e da Igreja é sinal de que possuímos o espírito de Deus. Razões desta lei? Deus quer instrumentos humildes para a sua obra e, por vezes, não é o tempo ainda de determinadas iniciativas.

O que é que a missão tem a anunciar hoje? Que é que o servidor da missão deve incarnar para ser escutado? O amor. O amor de Deus que se manifestou em Cristo deve ser «a coluna vertebral da nossa vida, da nossa acção, do que somos». O apóstolo de hoje sente grande alegria em poder entregar-se a esta tarefa essencial, dispensado como está de tantas outras tarefas de que o mundo profano se responsabilizou.

Caminhando, efectivamente, na carne, não é segundo a carne que lutamos. É que as nossas armas de combate não são carnais, mas, por Deus, são capazes de abater fortalezas» 2 Cor. 10, 3-4. No combate único e desigual com o ateísmo a arma do apóstolo é a pobreza. Por ela vive no mundo como se possuísse o invisível. É a concretização da fé.

À descrença das massas o apóstolo deve opôr a fé. Em face das riquezas, dos prestígios e das técnicas deve aparecer a pobreza. A pobreza é a consequência visível da fé, a atitude de quem espera tudo de outrem e o sinal de quem só se apoia em Deus.

Devemos escrever e sublinhar sem cessar que a fé e a pobreza são a resposta exacta e eminentemente adaptada ao tempo de hoje, o remédio verdadeiramente específico para enfrentar e curar a ferida do ateísmo. p. 17-18.

Acerca da inserção no mundo diz J. Loew, não sem uma ponta de exagero polémico, que somos uma geração cheia de complexos; entre eles está o complexo de «semelhança», responsável pela ineficácia da vida de muitos apóstolos. Devem acabar todas as diferenças falsas mas não se pode abolir o princípio que opõe o mundo e o cristão. Ao nível em que o apóstolo se coloca, o da redenção, tem de haver oposição. Mais que a um doseamento entre incarnação e transcendência tem de tender-se para uma união íntima das duas componentes da vida de apostolado. A inserção no mundo tem de estar presa à transcendência. Quanto mais inserido se está tanto mais fortemente se tem de afirmar a transcendência.

O apóstolo é o elo de ligação entre Cristo e os homens. A sua imitação do Senhor torna visível Cristo invisível. Neste campo as nossa ambições sofrem dum estranho limite. Temos tanto medo de não ser «como os outros», de parecer gente à parte que parece termos tomado como modelo «a dedicação» dos que não crêem, o seu ardor em transformar e instalar-se na terra. p. 92.

Um problema afim é o da união da acção com a contemplação. Crê J. Loew que o elemento unificador é o acolhimento do instante presente: um presente de Deus que torna Deus presente.

Uma vez familiarizados com o mistério do momento presente nada nos pode aborrecer, nem mesmo o aborrecimento, nada nos pode perturbar, nem mesmo a nossa miséria. Pascal compreendeu-o: «Se Deus nos desse mestres como lhe deveríamos obedecer com alegria!» A necessidade e os acontecimentos são-no. p. 141-2.

São vários os sinais que o mundo actual pede ao apóstolo. Em primeiro lugar o sentido da pessoa humana, que é uma especialidade cristã. A existência de comunidades religiosas onde a pessoa se pode desenvolver em liberdade é sinal evidente do amor criador e respeitador de Deus. O sentido do outro aprende-se na oração, pelo êxtase diante do amor de Deus pelos homens. Depois, a constância, a capacidade de aguentar e não abandonar. «Em tudo afirmamo-nos como

O primeiro testemunho da missão é a realização prática do que é o homem no pensamento de Deus; uma criatura à imagem do Criador, animada pelo sopro de Deus, um «único» fora do anonimato das categorias em que quereriam encerrá-lo. p. 121.

ministros de Deus: por uma perfeita constância» 2 Cor. 6, 4. Por último o culto da verdade. Nas situações mais intrincadas a contínua defesa da verdade é um dos sinais mais visíveis da nossa fé no meio do mundo.

Quem quiser ser com Cristo e por Cristo testemunha diante do mundo da verdade que liberta e que resgata, deve ser educado no culto da verdade, em palavras e acções e por consequência na sinceridade, na lealdade, na fidelidade, na coerência. PAULO VI

A missão tem o seu tempo, que o apóstolo deve respeitar como Cristo que esperou pela sua hora. De igual modo deverá respeitar os tempos da missão: o tempo da amizade, o tempo da palavra e o tempo do sacramento. O tempo da amizade na vida de Cristo durou trinta anos; o da Palavra, 3 anos e o tempo do sacramento alguns dias. Os três tempos não são etapas que se sucedem sem mais umas às outras mas preparam-se, completam-se, e as anteriores acompanham as posteriores.

Creio que a nova cristandade que está para nascer será um tempo em que os homens lerão e meditarão o Evangelho como nunca o fizeram antes. J. MARITAIN

Se fosse necessário para o apóstolo dar prioridade a um destes tempos, e talvez nos anos próximos para a cristandade que se está a fundar, parece-me ser de dá-la ao tempo da Palavra. É ela que lida, escutada, meditada, ruminada durante o dia, dará a autêntica dimensão à amizade e à vida sacramental. p. 216.

O P.e Loew dedica grande parte do seu livro à equipa enquanto instrumento de apostolado. Perante a influência extraordinária dos meios de comunicação, as fabulosas possibilidades económicas de certas instituições, a crescente socialização dos estados modernos a equipa é o testemunho da «liberdade e da juventude alegre em Deus». Se a Igreja é unidade urge criar pequenas células de verdadeira unidade para a conversão de todos à caridade. O meio da equipa é certamente um ambiente propício à caridade real e efectiva. A sua carta é, com efeito, a caridade. Fazer equipa é difícil e exige muito tempo. A equipa não é estática, está em progresso; não é um fim em si mesma, ordena-se à Igreja. A consagração sacerdotal tem na equipa um modo concreto de realização: a castidade é o amor concreto dos membros da equipa; a obediência é submissão à equipa; a pobreza é comunhão de bens com os outros.

A experiência convenceu-nos de que um dos meios mais eficazes para suscitar a conversão dos homens a Deus no respeito da sua liberdade é a existência de comunidades cristãs em que casais militantes, missionários consagrados e padres rezam e trabalham em completa união e amizade, cada um segundo a graça própria do seu estado e na complementaridade que é nota da Igreja. p. 161.

A equipa não é uma boia de salvação. Quando um homem ou um seminarista vem e declara que tem necessidade duma vida de equipa para o seu equilíbrio está a cometer um erro grave. A equipa não é um remédio para curar a falta de senso, a debilidade no combate da oração, ou a inaptidão para os contactos. Ela só pode aguentar homens que se têm por si próprios. É a esses que a equipa dá algo mais. A equipa-boia de salvação, em breve se torna pesada e ameaça ir ao fundo com os ocupantes.

P.e ARTUR LEMOS

possuído pela caridade de Deus*

A. SIMONET

«Jesus chamou pessoalmente aqueles que pretendia e eles vieram ter com ele. Estabeleceu doze, para andarem com Ele e os mandar em pregação com o poder de expulsarem os demónios» (Mc. 3/13-15).

A vida do apóstolo consiste em estar com o Senhor e anunciar o Evangelho.

O padre diocesano nestes últimos tempos tem feito grandes esforços para descobrir qual é a sua maneira própria de «estar com o Senhor» e «anunciar o Evangelho». Não faltam livros novos com títulos semelhantes a este: «Espiritualidade do padre diocesano», nem experiências de equipas sacerdotais tendentes a descobrir e pôr em prática em conjunto alguns meios de perfeição e eficiência sacerdotal. O necessário é que os meios escolhidos como que dimanem do «ser» sacerdote. Só assim se evitará o exercício do sacerdócio como profissão e a consequente procura duma vida de perfeição à margem da graça sacerdotal. O sacerdócio há-de realizar-nos perfeitamente como homens.

* * *

O estado sacerdotal contém em si uma graça de santidade e de vida fraterna — esta é a ideia base que o director espiritual do seminário maior de Namur, André Simonet, desenvolve nas duas partes do seu livro «Saisi par la charité de Dieu». Não é intenção do autor «fazer uma descrição pormenorizada da espiritualidade sacerdotal» mas «chamar a atenção dos padres para o que nos parece ser o traço fundamental da sua posição na Igreja e o traçado próprio ao caminho que têm a seguir».

I Parte — Vida Santa

O primeiro apelo à santidade e a graça primeira de santificação partem do «sacerdócio de base», o sacerdócio baptismal. Por isso os baptizados são chamados «gente santa», «sacerdócio real», «povo de conquista» (cf. I Ped. 2/9. É a partir deste «sacerdócio de base» que Deus constitui na Igreja a uns apóstolos, a outros profetas ou doutores. Todas estas coisas, porém, as opera um só e o mesmo Espírito, repartindo a cada um como quer (cf. I Cor. 12).

«A grandeza de todo o homem, a sua santidade perante Deus consiste em corresponder às iniciativas divinas sejam elas quais forem, e de lhes corresponder em plena liberdade».

Deus tem uma maneira constante de agir ao longo do tempo: Falou primeiro pelos profetas, depois falou por meio de seu Filho (cf. Hebr. 1/1), hoje fala-nos pelos enviados de seu Filho.

Os enviados de Deus (a começar pelo seu próprio Filho) são homens «prisioneiros do Espírito» (Ac. 20/22) para a obra de Deus. «O Espírito de Yahwéh apoderou-se de David» (I Sam. 16/13), quando Samuel o ungiu rei por escolha de Deus. Os apóstolos são os homens que o Espírito Santo conduz para a Verdade integral (cf. Jo. 16/13).

Cristo está presente nas pessoas de seus enviados «até ao fim dos séculos» (Mat. 28/20) para que o «mundo tenha a vida e a tenha abundantemente» (Jo. 3/16). E como a «posição de Cristo em relação ao mundo se define em termos de cari-

* Tradução (ed. Centro Nacional das Vocações. Lisboa) do livro — «SAISI PAR LA CHARITÉ DE DIEU».

dade», pois «Ele é o Bom Pastor que dá a vida pelas suas ovelhas» (Jo. 10/11), assim também a função sacerdotal «não se concentra em torno dum conjunto de poderes mas numa participação da caridade redentora que tem a sua fonte no Pai, a sua morada em Cristo e no Espírito, o seu termo na Igreja do Pai». Cristo como único Pastor é o modelo dos pastores (cf. I Pe. 5/4).

A «intervenção divina confirmada pelo sacramento e autenticada pelo carácter cria um «ser sacerdotal», uma configuração substancial ao Cristo-Sacerdote que vai além dos poderes e das funções». «O que se espera do padre não é que se dê, mas que se considere como possuído e que aja como tal». Será nesta perspectiva que se há-de compreender a santidade sacerdotal ,que não é um ornamento nem exigência do sacerdócio mas faz parte do «ser sacerdotal»), e se há-de harmonizar a vida activa com a vida de oração do padre (o «apóstolo é levado pelo próprio dinamismo da graça que há nele a viver em estado de oração»).

O padre é possuído por Deus não só porque ama as pessoas com o próprio Amor do Filho de Deus, mas também porque o Amor de Deus está nele. Mas está nele por participação pois cada apóstolo é possuído por Cristo na medida do seu compromisso no mistério da salvação que se está realizando: os bispos duma maneira própria e total, os padres por participação.

Por isso, sendo o mandato de santidade «permanecei no meu amor» (Jo. 15/9), o padre permanece no amor de Cristo unido ao bispo cujo sacerdócio participa. Por isso a sua vocação implica uma graça de fidelidade e obediência ao Bispo. «Entre o padre e o bispo cria-se um laço que é fonte de santidade desde que seja assumido na fé».

A união ao bispo e a oração apostólica vão-se aperfeiçoando ao longo de toda a vida dum padre na medida em que vive a graça sacerdotal. Começa-se no seminário onde a vida é orientada pelas ordens a receber e, desde já, a pôr em prática, e continua-se por toda a vida tendo momentos de especial intensidade nas recolecções sacerdotais, na vida em equipa, num contacto com o bispo, numa passagem pela «casa sacerdotal»...

II Parte — Vida Fraterna

Cristo veio reconduzir à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos (cf. Jo. 11/52).

«Tenho ainda outras ovelhas que não são deste aprisco. A essas, também, tenho eu de conduzir e elas hão-de ouvir a minha voz. Então haverá um só rebanho e um só pastor» (Jo. 10/15-16). «Deus salva o mundo englobando-o na unidade de Amor que é a sua própria vida». Ser salvo é entrar na unidade de Deus — «como Tu, ó Pai, estás em Mim e Eu em Ti que eles (os que vão acreditar) também estejam em Nós» (Jo. 17/11).

Esta unidade é própria de todo o cristão «porque fomos todos baptizados no mesmo Espírito para formarmos um só corpo» (I Ped. 12/13). É na medida em que aceitamos «pertencer ao único Corpo de Cristo e sermos membros uns dos outros» (Rom. 12/5) que seremos verdadeiramente salvos.

«A reunião dos homens no Espírito Santo realiza-se a partir dum agrupamento inicial que serve de base: é a comunidade dos doze e dos seus sucessores». Eles anunciam o que viram e ouviram para que entremos **em comunhão** com eles pois que a sua comunhão é com o Pai e seu Filho Jesus Cristo (cf. I Jo. 1/3). Os apóstolos, os bispos estão unidos na própria unidade de Deus; os padres entram nesta unidade pelo seu bispo.

É nesta base muito consistente que assenta a caridade entre padres. O seu exercício é, antes de mais, uma questão de Verdade e Fidelidade ao Sacerdócio e ao Evangelho.

O padre salvará os homens como Cristo — integrando-os na sua comunhão com os seus irmãos no sacerdócio e pelo bispo na comunhão do Pai, do Filho e do Espírito. A graça da unidade é assim o impulso da vida apostólica e torna-a verdadeira — «não somos senão um entre nós nesse único Pastor para o serviço desse único Rebanho». Isto exige e supõe muita renúncia pessoal. Os padres entregaram-se à Igreja para o serviço da Igreja. Não há qualquer lugar para o individualismo ou particularismo no apostolado. Antes de ser um desejo, a comunidade, ou fraternidade sacerdotal, é uma realidade. O bispo é o laço desta fraternidade porque «não somos nós que inventamos a maneira de ser padre; somos e tornamo-nos padres em plena Igreja com o bispo». A fraternidade assenta na fé; as suas expressões podem ser múltiplas segundo os tempos e lugares, e são sòmente limitadas pelo melhor serviço do Evangelho — o Espírito desceu sobre os apóstolos reunidos em Jerusalém e dispersou-os pelo mundo.

«A colegialidade sacerdotal incarna-se e exprime-se em estruturas de Igreja e em realizações de toda a espécie que a elas se ligam». Talvez ainda não tenhamos descoberto expressões de fraternidade dentro desta estrutura de Igreja em que estamos inseridos. Precisamos de as descobrir e valorizar.

A nossa comunidade sacerdotal diocesana está agrupada em comunidades sacerdotais mais pequenas, como que naturais, cujos problemas são parecidos — as Vigararias e os centros de ensino. Porque não desenvolver aí uma acção comum? Nalguns casos poder-se-ia chegar até à vida em comum entre os padres. Já se fazem, entre nós, alguns encontros de padres. Porque não os vitalizar de tal maneira que sejam pontos de apoio e de intensificação da fraternidade sacerdotal tantas vezes vivida só na fé?

Depois há ainda uma gama de expressões de vida fraterna que cabe a cada um descobrir, escolher e integrar na sua vida de apóstolo, como sejam os grupos de revisão de vida, as equipas de estudo, os grupos de trabalho...

Para que os encontros entre padres sejam verdadeiramente sacerdotais é preciso que os padres se unam em Cristo, o mesmo é dizer, na oração. A oração em comum, cujas expressões mais ricas são a Eucaristia e o Ofício divino, é o melhor sinal e o maior factor da fraternidade sacerdotal. Porém na ordem prática o caminho mais fácil para se alcançar esse encontro fraterno na oração, na vida em equipa... é o trabalho em conjunto.

Como a santidade também a fraternidade se há-de descobrir ao longo de toda a vida na medida em que vivermos a graça sacerdotal. Há-de começar e preparar-se no seminário pela vida fraterna entre seminaristas e prolongar-se e intensificar-se mais tarde pela vida fraterna entre padres.

*

«Saisi par la charité de Dieu» tenta com êxito enraizar a santidade e a colegialidade sacerdotal na graça própria do sacerdócio. Estabelece admiràvelmente a articulação entre santidade, fraternidade e apostolado; define razoàvelmente, embora de passagem, a relação bispo-padres. Evidencia a gratuitidade da escolha divina.

Simonet parte quase sempre do Novo Testamento para nos encaminhar na descoberta do sacerdócio. Cada passagem da Escritura que transcreve traz-nos à memória uma série de passos paralelos permitindo assim que o leitor ultrapasse o livro na descoberta do sacerdócio.

Parece-me dever fazer uma crítica que assenta em quatro partes:

— É demasiado abstracto (este reparo quadra melhor com a primeira parte).

— Apresenta a santidade e a fraternidade sacerdotal como um estado, embora dinâmico, e não como

uma graça que o cristão-padre tem de assumir cada dia. Simonet parece esquecer um pouco a angústia tão cristã que S. Paulo exprime desta maneira «faço o mal que não quero e não faço o bem que quero» (Rom. 7/15); Talvez por atender em demasia ao «ser sacerdotal» como tal, em prejuízo do homem que é sacerdote.

— No último capítulo da 1.ª parte vinca com demasiada violência a independência, quanto aos meios de santificação, do padre diocesano e do religioso. Neste ponto parece reviver uma polémica já ultrapassada (pelo menos entre nós). Hoje o padre diocesano já não é considerado «uma espécie de plebe do Clero» nem são frequentes os casos de padres que pretendam fazer-se religiosos levados por um maior desejo de perfeição. A mensagem que o Sr. Patriarca de Lisboa dirigiu ao clero em 1930 onde se lamenta da falta de consideração pelo clero diocesano em favor dos religiosos tem em conta uma circunstância concreta, histórica, que hoje já não é real.

— Simonet retoma em diferentes capítulos as mesmas ideias o que dificulta um pouco a leitura.

O número de Outubro de 1964 da revista «Vocation» depois de apresentar o tema do livro faz a seguinte crítica: «Tudo o que diz o autor é persuasivo, esclarecedor e fundado. Vê-se mal, porém, como o conhecimento intelectual dos fins específicos do estado sacerdotal e do dinamismo interior provocado pelas graças que lhe são inerentes poderão bastar para a realização quotidiana da Santidade e união fraterna. Parece falar a puros espíritos e há dificuldade em fazer a junção entre a reflexão abstracta e a incarnação no quotidiano».

Estas duas críticas devem ser bastante suavizadas porque o propósito expresso do autor não é dar soluções mas pistas de reflexão o que conseguiu duma maneira bastante boa.

ALBERTO LUCAS

documentação

- O PROBLEMA SEXUAL DOS JOVENS
  DIRECTIVAS PASTORAIS DO EPISCOPADO ALEMÃO

- PROBLEMAS AGRÍCOLAS DO OESTE FRANCÊS
  CARTA DOS BISPOS AOS SEUS PADRES

- A FORMAÇÃO SACERDOTAL
  CARDEAL LÉGER NO CONCÍLIO

directivas pastorais do episcopado alemão

o problema sexual dos jovens

Problema sempre actual, está atingindo entre nós uma acuidade extraordinária.

Esta carta, duma grande clareza e concisão, tem a vantagem de ser muito concreta.

É a palavra decidida do Episcopado Alemão sobre um assunto um pouco melindroso; publicamo-la pelo alcance pastoral que nos pareceu ter. Os educadores encontram neste documento uma orientação seguríssima. Estamos convencidos de que é um óptimo ponto de partida para uma reflexão em comum, condição de uma assimilação mais integral e de maior projecção nas comunidades.

1. O homem, corpo e alma, é um todo e este todo é uma pessoa que, como tal, é imagem de Deus.

2. Dada tal unidade corpo-alma, o sexo (masculino ou feminino) marca todo o ser humano, no seu corpo e na sua alma, desempenhando um papel importante na sua maturidade moral, como pessoa, e igualmente no crescimento da imagem de Deus nele.

3. O amadurecimento da personalidade, masculina ou feminina, não se realiza sem a cooperação humana. Por um lado o ser humano deve fazer esforço sobre si mesmo para assumir o seu sexo, e inseri-lo na vida, por outro lado ele tem necessidade, sobretudo na juventude, de receber dos outros formação, atenção e disciplina. Esta achega dos outros, verifica-se particularmente necessária no ambiente erótico de hoje, uma vez que a maturidade corporal precede a da personalidade.

4. Na pastoral dos jovens deve ter-se em conta mais do que nunca o cuidado pela sua educação sexual, levando-lhes a ajuda de que eles têm necessidade para a maturidade e normalização da sua vida sexual, sabendo bem que o ser humano chega a Deus segundo o que lhe é próprio, como homem ou mulher.

5. A formação sexual perfeita deve inserir-se sempre no conjunto da formação que visa a maturidade humana e cristã; deve portanto visar a inserção da sexualidade em toda a vida.

6. Aquele que se consagra a esta formação, deve possuir uma imagem justa da sexualidade, e esforçar-se por ter uma vida sexual bem ordenada.

7. Para formar uma atitude sexual recta, é necessário dar uma visão justa da sexualidade, colocando-se no bom caminho, fugindo do mau.

I. uma visão justa da sexualidade

1. Deus criou o ser humano homem e mulher, para que, de maneiras diferentes, mas em conjunto, reflictam a magestade de Deus. O homem e a mulher estão destinados a completarem-se um ao outro e a viver em conjunto, afim de vencer a solidão. Pela união dos seus corpos e das suas almas, fundada sobre o amor mútuo, eles são chamados a perpetuar o género humano e a tornar sempre e cada vez maior a sua íntima união. A sexualidade é assim um dom de Deus que permite ao homem uma forma específica de amor, devendo portanto ser encarada numa feição absolutamente positiva. Depois do pecado original, o apetite sexual ameaça subjugar o homem; mas a graça de Deus Redemptor torna-o capaz de se vencer a si mesmo, numa luta sempre constante, e permite ao homem e à mulher encontrarem-se justamente.

2. O modelo de toda a comunidade é a Santíssima Trindade unida no Amor. À imagem desta comunidade, o casamento não deve fundar-se só sobre o amor, mas deve também conduzir sempre a um amor maior, pelo qual Deus é glorificado. Sendo o homem criado à imagem de Deus, cada casamento deve ser uma união de amor.

3. O matrimónio cristão assume uma dignidade particular. Ele é imagem da união de Cristo e da sua Igreja.

É um sacramento, uma aliança santificante e portanto uma fonte de força para o amor que o homem e a mulher dedicam um ao outro e aos seus filhos.

— o celibato voluntário ou involuntário

4. Ao lado do casamento, união de amor querida por Deus, há o celibato «por amor do reino dos céus» (Mt. 19, 12).

A virgindade, também é uma união de amor, visto que é por amor a Deus e aos homens que se faz uma entrega total a Cristo, se a graça de Deus chama a esta entrega. O homem não é chamado a este dom exclusivo a Deus em Jesus Cristo, quer na sua qualidade de criatura, quer na de resgatado. A renúncia ao casamento é sinal desta dádiva exclusiva.

Para aquele que é chamado, o celibato «por amor do reino dos céus» é a resposta dada ao amor de Deus por nós. É uma forma particular de seguir Cristo, e imagem do dom da Igreja ao seu Senhor. É ao mesmo tempo um grande testemunho de fé na ressurreição do último dia onde não haverá mais casamentos (cf. Mt. 22, 30) porque «Deus está todo em todos» (1 Cor. 15, 28).

5. Se alguém deve permanecer celibatário, a sua sexualidade é igualmente importante para a sua maturação masculina ou feminina. Ela aperfeiçoa-se na forma de amar Deus e os homens, e na sua caminhada em direcção a Deus. De mais, um celibato que, primitivamente, não era desejado, pode em seguida tornar-se não só admitido mas realizado como apelo de Deus e vivido generosamente.

— a educação sexual nas diferentes idades

6. A justa visão da sexualidade humana deve ser inculcada nos jovens, tendo em conta a inteligência de cada um. É necessário mostrar bem e sempre que a sexualidade vem de Deus que a criou, que é ordenada ao amor e que é importante para chegar a Deus. É igualmente importante que este progresso para uma justa visão da sexualidade seja mais que uma explicação pura e simples das coisas sexuais.

7. Este caminhar progressivo para uma justa visão da sexualidade humana deve, por conseguinte, incluir

uma informação suficiente sobre os dados biológicos, fisiológicos e psicológicos. Este ensinamento deve ser objectivo, franco, e ao mesmo tempo deve inspirar o respeito. Uma informação que dissesse ùnicamente o aspecto natural da questão seria tão deficiente como se fosse exposta dum modo muito vago, pois que não responderia aos problemas concretos das crianças e dos jovens.

8. Seria prova de irresponsabilidade por parte dos pais ou dos educadores deixar as crianças aprender na rua as coisas sexuais. Os pastores devem lembrar aos pais o grave dever que têm de se preocupar com a boa educação sexual dos seus filhos, e ajudá-los nesta tarefa. Devem cuidar de que os educadores de qualidade, de acordo com os pais, dêm aos rapazes e às raparigas os conhecimentos desejados. Se isto não é possível devem assumir eles próprios esta tarefa.

9. O filho deveria receber já de sua mãe, duma maneira extremamente prudente, uma resposta verdadeira às suas perguntas. A criança deve aprender da mãe que os filhos, por vontade de Deus, nascem do amor do seu pai e da sua mãe, e que estão envolvidos neste amor. Não é necessário entrar em pormenores que não convêm à criança, mas é necessário abster-se de explicações falsas.

10. Antes da criança entrar na escola, deve receber de seus pais a educação sexual que lhe é necessária para que não corra o risco de a receber duma maneira malsã desde o primeiro ano da escola, como acontece a maior parte das vezes.

11. Entre os 9 e os 12 anos, é necessário inculcar aos rapazes e às raparigas uma visão do problema dos dois sexos correspondendo à sua maturidade e aos problemas que se lhes põem. Isto é um direito e um dever que se impõe em primeiro lugar aos pais. Sobre este ponto o papel dos padres e dos educadores não é mais que subsidiário. Estes não deveriam assumir esta função sem o acordo dos pais, se se trata duma classe ou dum grupo, e na medida do possível realizá-la em comum.

12. Dos 13 aos 16 anos, a informação sexual deve ser aprofundada. Nesta idade em que os desejos instintivos são difíceis de superar, a sexualidade corre o risco de ser tomada mais como um peso que como um dom. É igualmente nesta idade que começam, muitas vezes, «as amizades» entre rapazes e raparigas. Por isso é necessário falar claramente da dualidade de sexos e do seu sentido para a maturidade da pessoa, para o bem da sociedade, e para o encontro do homem e da mulher no amor, a fim de suscitar a alegria por este dom que é a sexualidade e a disposição de adoptar uma atitude justa a seu respeito. A escola não basta para adquirir esta visão profunda da sexualidade, mas pode contribuir muito.

13. É nesta idade necessário ajudar os rapazes e as raparigas a encontrarem-se num espírito de boa camaradagem. Não é necessário deixar de lhes dizer que na sua idade uma amizade que vai para lá da camaradagem é prematura, pois ela supõe uma maturidade maior e uma masculinidade ou uma feminidade mais marcadas.

— a escolha entre
• casamento e a virgindade

14. Com o tempo da maturidade, começa, para o jovem e para a jovem, o momento em que se devem interrogar sobre o caminho a seguir: casamento ou celibato. Ajudando-os na escolha, é necessário mostrar-lhes, ao lado do casamento, este outro compromisso no amor que é a virgindade.

O que é decisivo para reconhecer a autenticidade duma vocação, é a vontade e a capacidade de renunciar a procurar esta perfeição no matrimónio para seguir ùnicamente Cristo, por amor de Deus e dos seus irmãos, dando assim um corajoso testemunho de fé. Os jovens que desejam escolher o celibato «por amor do reino dos céus» devem saber ao que renunciam e experimentar a sua vocação.

— os esponsais

Aos que escolhem o matrimónio deve mostrar-se toda a riqueza do

matrimónio cristão. Na escolha do cônjuge é necessário interrogar o coração, a razão e a consciência. Uma amizade entre um rapaz e uma rapariga que vai além da simples camaradagem não deve ser aprovada senão a título de ensaio ou de preparação para o casamento. Numa tal amizade, as manifestações de ternura devem ser sempre a verdadeira expressão dum amor profundo e franco, no qual eles se saibam profundamente unidos, guardando-se contudo um do outro. A união corpo e alma tal como exige a união sexual, é a realização e a expressão da entrega do homem e da mulher um ao outro no amor. Esta entrega deve necessàriamente ser irrevogável e exclusiva. É por isso que uma tal união deve ser reservada ao matrimónio tal como as manifestações de ternura que a ela conduzem.

15. Na formação dos noivos, o matrimónio deve ser apresentado como uma comunidade de amor santificante. Esta formação não deve limitar-se a informar os noivos do que lhes é permitido ou proibido no matrimónio. Logo que seja possível, deve ser dada não duma forma esporádica mas em cursos de preparação para o casamento, em reuniões de noivos, etc., em que especialistas qualificados tratarão as diferentes questões relativas ao matrimónio.

II. o colocar no bom caminho

1. A pedagogia sexual não deve contentar-se em dar uma justa visão da sexualidade, ela deve também ajudar os jovens a trilhar o caminho que lhes foi indicado.

2. O fim deste caminho é a inserção da sexualidade em toda a vida, e além disso no amor e na ordem de Deus.

3. Estabelecida a ligação entre a sexualidade e o amor, a educação, visando um amor desinteressado e generoso, é a mais importante e a melhor preparação para um comportamento igualmente justo no domínio sexual.

Mas os jovens não aprenderão a amar desinteressada e generosamente se os não ajudarem a respeitar-se a si próprios.

4. Desde a infância é necessário ensinar aos jovens a assumir o seu próprio sexo e a desabrochar na sua masculinidade ou feminidade duma forma correspondente à sua idade.

5. A educação da castidade concorre para a inserção da sexualidade em toda a existência. Esta educação deve começar desde a infância, colocando-se de sobreaviso mais contra a tímida hipocrisia que contra a leviandade e o naturalismo. Desde o princípio os jovens devem aprender a respeitar e a guardar naturalmente o seu corpo, e igualmente o seu sexo, como um dom de Deus.

6. Esta ajuda educativa é particularmente importante no cameço da puberdade. Os jovens experimentam então pela primeira vez o instinto sexual que desperta, e a tendência para o pecado solitário. Diante desta realidade desconhecida, os jovens permanecem muitas vezes embaraçados e sentem-se ameaçados. É necessário então que os educadores criem pela sua compreensão um clima de confiança, em que os jovens, por conversas francas, comecem a compreender o sentido da sua sensualidade. Os educadores devem encorajá-los desde as primeiras lutas pela virtude da pureza (que é a atitude justa a adoptar em matéria sexual nos diferentes estados de vida).

— para sãos encontros entre rapazes e raparigas

7. A partir da maturidade deve ajudar-se os jovens e as jovens a encontrarem-se como convém. Uma vez que se encontram em numerosos meios de vida (escola, formação profissional, diversões) não se deve pedir que se evitem uns aos outros. A ajuda edu-

cativa deve suscitar antes de tudo a alegria de se encontrarem como convém, e não só o receio de encontros prejudiciais. Mais importante que o receio, é o conhecimento do valor do companheiro e a responsabilidade recíproca de um em relação ao outro. Só assim é que o convívio poderá ser benéfico. A pastoral dos jovens na Igreja deveria ajudá-los a encontrar formas de encontros mistos que não fossem encontros sexuais.

8. Para ajudar os rapazes e as raparigas a tornarem-se homens e mulheres, as organizações de jovens bem dirigidas são duma importância considerável. Os jovens e as jovens, separados uns dos outros, encontram aí uma formação e um estimulante que lhes permite aprofundar o seu próprio carácter e amadurecer os seus sentidos paternal ou maternal. As organizações de jovens, oferecem-lhes ricas possibilidades de praticar o espírito comunitário, a obediência, o espírito de serviço e o respeito. A formação destas qualidades fundamentais deve ser, portanto, a preocupação principal dos dirigentes destes movimentos. Elas são, com efeito, o pressuposto de sãos encontros entre rapazes e raparigas e o fundamento da maturação do amor. É importante, para os jovens católicos, que nos seus esforços para chegar à maturação sexual querida por Deus, não se sintam sós mas estejam em contacto, nos movimentos católicos da juventude, com um meio de jovens onde todos se esforcem por criar uma atmosfera sã.

9. Para que os jovens e as jovens aprendam a encontrar-se duma forma sã, deve dar-se-lhes possibilidade de tais encontros e prepará-los duma maneira satisfatória. Tais ocasiões são oferecidas pelo meio familiar e também paroquial (festas da paróquia, festas de jovens, grupos corais, teatro amador, diálogos, círculos de cultura). É necessário ligar uma importância particular aos cursos de dança bem dirigidos que encaminham para reuniões de sociedades regulares.

— o amor autêntico

10. Logo que um rapaz e uma rapariga se amam devem poder alegrar-se sem preconceitos. Os educadores não devem considerar isto como um mal inevitável nem pura e simplesmente como ocasião de queda. Mas naturalmente quando a ocasião for propícia é necessário dizer claramente aos jovens que uma amizade e uma união verdadeiras pressupõem a maturidade, a qual é fortemente estorvada por uma união muito precoce. Além disso é necessário mostrar aos jovens como este sentimento é bom, desde que um e outro façam sérios esforços para transformar um «flirt» em autêntico amor.

11. Para os esposos como para os celibatários, o amor não é sòmente uma coisa sublime e formidável, é também o elemento decisivo da sua vida. Ele não pode manifestar-se plenamente a não ser na união viva com Deus e em cooperação com a sua graça. O primeiro e mais importante dever dos pastores é educar os jovens nas suas responsabilidades recíprocas, e encaminhá-los para um amor autêntico, formando-os no espírito de oração e ascese, dirigindo-os pessoalmente na confissão, empenhando-os a ir à mesa da comunhão.

III. o afastar do mau caminho

1. É psicológica e teològicamente falso ver na impureza, ùnicamente, a procura dum prazer proibido. A impureza, por oposição à pureza, é o uso deturpado, quer dizer, o abuso pelos homens da sua sexualidade. Há igualmente impureza desde que o uso deturpado da sexualidade seja admitido em pensamento, o qual pode ser acompanhado de olhares, palavras, imaginação e outras atitudes.

2. Toda a ajuda destinada a afastar do mau caminho pressupõe da par-

te do educador uma atitude compreensiva e benéfica aos olhos dos jovens. Estes dão a sua confiança àqueles que sabem que os acolhem bem, os tomam a sério e os reconfortam, mesmo e sobretudo, quando tenham agido mal. Eles procuram junto daqueles a bondade e a firmeza e não a pieguice e a atitude acomodatícia que lhes repugna.

— a protecção positiva contra o pecado da impureza

3. Muitas vezes os rapazes e as raparigas trilham o mau caminho porque a sua informação sexual lhes veio da rua sob uma forma doentia ou porque ouviram falar os adultos duma maneira abominável. Pode ser difícil então dar-lhes uma visão justa da sexualidade, mas é por isto que o educador se deve esforçar. A passagem do mau ao bom caminho pressupõe esta visão sã. Desprezada esta, todos os remédios que poderão ser tentados permanecerão ineficazes a longo termo, se não conduzem a esta visão fundamental segundo a qual a pureza é positivamente aceite e procurada. Só uma visão sã da sexualidade dá aos jovens a força que lhes permite, apesar das quedas, não cair na impureza.

4. Para ajudar eficazmente os jovens a lutar contra o pecado da impureza, é necessário fazer-lhes compreender que devem resistir desde o início. A razão está no carácter próprio do apetite sexual que não conhece mestre subjugando completamente o homem.

5. A disciplina da imaginação reveste-se, hoje, duma importância especial, onde esta mais do que nunca é estimulada por leituras e pelos meios de comunicação social. É por isso necessário educar os jovens de modo a que evitem conscientemente as leituras e os espectáculos que podem constituir perigo para a sua integridade. O apelo aos sentimentos de honestidade moral torna-se muitas vezes mais eficaz que as advertências ou proibições.

— Directrizes para os confessores

6. Aquele que aspira sèriamente à pureza e que, depois duma queda, a quer reencontrar tem uma atitude que denota um ser puro. Prestamos aos jovens uma ajuda inapreciável fazendo-lhes compreender isto. Se eles faltarem encontram aí um encorajamento tal que os não deixa abater, mas os leva a levantarem-se de novo e sempre.

7. Os confessores devem ter em conta o seguinte:

1.º Há ainda hoje jovens que verdadeiramente não pecam contra a pureza. Perguntas deslocadas poderiam ser sentidas por eles como uma ofensa, ou despertar a curiosidade;

2.º é teològicamente falso considerar o pecado da impureza como o mais grave;

3.º é preciso não esquecer que muitas vezes nos jovens as faltas sexuais vêm de dificuldades morais ou físicas, ou de circunstâncias de que eles não são responsáveis. Convém, não reprimi-los severamente, mas fazer compreendê-las;

4.º ter um interesse suspeito especialmente por este pecado, não é pastoralmente bom, é sinal duma falta de maturidade. Aquilo com que é necessário preocupar-se antes de tudo é com o inserir a luta pela pureza no conjunto do processo da maturação da personalidade e na entrega da pessoa nas mãos de Deus. É então que se dá uma ajuda eficaz.

— o pecado de impureza e a comunhão

8. É da maior importância que os jovens cristãos que pecaram, mas estão decididos a fazer penitência, possam receber na Eucaristia as forças de que têm necessidade. Muitas vezes uma falta sexual constitui um pecado grave. É por isto que os pastores devem ensinar aos jovens a seguinte atitude: «Eu cometi um pecado mortal, vou imediatamente receber o sacramento da Penitência. Mas se não está estabelecido com certeza que se cometeu um pecado mortal, arrependo-me do meu pecado e comungarei na próxima missa em que participar». Mas, igualmente neste caso, é necessário aconselhar os jovens a acusar sinceramente este pecado na sua próxima confissão. Esta acusação é impor-

tante para renovar a sua resolução de fazer esforços sinceros, ela contribui para estimar no seu valor a graça sacramental da confissão, e é ainda ocasião para uma direcção espiritual muito necessária.

Desta forma, os jovens não serão levados a minimizar os pecados contra a pureza. Ao mesmo tempo que eles pecaram, uma ajuda efectiva ser-lhes-á dada para não recaírem no pecado, pois acreditam que deveriam confessar-se antes de poder receber de novo a comunhão. Deste modo encontram coragem para recuperar em seguida, não ficando privados da força do pão da Vida.

* * *

Estas directrizes, redigidas pela Comissão episcopal de pastoral da juventude masculina e feminina, foram aprovadas pela Assembleia plenária dos bispos alemães reunidos em Roma a 8 de Novembro de 1964.

JOSEPH STANGL,

Bispo de Würzburg,

Relator episcopal dos problemas da juventude.

TRAD.
LEOPOLDO GONÇALVES

carta dos bispos do oeste francês aos seus padres

problemas agrícolas

Em virtude do desenvolvimento que se pretende dar à agricultura portuguesa, pareceu-nos oportuna a publicação desta carta pastoral.

O seu interesse primário não está tanto nas soluções propostas nem mesmo nos problemas apontados, mas antes na orientação pastoral que pretende dar-nos.

É a palavra sábia e prudente da hierarquia, pois esta carta é fruto de muito estudo e reflexão sobre uma experiência já longa. Estando nós no início, todo o esforço por aproveitar ao máximo a experiência dos outros é condição para um progresso mais prudente e eficaz na solução de tão grave problema.

Caríssimos Amigos,

O mundo de hoje está sob o signo da mudança. Todo o nosso país está inteiramente afectado por ela. Mas esta mudança, se parece aproveitar a alguns, dá a outros a impressão dolorosa de que eles são as vítimas. A nossa região do Oeste conhece uma crise que cada dia se acentua mais. Este facto a todos nos convida à reflexão. Esta carta querer-se-ia entregar a ela com lealdade, realismo e medida e convidar-vos, a vós padres, a prolongar-lhe as conclusões.

Nenhum sector está poupado. A recessão económica provoca nas empresas industriais vagas de desemprego que mergulham muitos lares na miséria e provocam legítimos sobressaltos de revolta. A terra já não ocupa os seus filhos. Numerosos jovens devem abandonar os nossos departamentos para tentar encontrar noutras partes meios de viver. Outros, cada vez mais numerosos, passam de uma condição exclusivamente camponesa a uma existência partilhada entre a cidade o campo; chamam-nos rurais operários: o seu acesso à vida operária faz-se muitas vezes sem preparação psicológica e profissional; eles são dos primeiros a conhecer o desemprego ou a redução de horas de trabalho. As nossas cidades e burgos vão-se urbanizando: nasce uma civilização nova que desconcerta os que ela absorve. Enfim, os camponeses, que se conservam fiéis até agora ao seu ofício tradicional, põem problemas angustiantes quanto ao seu futuro.

Nem uma só destas inquietações nos deixa indiferentes. Pensamos, com o tempo, poder reflectir nos problemas que cada uma nos põe na esperança de trazer uma contribuição de valor à sua solução. Se escolhemos, em primeiro lugar, tratar de «alguns graves problemas agrícolas da nossa região», foi porque acerca deste assunto preciso nos foi dirigido um apelo recente por militantes preocupados com as repercussões morais e espirituais desta situação em plena evolução. Não podíamos deixar de responder imediatamente.

Mas antes de examinar o problema em si mesmo, pareceu-nos não ser supérfluo explicar as razões pelas quais os bispos das regiões apostólicas do Oeste se vêem no dever de intervir num domínio que pode, à primeira vista, parecer-lhes estranho. Será a nossa primeira parte. Uma segunda se esforçará por analisar alguns dos dados presentes da crise do mundo agrícola. A terceira estudará o fenómeno da integração: muitas vezes ele é apresentado, com efeito, como solução feliz para as dificuldades que provoca esta crise; não é, todavia, sem perigo. Concluiremos por uma quarta parte em que nos esforçaremos em definir as exigências do nosso dever sacerdotal.

Comprometendo-nos a sério nesta investigação, não agimos superficialmente. Consultámos homens competentes. Reflectimos longamente sobre os aspectos morais dos problemas levantados e sobre o alcance que podem ter na fé cristã as soluções que lhes propõem. Trocámos impressões. Pelo nosso lado, esperamos de vós a mesma atenção, mesmo até sugestões oportunas, que permitiriam explorar mais a fundo os aspectos de uma crise que sem dúvida já notastes. Desejamos que a estudeis com os militantes.

I. as razões da intervenção da Igreja

Logo que no dia a seguir ao Pentecostes os apóstolos partiram de Jerusalém para executar a ordem que tinham recebido de Jesus Cristo antes de ele subir ao céu: «Ide e ensinai» (Mat. 28/19), eles talvez não imaginassem tudo o que ia fazer parte do seu papel como chefes da Igreja. Contudo, ao mesmo tempo pela sua assiduidade em escutar o ensino dos apóstolos, pela sua participação na Eucaristia, pelo exercício da caridade fraterna, os primeiros fiéis agruparam-se imediatamente em comunidades. Os Apóstolos sentiram que eles reclamavam uma solicitude constante que fez pesar sobre as suas almas um peso cada vez maior. Deram conta de que não sòmente eram os anunciadores da palavra, mas também os pastores do rebanho.

Na mesma linha dos apóstolos, os primeiros bispos defendem os fiéis pelos seus conselhos, exortações e exemplos. Quando se dá a derrocada

do império sob o assalto dos bárbaros, os chefes das dioceses, perante a demissão de todos os outros poderes, devem enfrentar os perigos de uma ordem nova. Colocam-se corajosamente à frente das hordas destruidoras para tentar pará-las, mesmo antes de as converter. O seu fim não é fazer política. A sua intenção é sòmente impedir que se estabeleça um estado de coisas capaz de constituir ameaça permanente para a profissão de fé cristã, num tempo em que a ignorância, a miséria e a precariedade das condições de vida não permitiam às massas de se proteger a si mesmas.

Graças a Deus, os padres de hoje distinguem suficientemente bem, em geral, a ameaça que podem fazer pesar sobre a fé algumas ideologias que pretendem inspirar a gestão dos assuntos públicos. Pelo contrário, com a falta de uma reflexão bastante exercitada, estão sempre alertados quanto ao perigo que constituem a existência de certas estruturas, a influência de certas forças de pressão que se exercem no domínio económico?

Constitui, portanto, o nosso papel de educadores da fé despertar os fiéis para estas ameaças, porque a influência da condição económica do homem nas suas atitudes espirituais não é segredo hoje para ninguém. Desinteressando-nos destes problemas, pelo contrário, não seríamos pastores fiéis.

Do mesmo modo, comprometendo-nos neste campo, não poderíamos hoje parecer temerários. Os caminhos já estão traçados desde Leão XIII e sua encíclica «Rerum Novarum». Nestes últimos anos, o mundo inteiro acolheu com gratidão o ensino de Pio XI, de Pio XII, de João XXIII e Paulo VI. Os títulos das incíclicas mais recentes: «Mater et Magistra», «Pacem in Terris», «Ecclesiam suam», têm notoriedade incontestável num mundo muito mais inclinado de agora em diante a reprovar o nosso silêncio que a nossa palavra.

É esta firme convicção e a certeza de realizar um dever urgente da nossa tarefa que nos levam a fazer-nos reflectir presentemente, a nós, os padres, filhos do nosso sacerdócio de plenitude e nossos queridos cooperadores, sobre o mal-estar que experimenta — e muitas vezes até à angústia — o mundo agrícola, muito especialmente o mundo agrícola destas dioceses do Oeste da França cuja responsabilidade temos consciência de suportar colectivamente.

Reflectindo nestes problemas, não entendemos pedir-vos que elaboreis connosco soluções técnicas para as dificuldades que vos vamos expor. Desejámos lembrar-vos sòmente as grandes orientações da doutrina social da Igreja, pedir-vos que ensineis os seus princípios e exigências aos vossos fiéis e particularmente aos mais novos; que susciteis vocações de militantes e sustenteis contra as faltas de coragem os que estão já comprometidos ao serviço do mundo rural; que vos apliqueis a uma paciente educação da fé de todos, tanto dos mais dotados como dos mais desprovidos. Só nestas condições os ajudareis vós a ultrapassar este clima deprimente de crise no qual eles estão mergulhados e de que certos desesperam por vezes depois. Ajudá-los-eis também a construir para amanhã estas estruturas que o mundo rural reclama e que lhe permitirão desempenhar novamente, de maneira adaptada e sem dispêndio de forças, o papel benéfico que os homens deste tempo esperam dele para a promoção do bem comum.

II. a crise do mundo agrícola

A transformação do mundo rural é um facto inegável que traduz em primeiro lugar a diminuição rápida da população agrícola activa. Um relatório muito recente do ministério de saúde pública e de População, fundado sobre depoimentos de um recenseamento efectuado pelo Instituto Nacio-

nal de Estatística (J. I. N. S. E. F.), declara: Os agricultores que formavam, em 1954, cerca de 21% da população activa não representam mais, em 1962, que 16%, e prolongando esta tendência, não ultrapassarão 11 ou 12% em 1970». Não há dúvida que se trata aqui duma média nacional e está averiguado que as percentagens de população agrícola activa são mais elevadas na nossa região. Mas esta corrente não voltará atrás. É uma lei geral do mundo contemporâneo que se exprime pela acção convergente de um certo número de factores. A mecanização permite rendimentos mais elevados com mão-de-obra muito menos. A elevação do standing de vida a baixa de preços na produção, o aumento obrigatório dos investimentos tornam dificilmente lucráveis as pequenas explorações e atraiem um movimento de concentração. Se ele é retardado por certas fidelidades familiares à terra dos antepassados, não deixa de produzir-se quando uma geração dá lugar à seguinte. Muitas vezes foram sublinhados os aspectos positivos desta evolução e é inútil voltarmos aqui a falar nela. Mas estas transições são duras, sobretudo para os pequenos agricultores e para os que querem continuar isolados. Esta constatação brutal já põe aos jovens um problema doloroso.

Os seus antecessores contentavam-se com um nível de vida modesto que, por ser muitas vezes inferior ao das vilas e das cidades, não abria apesar de tudo entre camponeses e citadinos um passo intransponível. O camponês de outrora não experimentava a obsessão de conservar o património e aumentá-lo progressivamente. A eficácia dos seus esforços pessoais dava-lhe a impressão de ser mestre do seu destino. Nesta economia falhada que providenciava ela mesma às suas necessidades, a penúria era mais frequente e mais de temer que a abundância. Um capital regularmente conservado pelo simples jogo das leis naturais dispensava investimentos. Os adubos rudimentares pouco custavam. A corajosos trabalhadores sem capitais, não era impossível instalar-se e engrandecer.

No entanto, não seria preciso acusar demasiado fortemente os traços deste quadro. Tomaria então falsamente cores idílicas. Em muitos lugares, por exemplo, o habitat era miserável; a condição da mulher, quase servil; um grande número de famílias, não possuindo senão pequenas terras, nenhuma esperança tinham de se evadir de uma situação muito medíocre. Mas a vida no campo permitia uma existência estável.

A conjuntura mudou hoje quase totalmente. Ela chama um novo equilíbrio. A agricultura que vivia dobrada sobre si mesma, a produzir para si mesma, entra de agora em diante na economia geral e produz quase essencialmente para vencer.

Os moldes tradicionais estão, com efeito, ultrapassados. Aspira-se a um standing de vida mais elevado, a uma vida mais independente das vontades da natureza e das servidões que ela impõe. Mas a entrada da mecanização no mundo agrícola, a necessidade de participar em reuniões sempre cada vez mais numerosas, preço da socialização, conduzem muitas vezes a um ritmo de vida acelerada. A pacífica existência de outrora tornou-se insuportável, e a tarefa mais esmagadora. Dobrados pela fadiga, um bom número de camponeses, após a refeição terminada, não têm já nem a força nem o gosto, nem mesmo a disponibilidade de espírito para disfrutar das sãs alegrias da vida familiar. Têm eles a mesma possibilidade de arranjar tempos fortes para reflectir, meditar intelectualmente, procurar novos rumos espiritualmente-

Se, ao menos, estes esforços aparecessem plenamente rendáveis! Infelizmente, a rapidez de comunicações e transportes faz com que as superproduções se adicionem, com que os preços se unifiquem sobre a base de baixas generalizadas, enquanto que as despesas da gestão se elevam consideràvelmente. Os tratamentos mais científicos, e agora indispensáveis, são muitas vezes caros. A exploração deve renovar as suas instalações e os seus instrumentos de trabalho por investimentos de envergadura. Os agricul-

tores não têm os capitais necessários. São obrigados a pedi-los ao crédito e contrair empréstimos. Pode-se conceber a sua angústia quando chega a hora dos prazos. Quantos agricultores, sobretudo os de avançada idade e os menos formados, se arriscam a sofrer mais que os outros com esta evolução que se anuncia fatal! Estes pobres autênticos do nosso mundo não prevêem o futuro sem um temor justificado. As suas dificuldades atingem, consequentemente, as profissões solidárias da agricultura, como as dos artesãos e comerciantes, e mesmo as profissões liberais do mundo rural.

É, portanto, a uma mudança mais radical e mais perturbadora que os camponeses daqui em diante se vêem chegados e diante da qual, em relação à dispersão actual dos seus esforços, eles se sentem impotentes.

Mas este desarranjo não é só próprio do mundo rural. Quantas pessoas não estão hoje desconcertadas, pelos inesperados problemas que lhe põe a profissão! Nós mesmos, bispos e padres, não estamos nós angustiados pelo contexto novo no qual devemos exercer o nosso ministério?

III. a integração: vantagens, perigos, exigências

Seria necessário, para fazer frente a grande parte destes inconvenientes, poder ter um rendimento razoável, o que supõe a estabilização dos preços e, portanto, o abastecimento racional e regular de um mercado cujos pedidos seriam constantes. Este mercado ideal não existe. Eis porque é que os economistas tal como os proventores da base estão cada vez mais de acordo para uma organização, uma planificação, ou, como se diz hoje, uma regulação da produção e dos mercados, a fim de estar prontos para os azares da oferta e da procura e, na medida do possível, evitar as especulações.

A relação do produtor ao consumidor estebeleceu-se em todos os domínios por uma cadeia de intermediários fora da qual não haveria nenhuma economia possível senão de troca, o que, nos nossos dias, é impensável. Donde a ideia de estabelecer entre os elos desta cadeia contratos de alguma maneira solidários. Assim, uns estarão certos de vender e os outros certos de poder comprar, a fim de revender numa atmosfera de relativa estabilidade. Estabilidade relativa, porque se conta logo experimentar desenvolver o atractivo do consumidor pela mercadoria produzida. Assim se aumentarão em proporção os ganhos de todos os que estão integrados na cadeia.

Integração: Pronunciámos a palavra que define aqui o sistema; um sistema que se generaliza porque é imposto pela necessidade e pela evolução. Designa, pois, a ligação orgânica entre os diferentes elementos que concorrem para a produção de um produto acabado e para a sua comercialização. Contratos de produção, compromissos de entregas em quantidade e qualidade, para as indústrias, cooperativas, comércios interessados, concretizam esta ligação e constituem uma engrenagem cujas rodas devem adaptar-se maravilhosamente umas às outras. Esta adaptação é feita muitas vezes à custa de modificações importantes de cada uma das empresas integradas. Porque ela requer a adopção de técnicas novas, a renovação do material e o apelo aos capitais (2).

Aparece logo à primeira vista que esta integração exige do agricultor um esforço pessoal de educação e iniciativa e um espaço colectivo de combinação e reagrupamento. É preciso, com efeito, que ele participe nesta actividade com todas as possibilidades de obter daí resultados favoráveis, quer dizer, guardando, sempre ao longo dela, a sua parte de autêntica responsabilidade a fim de conservar a dignidade humana e de trabalhar para a própria promoção.

Quem será mestre do seu funcionamento?

Esta integração exige, com efeito, que seja dirigida. Quem vai tornar-se o mestre do seu funcionamento? Cada uma das rodas tem tendência para reivindicar o privilégio de arrastar as outras que podem não ser mais então, sob o seu impulso, do que instrumentos passivos. É ordinàriamente o fornecedor dos capitais necessários aos investimentos que reivindica o direito de estar à frente da cadeia. Se, em face desta reivindicação, o agricultor se contenta com um papel de puro instrumento corre, integrando-se nisso, o risco de se alienar da sua liberdade. Por pouco que a superprodução, sempre possível, traga a baixa de preços, ou que uma calamidade imprevista se abate sobre a sua pessoa ou a sua exploração, o agricultor, incapaz de fazer frente aos seus compromissos, poderá conhecer a ruína ou uma escravatura que precipitará esta pauperização da qual a integração o devia justamente preservar. Seria preciso, na verdade, que se instituísse entre todos os elementos da cadeia um diálogo em pé de igualdade, porque o «leadership» (3) dos produtores em detrimento dos intermediários e consumidores não teria efeitos mais felizes.

A salvação do agricultor está na associação

O agricultor, perante as forças poderosas com que se defronta, não pode, portanto, ficar só. A sua salvação está na associação. Mas a associação só será forte quando ele se compromeer verdadeiramente, o que levará naturalmente o agricultor a consentir nos sacrifícios pecuniários necessários para a dotar de todos os serviços de que ela precisa: secretariado, investigações científicas, higiene, estudos jurídicos, contenciosos. Porque ele não tem de deixar a outros o cuidado de os organizar. Feito isto, é um dever para o Estado trazer-lhe o seu indispensável contributo financeiro.

Sobre esta importância da associação na agricultura, não podemos deixar de citar a encíclica «Mater et Magistra»: «Não poderíamos, diz ela, deixar de sublinhar que na agricultura, assim como nos outros sectores de produção, a associação é de necessidade vital, sobretudo quando se trata da empresa familiar. Em todas as circunstâncias, os agricultores devem sentir-se solidários uns dos outros e unir-se para criar sociedades mútuas e cooperativas e associações profissionais: umas e outras são necessárias, quer para tirar proveito do progresso científico e técnico, quer para assegurar a defesa dos preços. Por outro lado, com isso, os agricultores se colocarão em igualdade com as outras profissões que, na maior parte dos casos, estão organizadas. Enfim, é o meio de eles obterem nos assuntos públicos uma influência que corresponda à importância do seu papel, porque, como cada um sabe, na nossa época, uma voz isolada é uma voz perdida».

A acção sindical

Se a necessidade da acção sindical já não é mais contestada no mundo rural, não se encontram, para animar os sindicatos, bastantes aderentes lúcidos para conhecer e defender os direitos da sua categoria, bastantes aderentes realistas para alimentar suficientemente as caixas sindicais. A acção dos responsáveis arrisca-se por outro lado a ser ineficaz sem o apoio da massa dos produtores. Os agricultores, em todos os níveis, têm de continuar sua educação sindical.

Certos, que persistem em ignorar os ensinamentos pontifícios, acham estranho que os camponeses se comprometam vigorosamente nesta via. Não é mesmo raro ouvir acusar os mais desinteressados militantes de trabalhar para a subversão da ordem social, enquanto eles desejam sòmente sair da rotina e tomar na sua mão os interesses da sua categoria. Seria assim se a acção sindical se limitasse às actividades demagógicas ou políticas. Mas a acção sindical que se quer construtiva, fiel aos ensinamentos das encíclicas, é uma das maneiras mais práticas de traduzir este imperioso dever de todo o homem, e mais ainda para qualquer dos cristãos, de ser solidário com os seus irmãos e muito especial-

mente dos mais pobres, dever que acaba de nos lembrar o texto de João XXXIII. Nós dizemos bem, dever, e não sòmente direito.

A necessidade de uma formação séria

É verdade que esta gestão de interesses exige uma formação séria de que ninguém está dispensado, que ninguém possui por direito de natureza, e que bem poucos já receberam. Ela é tanto mais requisitada porquanto a economia se desenvolve no quadro de uma impiedosa concorrência já não sòmente local, nem mesmo nacional. Certos acordos — tais como aqueles entre os aderentes ao Mercado Comum — situam-na à escala internacional com a ambição de servir melhor o bem de todos. Mas o bem de todos paga-se muitas vezes com o doloroso sacrifício dos bens particulares, sobretudo se aqueles que têm de assumir a sua responsabilidade, se mostram incapazes de prever a evolução da conjuntura. Também nunca se insistirá bastante sobre a necessidade desta formação que se adquire tanto por estudos pessoais como pela frequentação de reuniões profissionais e estágios de promoção colectiva para adultos.

★

A integração exige, portanto, como necessária contrapartida, a disciplina de agrupamento com uma participação pessoal de cada membro na sua vida, a aceitação dos sacrifícios necessários que o tornam eficaz, a qualificação profissional aumentada, um sentido moral altamente esclarecido, o abandono do egoísmo individualista tradicional. Porque o mundo que ela cria pode, com efeito, acrescentar a sua pressão sobre o homem, mecanzá-lo, automatizá-lo por sua vez se os que o constróem não têm a ideia exacta do fim e dos meios aos quais eles podem recorrer para construir o edifício.

O fim último do trabalho, com efeito, não é o proveito nem a sujeição do homem pela natureza. É para a dominar, pelo contrário, que o Criador convidou a humanidade (conf. Gén. 1, 28), a fim de que ajudada por um trabalho que a ocupa legìtimamente sem a aniquilar, possa realizar o seu dever, encontrar a felicidade com tudo o que a sua perfeição aqui em baixo postula de plenitude. Esta humanidade ao mesmo tempo feliz e insatisfeita, ocupada e sempre livre, é a única capaz, em regra geral, de viver esta vida espiritual à qual está destinada e que não saberia procurar sem um mínimo de satisfações cá em baixo.

Os bens deste mundo só podem ser meios. Ainda é preciso que o seu uso seja honesto. O dinheiro, assim como o facto de deter a autoridade, nunca devem servir para sujeitar, menos ainda para esmagar. Não se tem o direito de usar da fortuna para empurrar os seus semelhantes para a ruína. Uma organização do mercado ao suprimir toda a possibilidade de dumping deve permitir a rentabilidade de toda a empresa honesta que tenha feito, por outro lado, o que era preciso para sustentar os imperativos de uma concorrência leal. «Eis porque, se as estruturas e o funcionamento de um sistema económico são de natureza a comprometer a dignidade humana dos que aí se empregam, a enfraquecer neles o sentido das responsabilidades, a tirar-lhes toda a iniciativa pessoal, nós julgamos esse sistema injusto, mesmo que as riquezas produzidas atinjam um nível elevado e sejam repartidas segundo as leis da justiça e da equidade» (Mater et Magistra).

IV. o nosso dever sacerdotal

Esta última constatação dita-nos o nosso dever sacerdotal. Os dramas que se amontoam num mundo que nos é familiar não podem deixar-nos indiferentes. É preciso ao mesmo tempo assimilar pessoalmente para nós os dados; reflectir neles em equipa com padres e leigos; comunicar à nossa volta a convicção que a nossa re-

flexão nos tiver feito adquirir; ajudar os jovens a orientarem-se; suscitar, sustentar e defender os compromissos sem os quais o mundo rural não saberia ultrapassar esta grave crise que o afecta; educar a fé dos nossos fiéis no próprio quadro das realidades que eles vivem. Retomemos os pontos principais desta acção eficaz à qual vos convidamos.

Instruir-se sobre aquilo que constitui a preocupação quotidiana dos fiéis

1.º Assinalar pessoalmente os dados do drama que se vive à nossa roda. Sofrer com ele em primeiro lugar. «Não sofrem os que asseguram o seu ministério imperturbàvelmente sem pôr interrogações nem os que a demasiada grande aflição desta situação tornou insensíveis. Não sofrem os que conceberam a sua paróquia como uma empresa de múltiplas actividades e que estão demasiado ocupados para tomar consciência da evolução das coisas. Não sofrem também os que se crêem encarregados de dar as grandes verdades, mas que não se preocupam em falar aos homens daquilo em que eles falam nem de se fazer compreender por eles». (PRÊTRES POURQUOI? Paris, Edit. Ouvrières, 1964, p. 15 e 16). Se bem que não se apliquem exactamente ao nosso caso, estas linhas enumeram bem os diferentes casos de insensibilidade sacerdotal que põem o padre à margem da vida e desfavorecem o nosso ministério. Devemos, portanto, instruir-nos naquilo que constitui a preocupação quotidiana dos nossos fiéis e que se repercute tão profundamente na sua vida espiritual.

A passagem desta civilização em que cada agricultor procurava não depender senão de si, a esta outra na qual é chamado cada vez mais a partilhar as suas decisões e o seu trabalho com outrém não se fará sem dificuldades. É preciso que o aceitemos e ajudemos a aceitar sinceramente sem conservar o sonho de um passado que nunca mais há-de voltar. É-nos preciso pressentir e fazer descobrir o que ele vai trazer de positivo. Ele não impede, no entanto, que a nossa sociedade diversificada deva conservar a estima pelos valores do mundo rural: o sentido das responsabilidades à altura humana, realismo sem ingenuidade, juízo prático... e construir, graças aos esforços de todos, estruturas que lhe consagrem o pleno exercício.

Ajudar os pais a orientar seus filhos

2.º Um apego demasiado servil e passivo a estes valores tradicionais arriscar-se-ia a manter situações que constituem, para o próprio futuro das famílias e para a economia nacional, um dano certo (cf. Pio XII, discurso aos Comités regionais para a valoração da França», 28 de Abril de 1957, Bonne Presse, t. XIX, p. 289). Eis a razão porque vos esforçareis em ajudar os pais a orientar os filhos para situações em que poderão melhor desenvolver-se, quer na agricultura, quer noutra parte, é preciso ter a coragem de o dizer. Não esqueçamos que se abrem largas possibilidades de empregos nas actividades anexas à profissão agrícola. Utilizam-se sempre, como seria conveniente, os serviços que pode prestar uma autêntica formação profissional junta a uma autêntica formação geral? É necessário que a encorajemos desde o momento em que ele dê competência, abertura de espírito e sentido das responsabilidades.

Suscita e encoraja os compromissos ao serviço do mundo agrícola

3.º Devemos convencer os cristãos de que o exercício da verdadeira caridade cristã não consiste sòmente em gestos louváveis, mas demasiado fáceis em relação às misérias individuais; ele requer que se sintam solidários de um mundo totalmente ameaçado e que se comprometam, para o defender.

Em planos diversos, grande número de agricultores tomaram tais compromissos. Qualquer que seja o grau de consciência que eles tenham hoje dos compromissos — a evidência pode tê-los ocultado com o tempo, — o seu fim continua a ser o amor de Deus e dos mais miseráveis. Tal é a razão pela qual pertence ao nosso ministério suscitar e manter estes compromissos, fazendo descobrir neles o ver-

dadeiro sentido e finalidade; levar os que os assumem a continuar exigentes consigo mesmos, a saber rever a sua própria acção; encorajá-los, nos momentos de fadiga em que surge a tentação de abandonar tudo, para daí em diante deixar correr; ajudá-los a resolver os conflitos de deveres entre as tarefas familiares, profissionais e sindicais; defendê-los também com vigor diante da opinião contra o assalto de críticas ligeiras ou demasiado interesseiras.

Mater et Magistra, já o dissemos, dá testemunho de particular predilecção por todas as formas de cooperação, porque os cooperadores não procuram salvar-se sòzinhos, e trazendo cada um sua parte de trabalho, transformam o esforço pessoal, certamente insubstituível, em esforço solidário. Através deste pôr em comum dos contributos, dos riscos e das vantagens, através das discussões que levam a decisões em comum, através das relações mútuas, que se criam por ocasião do funcionamento destas instituições, emergem homens de experiência, cuja maturidade surpreende aqueles que os não seguiram ao longo das etapas da sua formação. O mundo agrícola encontra neles os chefes autênticos de que tem necessidade. Este ideal tinha-se por vezes esfumado. Ele tende a reviver hoje com uma força nova que desperta a necessidade. Como não levar a nossa simpatia calorosa aos que corajosamente não hesitam em entrar na arena, lançando nela toda a sua generosidade, e este realismo que adquiriram pelo exercício de pesadas responsabilidades! A própria lógica destes compromissos conduz por vezes a colaborações impostas pelas circunstâncias e que encerram nelas tanto alguns riscos para a Fé, como a ocasião de descobertas do reino de Deus para os que a elas estão associados (Cf. Mat. 5, 16 e 25, 37). As encíclicas pontifícias não interditam estas colaborações desde que visem procurar maior justiça. Mas pedem que as coloquem sob o signo da prudência como da coragem. «Pacem in Terris», citando «Mater et Magistra», dá directivas precisas neste capítulo: «Muito frequentemente, no pôr em comum de tais princípios, os católicos colaboram de múltiplas maneiras, quer com os cristãos separados desta Sé Apostólica, quer com homens que vivem fora de toda a fé cristã, mas que, guiados pelas luzes da razão, são fiéis à moral natural. Que então os católicos vigiem com grande cuidado para continuar coerentes consigo mesmos e não admitir algum compromisso prejudicial à integridade da religião ou da moral. Mas também que não considerem os seus interesses próprios e colaborem lealmente, em qualquer matéria boa em si, ou que pode conduzir ao bem».

É no coração das realidades temporais que se vive o mistério cristão

4.º Mas, tendo lembrado estes princípios, não esquecemos que o essencial da nosas tarefa sacerdotal no mundo de hoje consiste na educação da fé. Para nele trabalhar de maneira fecunda, é-nos preciso ter sempre em vista os valores humanos a salvaguardar e os valores evangélicos a fazer engrandecer. Necessitamos de olhar a vida dos homens com o próprio olhar de Cristo, apanhando sempre, nos seus comportamentos, o ponto de inserção para a sua salvação. É no coração das realidades temporais que se vive o mistério cristão, que as almas despertam para a graça, que a fé opera o seu nascimento, que a Igreja se constrói juntando os homens na unidade. Compreendê-lo-emos verdadeiramente no dia em que neles tivermos reflectido como padres, tendo cada um de nós consentido antes em estabelecer com os leigos um diálogo humilde e perseverante. A vida cristã não se vive só nos momentos de euforia, mas também no meio dos períodos de crise em que ela comunica mais estreitamente com a redenção. Os cristãos, graças a nós, devem compreender que as suas provações, como os seus êxitos, têm uma significação para o reino de Deus.

Uma das formas de educação e animação espiritual experimentadas pela Acção Católica

Talvez, à medida que fostes avançando nesta carta, tenhais sentido nos vossos corações subir um medo de serdes inferiores a uma tarefa ao mesmo tempo tão urgente e menos familiar para um grande número de en-

tre vós. Como enfrentá-la? Como preparar-vos para ela? Quem vos conduzirá nestes novos caminhos no momento em que sentís a obrigação de vos meterdes neles?

Insistentemente vos dizemos: não estais desarmados (4). Outros já tomaram o rumo e o seu trabalho muitas vezes desconhecido não ficou estéril. Estes militantes, cujo dinamismo saudamos com orgulho, foram formados na maior parte dos casos, por padres: eles próprios o reconhecem com gratidão. Há também todos estes «pequeninos» que o Evangelho recomenda com preferência à nossa caridade. Para certos deles, os seus espíritos e corações foram transformados logo que foram convidados a colaborar no seio das suas comunidades naturais de base, dos seus sindicatos locais, na própria empresa familiar. Na edificação da Igreja de Jesus Cristo, não têm eles lugar em igualdade com os construtores das instituições temporais?

O trabalho que vos propomos com insistência é uma das formas de educação e animação espiritual experimentadas pela Acção Católica à qual nenhum de vós pode ficar estranho. Os vossos bispos, fraternalmente unidos, vos pedem que o considereis como parte integrante e urgente do vosso ministério.

Podemos agora concluir.

Servindo com a vossa própria maneira o mundo rural cujo papel continuará essencial no futuro, vós, padres, contribuireis para salvaguardar e desenvolver os seus valores cristãos, os seus tesouros de fé e de virtude que as gerações acumularam na nossa terra, para nela fazer respeitar a dignidade do homem e a vocação sobrenatural do cristão. Esta perspectiva não é utópica. Basta que consintais ser estes educadores insubstituíveis do espiritual sem os quais naufragariam num materialismo sem esperança os esforços dos mais generosos dos nossos militantes. Eles mesmos — vários no-lo vieram dizer — se voltam, mais do que nunca, para o vosso sacerdócio cujo desinteresse eles conhecem, como para o seu último recurso. Não os desiludais. Eis que veio o tempo da acção que também é o tempo da esperança.

25 de Março de 1965.

Paul Gouyon, arcebispo de Rennes; Jean Villepelet, bispo de Nantes; Antoine Cazaux, bispo de Luçon; André Fauvel, bispo de Quimper; Jean Guyot, bispo de Mans; Marcel Riopel, bispo auxiliar de Rennes; André Jacquemin, bispo de Bayeux; André Pioger, bispo de Sées; Vincent Fave, bispo auxiliar de Quimper; Henri Mazerat, bispo de Angers; Jacques Guilhem, bispo de Laval; François Kerveadou, bispo de Saint-Brieuc; Auguste Boussard, bispo de Vannes.

★

Tradução de Francisco Brás Jorge

---

(1) **La Vie diocésaine** de Rennes, Dol e Saint-Malo, 6 de Abril 1965.

(2) Não pretendemos expôr aqui os aspectos técnicos da integração que se pratica cada vez mais, particularmente no campo das produções animais e de legumes. Não é preferível que vós os aprendais daqueles que entraram neste caminho e que poderão ilustrar o processo em exemplos tomados na sua vida de todos os dias? A esta iniciação insubstituível vos convidamos insistentemente.

(3) Quere-se significar com isto o tomar nas mãos a direcção da cadeia.

(4) Lembramo-vos a existência de sessões e de estágios organizados a plano nacional, regional, diocesano e de revistas especializadas.

intervenções conciliares

a formação sacerdotal

«Para a renovação pastoral da Igreja, que não será realizada por textos, mas pela aplicação destes, os seminários têm uma importância primordial». (card. Suenens no Concílio). E, na verdade, o esquema sobre a formação dos padres, a promulgar na 4.ª sessão, constitui um reconhecimento prático e desde já eficiente desta afirmação.

O documento que apresentamos é o texto integral da intervenção do cardeal LÉGER, **arcebispo de Montréal na discussão do esquema conciliar sobre a formação dos padres (14 Nov. 1964). Nesta intervenção analisa um dos aspectos fulcrais da inserção pastoral num mundo dominado pela mentalidade de prospectiva: o estudo.**

Todos compreendem a particularíssima importância da formação espiritual, pastoral e intelectual dos clérigos. Os padres são os cooperadores necessários dos bispos, e é indispensável para o êxito do Concílio que os clérigos, mercê da formação que terão recebido no seminário, se tornem os padres do nosso tempo, apóstolos que possam evangelizar o mundo segundo as intenções mais profundas do actual Concílio.

Pela sua inspiração de fundo, o novo esquema sobre a formação dos padres corresponde à transformação com que se conta, e apresenta várias proposições que se afiguram inteiramente capazes de renovar a formação dos clérigos segundo a verdadeira tradição da Igreja e as exigências contemporâneas. Reconhece a diversidade das condições e necessidades próprias de cada região. Preocupa-se com a pessoa do estudante e com a sua mentalidade a fim de o ajudar a obter uma formação mais sólida, empregando os métodos mais adaptados. Detém-se sobre a formação pastoral e propõe que o clérigo se preocupe desde o seminário com as necessidades do mundo e aprenda a conhecê-las.

formação filosófica

É bom que o esquema tenha tido em conta a importância da formação filosófica dos clérigos que, por vários títulos, mas sobretudo para compreender o espírito do nosso tempo, é importante.

Creio, todavia, que um texto conciliar não deveria reter a norma formulada nas primeiras linhas do artigo 15, segundo a qual é preciso ensinar nos seminários a «philosophia perennis». Eis algumas razões da minha afirmação.

A expressão «philosophia perennis», em si mesma, é muito ambígua. Poderão dizer-me que se identifica com a filosofia escolástica. Mas, se tal é o sentido que se pretende dar a esta expressão, não vejo de todo como poderia alguém realizar o programa que se intenta neste artigo: que os estudantes adquiram os princípios e uma síntese coerente desta filosofia. Efec-

tivamente, os historiadores da filosofia mostraram até à evidência em nossos dias que não existe uma tal coisa a que se chamaria filosofia escolástica; há numerosas filosofias escolásticas profundamente diferentes umas das outras.

Além disso, esta exigência de ensinar uma filosofia em particular, concretamente a «psilosophia perennis», não parece de acordo com a natureza da filosofia. Como nota S. Tomás, é da natureza da investigaão filosófica proceder, não a partir duma autoridade, mas a partir duma pesquisa sobre o real. A finalidade da filosofia não é dizer o que os outros escreveram ou pensaram, mas dizer o que são as coisas.

Enfim, afigura-se-me que deve ser evidenté para todos que, sem mais, a imposição pelo Concílio do ensino da filosofia escolástica aos jovens clérigos de regiões não ocidentais, não se faria sem graves inconvenientes.

Proponho, portanto, que o Concílio fale de modo diferente da formação filosófica dos clérigos. Não pertence a um Concílio impor uma filosofia particular, mas um Concílio deve antes propor algumas regras com base nas quais se cuidará de garantir aos estudantes uma formação filosófica correcta e válida, sem deixar de tomar também em consideração as exigências da fé cristã.

Eu transmito ao Secretariado um texto que poderá ajudar a formular tais regras.

formação teológica

Sobre a formação teológica farei três propostas:

1. Em geral agrada-me o que se diz no n.º 16.

Regozijo-me pelo texto não insistir excessivamente na doutrina de S. Tomás. Não porque se pudesse minimizar o valor desta doutrina, mas porque é preciso evitar absolutamente um exclusivismo exagerado. Desgraçado do homem de um só livro! Desgraçada Igreja de um só Doutor (1).

Para que o texto seja melhorado sobre este ponto da autoridade doutrinal de S. Tomás, desejaria que fosse retirada a expressão «sob a conduta de S. Tomás» que se encontra na linha 26 da página 18. Em lugar desta expressão sugeria que se acrescente ao fim do artigo 16 a frase que se segue:

«A Igreja católica propõe S. Tomás como mestre e modelo de todos os que se entregam aos estudos teológicos».

Eis o sentido da minha sugestão: de preferência a impor o sistema e a doutrina de S. Tomás, proponha-se o próprio S. Tomás no seu comportamento científico e espiritual, como protótipo do investigador, do criador em matéria teológica, ele que soube pôr a ciência do seu tempo ao serviço do Evangelho.

2. É preciso regozijarmo-nos pelo facto do esquema reclamar que a Escritura seja a alma da teologia.

Todavia, desejaria que se falasse mais longamente e de um modo mais eficaz do diálogo que todos aqueles que se dão às ciências teológicas devem estabelecer com o mundo. Como bem sabemos, um perigo contínuo os ameaça: o de construir um mundo artificial e aí, fechados como num convento, pensar e viver ignorando os verdadeiros problemas, os pensamentos, a própria linguagem do mundo real. Importa também dar-se conta de que, desde várias décadas, um grande número de teólogos não empreenderam o diálogío senão com os filósofos da Idade Média. Esta atitude de espírito não existe sem prejuízo da Igreja que deve travar diálogo com o mundo contemporâneo.

O esquema deveria sugerir os remédios concretos para este problema, por exemplo: a presença e a consulta constantes de alguns peritos leigos nos seminários, cursos em que seria comparada a doutrina da Igreja com o pensamento profano contemporâneo, a experiência pastoral dos professores e dos estudantes, etc..

3. Nesta assembleia, já numerosos Padres pediram que se enfrente com franqueza o problema da reforma do ensino da moral. Na verdade, o ensino da moral no seminário enferma de vários defeitos. Como muito bem observou S. B. o patriarca Maximos IV,

(1) A assembleia aplaudiu estas palavras do Cardeal.

os nossos manuais de ciência moral respondem muito mal ao espírito adulto do homem do nosso tempo. A nossa ciência moral está excessivamente impregnada de casuística, transborda legalismo, juridismo, moralismo. Se me atrevo a dizer, não parece ser principal e plenamente cristã.

Como estes defeitos têm profundas raízes na história e nos nossos próprios espíritos, não poderemos desenraizá-los se este esquema não expressar a seu respeito uma atenção cautelosa. Proponho portanto que, num parágrafo, se trate duma forma explícita do ensino da teologia moral. Urge afirmar a necessidade duma teologia moral que esteja intimamente ligada à teologia dogmática, bem fundada sobre a Escritura e integrada no mistério salvífico de Cristo. É preciso também exigir que a caridade, assim como é o centro da lei de Cristo, seja o centro desta moral.

Se o esquema falar assim da ciência moral, poderemos certamente esperar que a renovação dos costumes cristãos poderá através dos padres atingir todos os fiéis.

O Concílio de Trento no seu tempo renovou a formação dos clérigos. Possa este esquema, quando tiver sido revisto, ser depois do Vaticano II a fonte dum dinamismo evangélico que transforme os nossos seminários.

COMUNICADO

Os estabelecimentos **NOVOLAR**, fornecedores de Seminários, Colégios, Asilos, Creches, Hospitais, Cantinas, casas de Caridade, e duma forma geral, de todos os estabelecimentos de assistência religiosa, criou uma secção especializada de todos os artigos necessários na cozinha, casa de banho e sala de jantar — a preços módicos —, concedendo ainda preços excepcionais de pagamento.

★

Antes de comprar consultem sempre **NOVOLAR** na

Rua Ferreira Borges 139 — Telef. 686816-687928

LISBOA

sugestões...

...de pastoral catequética

CURSO DE ECLESIOLOGIA

...de pastoral litúrgica

1. CELEBRAÇÃO
   - DIA MUNDIAL DAS MISSÕES
2. ADMONIÇÕES
   - MISSA DE CRISTO REI

curso de eclesiologia

A Constituição «LUMEN GENTIUM» é o exponte da definição que a Igreja intenta dar de si mesma. «Novellae Olivarum» ao publicar a planificação do estudo de Ecclesiologia de acordo com a Constituição sobre a Igreja do Concílio Vaticano II, pretende dar um humilde contributo para que a Igreja seja mais bem definida em nós.

Esta planificação está feita segundo as lições do Padre João António de Sousa na cadeira de Eclesiologia do 1.º ano de Teologia do nosso Seminário.

introdução

1. A Eclesiologia na sistematização teológica.

2. Importância da Eclesiologia no mistério cristão.

3. A mentalidade moderna perante o problema da Igreja como «lugar» ou enquadramento da vida religiosa cristã.

4. Objecto da Eclesiologia: estudo teológico-apologético da Igreja como «acontecimento» de salvação **in mysterio** e como «instituição» histórico-jurídica.

5. Estrutura e método da Eclesiologia: necessidade de contínua intercompenetração, embora sem confusão, do método apologético e do método dogmático.

6. Dupla via de reflexão sobre a Igreja ou «caminhos de aproximação» do facto eclesial:

   — via empírica: da Igreja a Cristo;
   — via histórico-genética: de Cristo à Igreja.

7. Fontes da Eclesiologia:

   — textos bíblicos, em especial os «passos criadores» da Igreja;
   — documentos patrísticos;
   — documentos do Magistério;
   — estudos teológicos, clássicos e recentes.

8. História da Eclesiologia e suas orientações actuais.

9. Ordenação da matéria, à luz da constituição sobre a Igreja do concílio Vaticano II.

o mistério da igreja

Visão de conjunto do mistério da Igreja em plano meta-histórico

I — De Cristo à Igreja (n. 1, 48).

II — Do mistério trinitário ao mistério da Igreja, por Cristo (n. 2, 3, 4):

1. A Igreja, obra de toda a Trindade, à luz da História da Salvação.
2. A Igreja, participação na vida trinitária em Cristo.
3. A Igreja, imagem viva da Trindade.
4. O mistério trinitário, origem e modelo transcendente da Igreja como «comunhão de pessoas no amor» (cfr. 1 Jo. 1, 3).

III — Transcendência temporal do mistério da Igreja (n. 2):

1. O plano eterno de Deus de tudo «recapitular» em Cristo, segundo S. Paulo (cfr. Ef. 1, 3-10).
2. Valores essenciais e imutáveis do mistério da Igreja, ao longo dos tempos.
3. Fases terrestres nos aspectos provisórios do mistério da Igreja:
   a. dos princípios da humanidade até Abraão;
   b. os tempos de Israel;
   c. a realização plena da fase terrestre da Igreja, no N. T.
4. Consumação do mistério da Igreja na glória celeste (cfr. Epístolas do Cativeiro e Apocalipse).

IV — Revelação definitiva do mistério da Igreja no Novo Testamento:

1. O tema do «Reino de Deus» (n. 5).
2. Imagens bíblicas do mistério da Igreja (n. 6).
3. A Igreja como «Corpo de Cristo» (n. 7).
4. Sobrenaturalidade da íntima natureza da Igreja e seu valor de «mistério», só plenamente acessível na luz da fé.

V — A Igreja, «sacramento primordial», «sacramento vivo» de Cristo, «sacramento universal da salvação», pela coexistência nela do divino e do humano, em unidade orgânica (n. 1, 9, 48).

a igreja, povo de Deus

I — História e valor teológico do tema «Povo de Deus».

II — O desígnio de Deus para a salvação em comunidade, num regime de Aliança (n. 9).

III — O Povo de Deus na Antiga Aliança (n. 9).

IV — A promessa do Povo Novo (n. 9).

V — O Povo da Nova Aliança e suas características (n. 9).

VI — Missão de salvação do Povo de Deus, chamado a ser instrumento de redenção universal (n. 9):

1. como comunidade sacerdotal (n. 10-11);

2. como comunidade profética, pelo sentido da fé e pelas graças carismáticas (n. 12).

VII — Catolicidade ou destino universal do Povo de Deus (n. 13):

1. em razão da diversidade dos povos chamados por Deus;

2. em razão da variedade das «ordens» ou estados de vida dos seus membros.

VIII — A incorporação no Povo de Deus (n. 13-16):

1. Necessidade da integração no Povo de Deus para a salvação (n.º 14).

2. Necessidade do Baptismo para a plena integração no Povo de Deus (n. 14).

3. Graus de comunhão com a Igreja, Povo de Deus (n. 14-16).

4. Os «vestígios da Igreja» fora da Igreja Católica; problemas do Ecumenismo (n. 8, 15).

IX — Vocação da Igreja para a evangelização universal; fundamentação teológica da missionação (n. 16-17).

X — O Povo de Deus e a «cidade terrestre»; o problema da coexistência da Igreja e do Estado (n. 36).

a constituição hierárquica da igreja

Origem histórica da Igreja do N. T. na instituição que dela fez Cristo, como sociedade hieràrquicamente organizada

I — Estado da questão e história do problema.

II — Origem «global» da Igreja na palavra e na acção de Jesus:

1. «Reino de Deus» e «Igreja» na pregação de Jesus.

2. Significado do termo «igreja» na literatura bíblica.

3. A Igreja como «Povo de Deus» do N. T. é obra de Jesus.

III — Instituição «formal» da Igreja por Cristo, com o tríplice poder espiritual de Magistério, Sacerdócio e Jurisdição:

1. Origem dos plenos poderes espirituais do Episcopado na instituição do Colégio Apostólico (n. 19).

2. A «primazia» de Pedro no Colégio Apostólico (n. 19).

3. A perenidade dos poderes apostólicos na Igreja (n. 20).

4. A transmissão do múnus apostólico a «sucessores dos Apóstolos», logo chamados «Bispos», pelo rito sacramental da imposição das mãos (n.º 20-21).

5. A transmissão da função primacial de Pedro a «sucessores de Pedro» no episcopado romano.

6. A estrutura colegial do Episcopado como «ordo» na Igreja (n. 22):
   a. fundamento e natureza da colegialidade (n. 22);
   b. exercício dos poderes episcopais no seio do «Colégio» (n. 23).

IV — Poderes da missão apostólica dos Bispos:

1. Modo de colação da missão canónica aos Bispos (n. 24).
2. A função de Magistério ou «martiria»: sujeito, objecto, perrogativas e critérios de informação (n. 25).

3. A função cultual ou «coinonia» (n. 26).

4. A função de Jurisdição ou «diaconia» (n. 27).

V — Participação na plenitude apostólica do Episcopado, por direito divino, na linha do poder de ordem:

1. O Presbiterado (n. 28).

2. O Diaconado (n. 29).

os leigos na igreja

I — Estado da questão e história do problema (n. 30).

II — Natureza do laicado como «ordem» ou situação oficial na Igreja (n. 31):

1. Sacralidade do laicado e seu fundamento teológico (n. 31).

2. Secularidade do laicado, pela sua presença no mundo (n. 31, 38).

III — Diversidade de funções entre a hierarquia e o laicado, na unidade do Corpo Místico, por diferença de natureza e não apenas de grau (n. 32).

IV — Participação do laicado no trabalho de crescimento da Igreja, pela sua actividade apostólica (n. 33):

1. Natureza do apostolado laical.

2. Dupla modalidade do apostolado laicai:
   a. apostolado de presença ou de testemunho;
   b. apostolado de evangelização, por especial mandato.

V — Formas de colaboração activa na vida da Igreja (n.º 34-36):

1. Participação na missão cultual, em ordem à «consagração do mundo» (n. 34).

2. Participação na missão profética, em ordem à irradiação da fé (n. 35).

3. Participação na missão real, em ordem à plena sujeição das criaturas a Cristo-Senhor (n. 36).

VI — Intima união entre a hierarquia e o laicado (n. 37):

1. Comunhão orgânica entre a hierarquia e o laicado, no interior do Corpo Místico.

2. Atitude dos leigos perante a hierarquia:
   a. visão de fé sobre a hierarquia como «sacramento» vivo para união com Cristo;
   b. espírito de obediência sobrenatural, na luz da fé e em atitude de caridade teologal;
   c. interesse pelos problemas da hierarquia.

a vocação universal à santidade na igreja

I — O conceito de santidade, à luz da revelação bíblica.

II — A santificação dos homens, fim próprio da Igreja (n. 39):

III — O plano divino da santificação universal em Cristo (n. 40).

1. Revelação do plano divino em Ef. I.

2. Jesus Cristo, modelo e princípio de santidade (n. 40).

IV — O mistério da «Igreja santa»:

1. A «congregação em Igreja» de todos os chamados à santidade, segundo Ef. I, 9-10.

2. A santidade **activa** e essencial da Igreja como Esposa e Corpo de Cristo.

3. A santidade **passiva ou adquirida** dos membros da Igreja.

4. Dimensão eclesial do esforço de santificação dos cristãos.

V — A caridade teologal, essência da santidade em todos os estados de vida (n. 41-42).

VI — A prática dos conselhos evangélicos, meio privilegiado de santificação e testemunho para a Igreja e para o mundo (n. 42-47).

carácter escatológico da igreja

I — Estado de tensão escatológica na Igreja, desde o Pentecostes até à Parusia (n. 48):

1. Irradiação da santidade de Cristo no mundo, sentado à direita do Pai como precursor da entrada na glória de todo o Corpo Místico.

2. Índole escatológica da vocação cristã, à luz dos escritos apostólicos (Epístolas de S. Paulo e de S. Pedro; Apocalipse).

3. Elementos transitórios na vida da Igreja peregrina: sinais sacramentais e estrutura hierárquica.

II — Íntima comunhão entre a Igreja militante, a Igreja padecente e a Igreja triunfante (n.º 49-51).

a virgem Maria no mistério de Cristo e da igreja

I — A Virgem Maria, Mãe espiritual da Igreja (n. 53, 60, 61, 62).

II — A Virgem Maria, imagem ou tipo da Igreja, na maternidade espiritual e na virgindade da fé (n. 53, 63, 64).

III — A Virgem Maria, modelo da fé em Cristo e «iniciadora» no mistério da Redenção (n. 53, 65).

IV — A Virgem Santa Maria, sinal de esperança para o Povo de Deus, pela sua glorificação antecipada, que fez dela «Icone escatológica» da Igreja (n. 68; cfr. Ap. XII).

dia mundial das missões

(20.º Domingo depois de Pentecostes — penúltimo domingo de Outubro)

ESQUEMA

1. PROCISSÃO DE ENTRADA — Hino Iucernar (ficha T1; ou «Eucaristia» do P. Manuel Luís, pg. 44 e 45) vide notas in Novellae, 2.

2. ACLAMAÇÃO (pelo Presidente)

3 APRESENTAÇÃO DO TEMA (pelo presidente ou pelo comentador)

4. LEITURA(S)

   a) introdução (pelo comentador ou presidente)
   b) proclamação do texto sagrado
   c) aclamação e meditação do texto sagrado:
      canto de um salmo e um pouco de silêncio.

   Nota: se houver mais que uma leitura, a ordem será:
   Eclesiástico (36/1-10; 17-19)
   Cântico: GLÓRIA AO SENHOR (Eucaristia do P. M. Luís, pg. 41 — Salmo 116)
   ou DEUS FEZ MARAVILHAS (filha E - P. M. Luís Fichas amarelas — Sem. Santa Edição da C. L. M. S. L.)

   I Timóteo (2/1-7)
   Cântico: TODA A TERRA («Eucaristia» pg. 10)

   Mateus (9/35-38)

5. HOMILIA (notas breves)

6. ORAÇÃO UNIVERSAL

7. CÂNTICO FINAL: EM LOUVOR DA PALAVRA DE DEUS (Ficha S118-P.M.Luís) ou A PALAVRA DE DEUS — (Cânticos Jornada infantil, pg. 7 P. M. Simões s. j.)

1. PROCISSÃO DE ENTRADA: Hino Lucernar

2. ACLMAÇÃO *(pelo presidente):*

«Ao nosso DEUS, Louvor, glória, sabedoria,
acção de graças, honra, poder e força,
pelos séculos dos séculos!
AMEN!» (Apoc. 7/12)

N. B. — outra aclamação: Apoc. 4/11)

3. APRESENTAÇÃO DO TEMA: *(pelo presidente ou pelo comentador)*

Irmãos, no momento em que a Igreja reunida em Concílio se interroga sobre si mesma, e sobre a obra que deve realizar no mundo, a fim de se conformar, o mais perfeitamente possível, com a ideia que o Senhor Jesus teve dela, estamos nós aqui reunidos, em Igreja, para melhor a compreendermos e para nos tornarmos seus membros mais conscientes e mais activos.
Estejamos presentes para escutar a Palavra de Deus, Palavra que por ser eficaz nos lançará na mão de Deus e nos levará com o sôpro do Espírito Santo ao diálogo com os homens em ordem à renovação do mundo.
Entre cada leitura cantaremos um salmo que nos ajudará a meditar na Palavra escutada e a este cântico de meditação seguir-se-á um momento de silêncio.
Por fim dando graças ao Senhor invocaremos o Seu auxílio para as necessidades da Sua Igreja e de todos os homens.

4. LEITURAS:

N.B. para as leituras do Novo Testamento
pode usar-se a tradução do Cónego J. Falcão.

«Tende piedade de nós,
ó Deus de todas as coisas,
voltai para nós os Vossos olhos.
Espalhai o Vosso temor
sobre as nações que não Vos procuram.
Para que reconheçam que não há outro Deus senão Vós,
e proclamem as Vossas maravilhas.
Levantai a Vossa mão
contra os povos estranhos,
para que vejam o Vosso poder.
Assim como diante dos seus olhos
mostrastes em nós
a Vossa santidade,
assim também, diante de nós

sereis glorificado neles,
para que reconheçam
como também nós reconhecemos,
que, fora de Vós, Senhor,
não há outro Deus!
Renovai os Vossos prodígios,
fazei novos milagres,
glorificai a Vossa mão
e o vosso braço direito.
Excitai o Vosso furor
e derramai a Vossa ira,
abatei o inimigo
e destruí o adversário.
Apressai o tempo
e lembrai-vos do juramento
para que se proclamem as Vossas maravilhas ...
.....
Dai testemunho
em favor daqueles que,
desde o princípio,
são Vossas criaturas.
Realizai as profecias
que os antigos profetas proferiram em Vosso nome.
Recompensai os que pacientemente
esperam em Vós,
a fim de que os Vossos profetas
sejam considerados dignos de confiança.
Ouvi as orações dos que Vos imploram,
segundo a bênção de Aarão ao Vosso povo,
a fim de que todos os habitantes da terra
saibam que Vós sois o Deus eterno.

5. HOMILIA: *(feita pelo presidente)*

Notas breves em ordem a facilitar a preparação da homilia. Textos da Constituição sobre a Igreja (Lumen gentium):

(9) O desígnio de Deus para a salvação em regime de Aliança e em comunidade.

«Em todos os tempos e em todas as nações foi agradável a Deus aquele que O teme e obra justamente (cfr. Act. 10/35). Contudo, aprouve a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente. Por isso escolheu a nação israelita para Seu povo, com o qual estabeleceu uma aliança e ao qual instruiu gradualmente manifestando-se a Si mesmo e ao desígnio da Sua vontade na Sua história, santificando-o para Si. Mas todas estas coisas aconteceram como preparação e figura daquela nova e perfeita aliança que havia de ser transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne. «Eis que virão dias — diz o Senhor —

e estabelecerei com a casa de Israel e a casa de Judá uma nova aliança... Porei a minha lei nas suas entranhas e a escreverei nos seus corações e serei para eles Deus e eles serão o meu povo... Todos me conhecerão desde o mais pequeno ao maior, diz o Senhor «Jer. 31/31-34). Esta nova aliança, instituiu-a Cristo, o novo testamento no Seu sangue (cfr. Cor. 11/25), chamando o Seu povo de entre os judeus e os gentios, para formar um todo, não segundo a carne mas no Espírito e tornar-se o Povo de Deus...

(13) ... Ao novo Povo de Deus todos os homens são chamados. Por isso este Povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou uma só natureza humana e resolveu juntar em unidade todos OS SEUS FILHOS QUE ESTAVAM DISPERSOS (cfr. Jo. 11/52).
... Todos os homens são chamados a esta unidade católica do Povo de Deus, a qual anuncia e promove a paz universal; a ela pertencem, de vários modos, ou a ela se ordenam, quer os católicos quer os outros que acreditam em Cristo quer, finalmente, todos os homens em geral, pela graça de Deus chamados à salvação...

(14) ... São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice...

(15) ... A Igreja vê-se ainda unida, por muitos títulos, com os baptizados que têm o nome de cristãos, embora não professem integralmente a fé ou não guardem a unidade de comunhão com o sucessor de Pedro...
O Espírito suscita em todos os discípulos de Cristo o desejo e a prática efectiva em vista de que todos, segundo o modo estabelecido por Cristo se unam pacìficamente num só rebanho sob um só pastor. Para alcançar este fim, não deixa Nossa Mãe a Igreja de orar, esperar e agir, e exorta os seus filhos a que se purifiquem e renovem, para que o sinal de Cristo brilhe mais claramente sobre a face da Igreja.

(16) Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus. Em primeiro lugar aquele povo que recebeu a Aliança e as promessas e do qual nasceu Cristo segundo a carne, povo que segundo a lei é MUITO AMADO, por causa dos Patriarcas, já que os dons e chamamento de Deus são irrevogáveis. Mas o desígnio de salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar, os Muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e connosco adoram o Deus único, misericordioso, que há-de julgar os homens no último dia. E o mesmo Deus nem sequer está longe daqueles que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem; já que é Ele quem a todos dá a vida, a respiração e tudo o mais, e, como Salvador, quer que todos os homens sejam salvos. Com efeito, aqueles que ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo, e a Sua Igreja, procuram contudo a Deus com sincero coração e se esforçam sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna. Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida recta. Tudo o que de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como PREPARAÇÃO PARA RECEBEREM O EVANGELHO, dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a Vida. Mas, muitas vezes, os homens, enganados pelo Demónio, desorientaram-se em seus pensamentos e trocaram a verdade de Deus pela mentira, servindo a criatura de preferência ao Criador (Rom. 1/21-25),

ou então, vivendo e morrendo sem Deus neste mundo, se expõem à desesperação final. POR ISSO, PARA PROMOVER A GLÓRIA DE DEUS E A SALVAÇÃO DE TODOS ESTES, A IGREJA LEMBRADA DO MANDATO DO SENHOR: «PREGAI O EVANGELHO A TODA A CRIATURA», PROCURA ZELOSAMENTE IMPULSIONAR AS MISSÕES.

(17) ... A IGREJA RECEBEU DOS APÓSTOLOS ESTE MANDATO SOLENE DE CRISTO DE ANUNCIAR A VERDADE DA SALVAÇÃO E DE A LEVAR ATÉ AOS CONFINS DA TERRA. FAZ PORTANTO SUAS AS PALAVRAS DO APÓSTOLO: «Ai de mim, se não prego o Evangelho» (I Cor. 9/16) e por isso continua a mandar incessantemente os seus arautos, até que as novas Igrejas se formem plenamente e prossigam, por sua vez, a obra da evangelização... Pregando o Evangelho, a Igreja atrai os ouvintes a crerem e confessarem a fé, dispõe para o baptismo, liberta da escravidão do erro e incorpora-os a Cristo, a fim de que n'Ele cresçam pela caridade, até à plenitude. E a sua acção faz com que tudo quanto de bom encontra no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e cultura próprios de cada povo, não só não pereça mas antes seja sanado, elevado e aperfeiçoado, para glória de Deus, confusão do demónio e felicidade do homem. A todo o discípulo de CRISTO INCUMBE O ENCARGO DE DIFUNDIR A FÉ, SEGUNDO A PRÓPRIA MEDIDA DO SACERDOTE APERFEIÇOAR, COM O SACRIFÍCIO EUCARÍSTICO, A EDIFICAÇÃO DO CORPO, CUMPRINDO ASSIM A PALAVRA DE DEUS, anunciada pelo profeta: «DO ORIENTE ATÉ AO OCIDNTE, GRANDE É O MEU NOME ENTRE AS GENTES E EM TODOS OS LUGARES É SACRIFICADA E OFERECIDA EM MEU NOME UMA OBLAÇÃO PURA» (Mal· 1/11).

É assim que a Igreja simultâneamente ora e trabalha para que toda a humanidade se transforme em Povo de Deus, Corpo do Senhor e Templo do Espírito Santo, e em Cristo, cabeça de todos, se dê ao Pai e Criador de todas as coisas, toda a honra e toda a glória.»

6. ORAÇÃO UNIVERSAL

a) *Pres.:* O Senhor esteja convosco!
R/ E contigo também!

b) *Pres.:* Unidos numa só oração,
elevemos ao Senhor a nossa súplica
por todos os homens,
para que todos se salvem
e cheguem ao conhecimento da verdade!

c) *Comentador (ou presidente)*

1) Pela Santa Igreja, Reino de Deus em crescimento no mundo;
para que, no Concílio, o Espírito Santo a torne mais bela,
imaculada e activa, e seja entre os homens
fermento de renovação e penhor de ressurreição,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

NB. outras hipóteses de resposta:

Senhor Deus, Misericórdia!
Senhor, Misericórdia!

2) Pelo Santo Padre, Pastor de toda a Igreja de Deus;
para que o Espírito Santo o ilumine
na condução do Povo de Deus ao encontro de Cristo,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

3) Pelos nossos Bispos, nossos pais na fé;
para que eles conduzam os seus rebanhos
às pastagens abundantes
e tenham sempre a inquietação pela ovelha perdida,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

4) Pelos sacerdotes, religiosos e religiosas;
para que a sua pobreza, castidade e zelo apostólico,
sejam testemunho da sua união com Deus,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

5) Pelo clero e laicado missionário;
para que eles levem a todos os meios e regiões
o testemunho da Palavra de Deus,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

6) Pela conversão dos pecadores e pelos cristãos sem pastor;
para que o Senhor a todos reúna
ao redor da Sua Morte e Ressurreição
e não permita que os seus filhos
passem fome da Palavra de Deus,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

7) Pela união dos cristãos;
para que a Igreja seja verdadeiramente um só rebanho
sob o cajado de um único pastor,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

8) Pelos seminários, onde milhares de jovens
procuram responder ao apelo de Cristo;
para que o Espírito renovador sopre sobre eles
e os faça corresponder às exigências da juventude,
da Igreja e do mundo de hoje,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

9) Por todo o Povo de Deus;
para que seja lavado no sangue de Cristo
e resplandeça na caridade e no zelo
pela construção do Reino,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

10) Pela paz no mundo inteiro;

para que todos os homens se amem como irmãos
na construção de um mundo novo,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

11) Por todos os homens sobre a terra;
para que Deus nos ajude a esperar a ressurreição
e a vitória definitiva sobre o mal,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

12) Por todos os doentes, perseguidos e pobres;
para que a sua amargura se transforme em alegria redentora
e o seu sofrimento seja penhor
da próxima restauração da Verdade e da Justiça,
com a vinda do Senhor,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

13) Pelas nossas famílias, pais e irmãos;
para que correspondam às graças especiais
que o Senhor lhes distribuirá
pela sua generosidade em darem um dos seus membros
ao serviço da Igreja,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

14) Pelo nosso crescimento na fé e na caridade;
para que procuremos com avidez a água viva do Espírito
e sejamos fiéis à vontade do Pai,
servindo na construção do Reino de Cristo
entre os homens,
oremos ao Senhor: Ouvi-nos Senhor!

d) Em silêncio, oremos ao Senhor!

e) *Presidente:*

Escutai tudo o que Vos queremos pedir,
nas palavras que ousamos dirigir-Vos,
porque foi o Vosso Filho quem no-las ensinou:
PAI NOSSO...

f) *Presidente:*

Senhor Santo, Pai Todo-poderoso, Deus Eterno,
é verdadeiramente digno e justo dar-Vos graças,
em todo o tempo e em todo o lugar.

Vós, no céu, sois glorificado pela assembleia dos santos.
A Vós, todas as criaturas Vos reconhecem como o único Deus.
Vós nos destes a conhecer o Vosso Nome

e o fizestes habitar em nossos corações,
por Jesus Cristo, Vosso Filho, cujo nome é Senhor,
e que está acima de todo o nome.

Sugeitai, pois, ao seu suavíssimo império,
todas as criaturas, como reino eterno e universal,
reino de verdade e de vida, de santidade, de amor e de paz.

Fazei de todos nós, marcados com o sangue do Cordeiro,
pelo qual Vos seja dada Glória, Honra, Louvor e Acção de Graças,
a Vós, Pai Omnipotente,
na unidade do Espírito Santo,
por todos os séculos dos séculos!

Todos: AMEN

missa de cristo rei

1. antes da entrada do presidente

Domingo é o dia do Senhor: por isso, a nossa assembleia dominical é a primeira manifestação da Sua soberania.

O Senhor é o «Primogénito de toda a criatura».
Na Antiga Aliança, o primogénito de cada família pertencia a Deus, do mesmo modo que as primícias dos campos e dos gados. Depois da libertação do cativeiro do Egipto, os primogénitos começaram também a ser os sinais evocadores desta libertação.

Jesus Cristo, Filho Unigénito do Pai, tornou-se, pela Sua Incarnação, Morte, Ressurreição e Ascensão, o «Primogénito de toda a criatura», o «Primogénito dentre os mortos», o único Primogénito. Por Ele, toda a criação está liberta da escravidão do demónio.

A Igreja, animada pelo Espírito de Cristo, semeia no mundo e no tempo a soberania libertadora do Senhor Jesus.

A nossa assembleia, Povo lavado pelo baptismo no Sangue do Cordeiro, é, aqui, o instrumento da presença vivificadora do Espírito de Cristo no mundo. Por isso ela canta ao Cordeiro imolado.

2: rito de entrada

— cântico

1) **Coro: Antífona:**

O Cordeiro imolado é digno de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a força e a honra.
A Ele glória e poder pelos séculos dos séculos.

2) **Solista:** Salmo 71.

3) **Assembleia: refrão.**

Ao Cordeiro que foi imolado glória e poder para sempre

4) **Solista:**

— oração

Para que todos os homens reconheçam o Reino do Senhor, oremos em silêncio.

3. liturgia da palavra

Vamos escutar, na fé, a Palavra de Deus. A primeira leitura apresenta-nos Cristo como o Primogénito de toda a criação. Ele próprio a remiu com o Seu Sangue. Por isso, Ele é o Senhor da nova criação. Entretanto, a Igreja que peregrina no mundo a caminho de «novos céus e de uma Terra nova», continua, através de nós, a ser um sinal vivo de Cristo, Senhor do Universo. Senhor, mas não à maneira deste mundo, «o Meu Reino não é deste mundo», proclama Jesus diante de Pilatos.

— cântico de meditação (tudo até «...eternamente»)

1. Solista. Refrão.

«Todos os reis o hão-de adorar;
todas nações o servirão».

2. Assembleia: Repete

3. Solista: Salmo 71

Outro refrão possível:

«Bendito será o Seu nome eternamente».

4. liturgia eucarística

— ofertório

Foi pelo Seu Mistério Pascal que Cristo adquiriu a soberania sobre a Igreja e sobre o mundo. O único Mistério Pascal chega hoje, aqui, até nós, por esta celebração. Demos graças a Deus por nos associar a esta realeza, encarregando-nos de a estabelecer na nossa vida cristã e no mundo.

— oração (depois da comunhão)

Para que a nossa caridade seja o sinal visível da realeza do Senhor sobre os nossos corações, oremos em silêncio.

5. despedida

Pelo sino fomos chamados a congregar-nos aqui. Mas a Igreja que nos chama não cessa de nos dizer: ide. Ide ao coração da Terra e da vida, ao coração de cada pessoa e da sociedade, e anunciai que Cristo ressuscitou e é Senhor.

SALMO 71

Que o Senhor dê ao Rei Messias o seu reino
de justiça e da paz
para a salvação dos humildes e dos pobres.

Que o seu reino se estenda a toda a terra,
dure eternamente,
e seja uma fonte inesgotável de graças e de bênçãos.

1. Ó Deus, dai ao rei Vossa equidade,
ao filho do rei Vossa justiça;
2. para que julgue o Vosso povo com justiça,
Vossos humildes com equidade!

3. As montanhas tragam a paz ao povo
e as colinas a justiça;
4. protegerá os humildes do povo,
salvará os filhos do pobre,
esmagará o opressor.

5. Durará como o sol e a lua,
de geração em geração;

6. Descerá como a chuva sobre a relva,
Como aguaceiros inundando a terra!

7. Florescerá nos seus dias a justiça,
grande paz até que se apague a lua;
8. dominará de um mar ao outro mar,
do grande rio aos confins da terra!

9. Prostrar-se-ão diante dele seus adversários,
morderão o pó seus inimigos;
10. os reis de Tarsis e das Ilhas
pagar-lhe-ão um tributo!
Os reis da Arábia e de Sabá
lhe trarão seus presentes;

11. todos os reis o hão-de adorar,
e as nações o servirão!

12. Livrará o pobre que o invoca,
e o humilde sem amparo;

13. terá compaixão do fraco e do pobre,
salvará a vida dos pobres.

14. Da injustiça e opressão os livrará,
é-lhe precioso o sangue deles.
15. Enquanto viver oferecer-lhe-ão ouro da Arábia
Rezarão sem descanso por ele
todo o dia o bendirão.

16. (1) Abundará o trigo na terra,
ondularão suas espigas
no alto das montanhas como no Líbano;
os homens hão-de crescer nas cidades,
como a erva dos campos!
17. O seu nome será bendito eternamente,
durará tanto como o sol;
todos os povos serão nele abençoados,
e o proclamarão bem-aventurado!

18. (2) Bendito o Senhor, Deus de Israel,
só Ele opera maravilhas;
19. bendito sempre o Seu nome glorioso,
encha-se a terra da Sua glória!

Ámen! Ámen!

---

(1) versículo intraduzível no seu estado actual. Esta é uma lição provável.
(2) 18-19 é a doxologia que termina o segundo livro dos Salmos. No início não fazia parte deste salmo.

NA **COLEÇÃO**

EM DEFESA DA VIDA

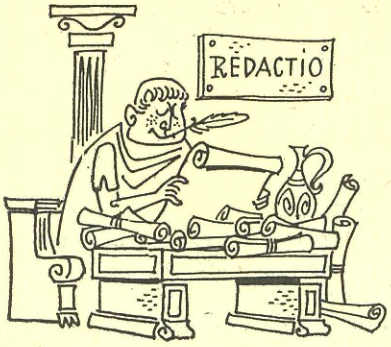
APARECEU AGORA UM NOVO VOLUME:

O DESPORTO — SEUS VALORES E ABERRAÇÕES

Preço 10$00

ESTÃO PUBLICADOS 10 VOLUMES

EDIÇÕES DA UNIÃO GRÁFICA
RUA DE SANTA MARTA, 48-LISBOA



consultas

É um facto que a vida da Igreja se tem vindo a intensificar cada vez mais nestes últimos decénios. Os vários movimentos nascidos na Igreja, têm contribuído para dar a cada cristão uma consciência muito viva e muito profunda do seu papel pessoal de construtor do Reino, de membro activo e actuante da mesma Igreja. E o Concílio, consagra, anima e exige mesmo, nos documentos e no espírito que tem criado, esta re-integração, plena, activa, consciente de cada cristão no lugar que lhe compete na Igreja.

Novellæ Olivarum, cujo programa «é sobretudo um programa de reflexão sobre a Igreja e sobre o mundo, sobre experiências e acontecimentos», não quer deixar de estar atenta a factos, a expriências, a problemas que naturalmente surgem na actuação prática e pastoral do espírito e das normas conciliares, em todo o trabalho das paróquias e dos organismos de apostolado, que surgem, enfim, onde existe vida cristã.

E para que esta reflexão fosse animada por uma atenção maior e mais incarnada aos problemas concretos, e fosse ao mesmo tempo, um diálogo confiante e amigo, achámos oportuno criar na nossa revista, esta página de consultas, que será antes, como dissemos, uma reflexão sobre problemas concretos, procurando encontrar soluções ou esclarecimentos para casos de ordem litúrgica, moral, escriturística, sociológica, filosófica, etc., sobre que os nossos prezados leitores queiram solicitar um parecer científico à nossa revista. Pelo nosso lado urgiremos que as respostas sejam dadas pelos melhores peritos que tivermos ao nosso alcance.

Aqui fica, portanto, o testemunho do nosso apreço sincero pela colaboração que nos queiram prestar, remetendo à nossa redacção quaisquer assuntos sobre que possa interessar a nossa resposta.

Responderemos a todos na medida do possível, e àqueles que nos parecerem de interesse mais universal, responder-lhes-emos nesta página da Revista.

É com muita alegria que vemos chegar críticas a «Novellæ Olivarum» que procuramos atender na medida das nossas possibilidades. A todos agradecemos e pedimos que critiquem sempre pois daí podem nascer novas ideias e novas orientações que melhor satisfaçam os nossos leitores.

Leiria e Viseu

Aos seminaristas de Viseu e de Leiria fazemos um especial agradecimento pela maneira como compreenderam o nosso apelo ao diálogo. Dizia um:

«Não sei se tens ido às Semanas de Estudos Missionários. Eu acho-as estupendas não só pelo clima de abertura e verdadeiro espírito de Igreja que lá se respira mas também pelo contacto entre seminaristas que é tão útil e, infelizmente, tão pouco promovido entre os seminários de Portugal...»

Encontros nas Férias?...
Férias missionárias em comum?...
Colaboração em tempo lectivo?...

Eis algumas pistas que podem responder à necessidade, tão grande, de nos encontrarmos para que amanhã sejamos um clero unido!...

Outro escrevia:

«...Há largos anos que temos no seminário uma equipa de Liturgia cujo trabalho e frutos são bem visíveis, embora diminutos como necessàriamente tem de suceder num Seminário Maior em que há apenas 27 alunos que têm de fazer tudo. Pertencer a muitas associações: Ocupar e fazer render os diversos cargos que há sempre no seminário. Falta-nos a base para um bom e útil trabalho especializado, que é o número suficiente de elementos activos e disponíveis...»

Voltamos ao mesmo tema como resposta e proposta: DIÁLOGO e COLABORAÇÃO. nesta linha é que as qualidades de um aproveitam para os outros e vice-versa.

Vão pensando, que nós pensamos também e, talvez um dia nos possamos encontrar para pensar e resolver problemas que em «ghetto» não têm solução...

livros recebidos

A. PAUTARD-HI-TA — F. FOUILLAT, **Le Cosmos notre Chez-nous,** 1 vol. ilustrado de 19×19 e 216 pág. — Les éditions ouvrières, 12, Avenue Sœr-Rosalia — Paris XIII^e. Preço 15NF.

PIERRE CASAUX, **Le Mariage Signe du Christ,** 1 vol. de 13,5×18 e 144 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «A Pleine Vie» n.º 4. Preço 6,75NF.

FRANÇOIS CHALET, **Flashes sur Jésus-Christ,** 1 vol. de 13,5×18 e 152 pg. — Les éditions ouvrières. Colecção «A Pleine Vie» n.º 5. Preço, 7,50NF.

CHARLES MOELLER, **L'Homme Moderne devant le Salut,** 1 vol. de 14×19 de 216 pg. — Les éditions ouvrières». Preço 12,30NF.

VÁRIOS, **Estudos teológicos** para uma eclesiologia total (actos da III Semana Portuguesa de Teologia) 1 vol. de 15×21 e 290 pg.

MGR. MENSAGER — JEAN LALOUX — FRANÇOIS BOURDEAU, **Prêtres pour ce temps,** 1 vol. de 13,5×18,5 e 140 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «Mon Village». Preço 6,40NF.

COLETTE MORIN, **De l'Angoisse à l'Amour,** 1 vol. de 13,5×18 e 150 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «A Pleine vie» n.º 3. Preço 7,80NF.

HORÓPTICA LDA.

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27 — LISBOA

Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha

LENTES DE CONTACTO

JÚLIO GOMES FERREIRA, & C.ª L.DA

Casa fundada em 1832 — A casa mais antiga do País no seu género

LUSTRES, LANTERNAS, PLACAS, CASTIÇAIS, LÂMPADAS, SUSPENSÕES, BANHEIRAS, CALDEIRAS, ESQUENTADORES, FOGÕES DE COZINHA

Instalações sanitárias, Casas de banho, Eléctricas, Pára-raios, Aquecimento, Ascensores Ventilação, Contra incêndios, Telefones. Todos os trabalhos em latão e ferro forjado.

166, RUA DO OURO, 170 **LISBOA** **Telefone 321 361/2**

A FAMÍLIA NO PENSAMENTO DA IGREJA

Cinco obras de candente actualidade

LARES FECUNDOS E UNIDOS, **de F. Dantec (2.ª ed.)**
8.º da Col. «Ecclesia» ... ... 40$00

LARES FERVOROSOS, **também de F. Dantec**
13.º da Col. «Ecclesia» ... ... 50$00

LARES APOSTÓLICOS, **do mesmo Autor**
14.º da Col. «Ecclesia» ... ... 35$00

REGULAÇÃO CRISTÃ DOS NASCIMENTOS, **de F. Dantec**
18.º da Col. «Ecclesia» ... ... 20$00

MORAL E VIDA CONJUGAL, **de A. M. Henry**
18.ª da Col. «Cairoscópio» ... ... 50$00

Edições da

LIVRARIA SAMPEDRO EDITORA

P. Restauradores, 65 - 1.º Lisboa - 2

NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA TRIMESTRAL

DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI DOS OLIVAIS — LISBOA

Director — Joaquim Osório • Chefe de Redacção — Joaquim Alberto

Editor — Jorge Martins

Avulso — [illegible] • Assinatura anual — [illegible] — Estrangeiro — [illegible] USA

COM AS DEVIDAS LICENÇAS DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA | **Julho-Setembro 1965** | **COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DA UNIÃO GRÁFICA • LISBOA**

«sicut novellae olivarum
ecclesiae filii sint
in circuitu mensae Domini»

(VÉSPERAS DO
CORPO DE DEUS)